



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA  
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL**

**FERNANDA JACKELINE APARECIDA DE PAULO NONATO**

**A CARTA DA TERRA NO MEIO RURAL A PARTIR DAS AÇÕES DE  
RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS AGROINDÚSTRIAS**

**FORTALEZA - CE**

**2010**

FERNANDA JACKELINE APARECIDA DE PAULO NONATO

**A CARTA DA TERRA NO MEIO RURAL A PARTIR DAS AÇÕES DE  
RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS AGROINDÚSTRIAS**

Dissertação submetida ao curso de Mestrado em  
Economia Rural da Universidade Federal do  
Ceará - UFC, como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Economia Rural.

Área de Concentração: Economia Rural.

Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Verônica  
Pinheiro Sales Lima.

FORTALEZA -CE

**2010**

N737c Nonato, Fernanda Jackeline Aparecida de Paulo

A Carta da terra no meio rural a partir das ações de responsabilidade social das agroindústrias. Fortaleza, 2010.

160 fl. il. 31 cm.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima.

Área de concentração: Economia Rural

Dissertação (Mestrado) em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola.

1. Desenvolvimento rural sustentável. 2. Responsabilidade Social Empresarial 3. Agroindústrias I. Título.

CDD. 363.7

FERNANDA JACKELINE APARECIDA DE PAULO NONATO

**A CARTA DA TERRA NO MEIO RURAL A PARTIR DAS AÇÕES DE  
RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS AGROINDÚSTRIAS**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia Rural, Área de concentração Economia Rural.

Aprovada em: 30 / 08 / 2010

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dr. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima. (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof<sup>o</sup>. Dr. Rubem Dario Mayorga  
Universidade Federal do Ceará - UFC

Dr<sup>a</sup>. Cleycianne de Souza Almeida  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

A Deus;  
A minha família e amigos e  
Ao meu amado, Weder Fernando Viana.

## AGRADECIMENTOS

Essa é uma tarefa difícil. Muitos foram os incentivos recebidos ao longo dessa jornada. Tentarei, então, citar aqui aqueles que de alguma forma contribuíram com meu desempenho. Aos que, por um acaso, não forem citados, sintam-se também agraciados pela minha gratidão. Agradeço, de coração:

Ao meu Deus, pela vida, pela infinita bondade e pela oportunidade de chegar aonde cheguei.

A interseção de Santo Expedito, o grande santo de todos os estudantes.

À professora Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, por sua infinita compreensão, apoio, palavras de fé, paciência e todas as orientações, da graduação até hoje. Também pela nossa grande vitória - o inédito e inesquecível Prêmio Ethos - e, sobretudo, por ter acreditado em mim até o último momento. Por isso eu reforço com muito fervor e gratidão: Muito Obrigada;

Ao Grupo 3 Corações que viabilizou a pesquisa;

À Milene Pereira do setor de Responsabilidade Social da Unidade fabril do Grupo 3 Corações no Euzébio, pela disposição e empenho dispensado junto a esta pesquisa;

Ao meu namorado Weder Fernando, meu grande incentivador, por não me deixar desistir em nenhum momento, por me amar com tanta sinceridade, por me esperar mesmo sabendo o quão longe eu possa estar, por me ajudar com tanto prazer e entender as adversidades que passamos;

A minha mãe Luciana, por se preocupar sempre comigo e querer tanto o meu bem; meu pai Expedito, por acreditar na minha competência e a grande Ieda, por cuidar tão bem da minha casa e de todos que lá moram.

A minha família que acredita e torce por mim, principalmente minhas primas Juliane e Fabiana, e minha Tia Conceição que mesmo distante mandam sempre seu apoio e nunca deixam de acreditar em mim.

A eles, nossos indispensáveis, os amigos. Por trazer ânimo, palavras de incentivo, vibrações positivas, ajudar a levantar, por rir juntos nas alegrias e enxugar as lágrimas na tristeza: as duas grandes forças e exemplo do meu mestrado, Isabella e Flaviana; a mais forte e exemplo para todos, Danielly; a eterna companheira, Carolina; minha grande fã e “virse e versa” Gislaine Marques; ao mais altivo e inigualável, Junior; a mais meiga, Kamilly; a grande companheira da minha graduação Raquel Bezerra; aquela que nos traz tanta alegria, Ana Cristina; a corajosa e apaixonada Teresa Landin; a batalhadora, Cintia Patrícia; a um grande exemplo de mãe, Luciana Silva; um anjo que apareceu em minha vida chamado Luciana Amorim; ao Felipe, pelas traduções. Enfim, a todos que entraram e fizeram parte da minha vida até hoje e deixaram um pouco de suas peculiaridades como força e incentivo em minha vida.

A Catiane e Marcos, pelo bom humor e companheirismo e pelo apoio logístico.

*“Tenha o propósito e os  
meios aparecerão”*

Sérgio Mindlin.

## RESUMO

Este estudo pretende mostrar que os princípios da Carta da Terra podem ser inseridos nas práticas de responsabilidade social adotadas pelas agroindústrias localizadas na zona rural. Por meio da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), muitas das práticas socialmente responsáveis encontram-se diretamente e indiretamente ligados aos valores e princípios desta declaração. A Carta da Terra é o principal instrumento desta recente Iniciativa que visa promover a transição para uma sociedade global fundamentada em um modelo de ética compartilhada, que inclui o respeito e o cuidado pela comunidade da vida, a integridade ecológica, a democracia e uma cultura de paz. Para as empresas, ela traz a visão mais abrangente e o conceito mais amplo de responsabilidade social, fornecendo elementos universais estruturados para reconhecer seu papel na humanidade. Para tanto, avaliou-se a atuação socialmente responsável da Unidade Agroindustrial do Grupo 3 Corações no Euzébio – Ceará. Utilizaram-se dados de origem primária, obtidos por meio de questionário e dados de origem secundárias oriundos principalmente da *Earth Charter International*. As práticas socialmente responsáveis propostas foram analisadas segundo os Indicadores Ethos e segundo os princípios e pilares da Carta da Terra e avaliadas através da metodologia *EC-Assess*, o que possibilitou estabelecer os variados níveis de implementação, bem como os níveis de valorização dessas práticas na atuação empresarial. A agroindústria demonstrou uma atuação socialmente responsável quanto à implementação e a valorização, em vários níveis, das ações sugeridas. Com isso, foi possível perceber que é viável, através de uma gestão socialmente responsável, inserir a Carta da Terra no ramo agroindustrial e gerar ganhos para todos os públicos de relacionamentos, sobretudo no meio rural, onde as carências reforçam o papel das agroindústrias como promotoras de crescimento e desenvolvimento e potencializa seu impacto na melhoria da qualidade de vida dessa população.

Palavras-chave: Carta da Terra, Responsabilidade Social Empresarial, Agroindústrias.



## **ABSTRACT**

This study aims to show that the principles of Earth Charter can be embedded in social responsibility practices adopted by agribusinesses companies, located in the Ceara's country area. Through Corporate Social Responsibility (CSR), many of the social responsible practices are directly and indirectly linked to values and principles of this declaration. The Earth Charter is the main instrument of this recent initiative to promote the transition to a global society based on a model of shared ethics, which includes respect and care for the community of life, ecological integrity, democracy and a culture of peace. It brings more comprehensive and broader concept of social responsibility to businesses by providing them universal elements structured to recognize their role in humanity. For this, we evaluated the performance of a social responsible agribusinesses company Unit from Group 3 Hearts in Euzébio - Ceará. We used primary source data obtained through a questionnaire and secondary source data drawn mainly from the International Earth Charter. The social responsible practices proposed were analyzed according to the Ethos and the principles and pillars of the Earth Charter. Those were evaluated through the EC-Assess methodology, which enabled them to establish several levels of implementation and levels of recovery of those practices in business. The agribusinesses company has demonstrated a social responsible regarding the implementation and enhancement at various levels of suggested actions. Thus, it was possible to see what is feasible, through responsible management, entering the Earth Charter in the agroindustrial sector and generate gains for all public relations, especially in rural areas, where deprivation reinforce the role of agribusiness as promoters growth and development and maximize its impact in improving the quality of life for this population.

**Key Words:** Earth Charter, Corporate Social Responsibility, Agribusinesses company.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Principais acontecimentos que antecederam o lançamento oficial da Carta da Terra.....	24
Figura 2 -	A Rede Global da Carta da Terra Internacional.....	34
Figura 3 -	Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade G3 – GRI.....	48
Figura 4 -	Os 10 princípios do Pacto Global distribuídos nas quatro áreas de abrangência.....	50
Figura 5 -	Princípios dos Indicadores Ethos de RSE.....	52
Figura 6 -	Metodologia utilizada nas Oficinas do Futuro realizadas pelo programa Cultivando Água Boa.....	82
Gráfico 1 -	Categoria de organizações que demonstraram oficialmente seu apoio a Carta da Terra no mundo.....	44
Gráfico 2 -	Níveis de Interesse e de Implementação segundo os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social da Unidade Agroindustrial do Grupo 3 Corações.....	101
Gráfico 3 -	As ações de RSE de acordo com os princípios da Carta da Terra.....	102
Gráfico 4 -	As ações de RSE de acordo com os três pilares da Carta da Terra.....	103
Tabela 1 -	Atual Rede de associados da Carta da Terra.....	37

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Elementos-chaves da GRI.....	49
Quadro 2 -	Elementos-chaves do Pacto Global.....	51
Quadro 3 -	Sinergias e Complementaridades entre a Carta da Terra (CT), a GRI e o Pacto Global das Nações Unidas (PG), segundo a Earth Charter Initiative....	56
Quadro 4 -	Iniciativas já implementadas e em andamento para a difusão da CT pelo público interno da PASA.....	71
Quadro 5 -	Iniciativas já implementadas e em andamento para a difusão da CT em direção ao exterior da PASA.....	72
Quadro 6 -	Iniciativas já implementadas e em andamento baseadas na CT no Hotel Hilton Arlington.....	75
Quadro 7 -	Práticas empresariais de incorporação dos princípios da Carta da Terra no Hotel Parque Del lago e difusão para os seus públicos de relacionamento....	77
Quadro 8 -	Iniciativas já implementadas e em andamento que estão ajudando na difusão da Carta da Terra através do projeto Cultivando Água Boa.....	81
Quadro 9 -	Alguns dos principais resultados obtidos em sete anos de programa Cultivando Água Boa nas comunidades da Bacia Hidrográfica do Paraná 3.....	83
Quadro 10 -	Questões introdutórias sobre RSE e os temas relacionados da pesquisa.....	88
Quadro 11 -	Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Valores e Transparência.....	91
Quadro 12 -	Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Público Interno.....	92
Quadro 13 -	Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Meio Ambiente.....	94
Quadro 14 -	Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Fornecedores.....	95
Quadro 15 -	Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Consumidores.....	97
Quadro 16 -	Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Comunidade.....	97
Quadro 17 -	Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Governo/Política.....	99
Quadro 18 -	Recomendações para a agroindústria do Grupo 3 Corações iniciar uma possível implementação e divulgação da Carta da Terra.....	104

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- 4C** - O Código Comum para a Comunidade Cafeeira, certifica produtores de café assegurando que todo grão utilizado não foi produzido com trabalho escravo ou infantil e não foram utilizados pesticidas banidos internacionalmente.
- APP** - área de preservação permanente.
- CAGECE** - Companhia de Água e Esgoto do Ceará.
- CAI** - complexo agroindustrial.
- CIESP**- Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.
- CIPAN** - Comércio e Indústria de Produtos Alimentícios Nordeste Ltda.
- CNAE** - Classificação Nacional de Atividades Econômicas.
- Com-Vida** - Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola.
- CT**- Carta da Terra
- CTI** - Carta da Terra Internacional.
- EC Assess** – Carta da Terra - Avaliação
- ECI** - Earth Charter Initiative.
- ECYG** - Carta da Terra da Juventude e grupos de estudantes.
- EPIs** - equipamentos de segurança.
- FIEC** - Federação das Indústrias do Estado do Ceará.
- FIESP**- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
- FNE** - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.
- FRF** - Fundação Social Raimundo Fagner.
- GRI** - Global Reporting Initiative.
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBM**- International Business Machines.
- ICLEI** - Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais.
- IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
- ILPEC** - Instituto Latino-americano para a Educação e a Comunicação.
- INDI** - Indicadores das Indústrias.
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- IPECE**- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.
- IPF** - Instituto Paulo Freire.
- IRS**- Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.
- ISO**- International Organization of Standardization.
- IUCN** - União Internacional para Conservação da Natureza.
- Lidem**- Grupo de Mulheres Líderes Empresariais.
- MMA** - Ministério do Meio Ambiente.
- NCDO** - Cooperação Internacional e Desenvolvimento Sustentável.
- ONG** - organização não-governamental.
- ONU**- Organização das Nações Unidas.
- OSCIP** - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- P&D** - Projetos e desenvolvimento.
- PASA** - Promotora Ambiental SAB de CV.
- PBM** - Partido Brasileiro de Mulheres.

**PET** - Resíduos de tereftalato de polietileno.  
**PG**- Pacto Global das Nações Unidas.  
**PIA Empresa**- Pesquisa Industrial Anual de Empresas.  
**PIB** - Produto Interno Bruto.  
**PNUMA**- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.  
**PQC** - Programa de Qualidade do Café.  
**RMF**- Região metropolitana de Fortaleza.  
**ROUANET** - Lei Federal de Incentivo à Cultura.  
**RS** - Responsabilidade-social.  
**RSE** - Responsabilidade Social Empresarial.  
**SAC** - Serviço de Atendimento ao Cliente.  
**SDA** - Secretaria de Desenvolvimento Agrário.  
**SEBRAE**- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.  
**SEDUC** - Secretaria da Educação Básica do Estado.  
**SESA** - Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.  
**SESI** – Serviço Social da Indústria.  
**SESMT** – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança.  
**SIPAT** - Semana Interna de Prevenção de Acidentes do trabalho.  
**SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.  
**SUS**- Sistema Único de Saúde.  
**UICN** - União Internacional para Conservação da Natureza.  
**UMAPAZ** - Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz.  
**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.  
**UPASA** - Universidade virtual da empresa na intranet.  
**WCED** - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES  
LISTA DE QUADROS  
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1	Antecedentes .....	14
1.2	Justificativa.....	16
1.3	Objetivos Gerais.....	19
1.4	Objetivos específicos.....	19
1.5	Estrutura do Estudo.....	20
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1</b>	<b>A Carta da Terra.....</b>	<b>21</b>
2.1.1	Evolução Histórica.....	21
2.1.2	Mas afinal, o que é a Carta da Terra e como funciona?.....	29
2.1.3	Conhecendo os Atores sociais da Iniciativa.....	33
2.1.4	A Carta da Terra no decorrer da sua fase “Em Ação”.....	35
2.1.5	Grupo de trabalhos e áreas focais da Carta da Terra.....	41
2.1.6	A carta da Terra no Setor empresarial.....	42
2.1.7	Iniciativas de avaliação de RSE e Desenvolvimento Sustentável: o desafio de “medir” mudanças.....	46
<b>3</b>	<b>MATERIAL E MÉTODOS.....</b>	<b>64</b>
3.1	Área de Estudo.....	64
3.2	Origem dos dados.....	64
3.2.1	A fonte dos dados.....	65
3.3	Métodos de Análises.....	66
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>69</b>
4.1	A Carta da Terra no Setor Empresarial: Casos práticos.....	69
4.1.1	Experiências Internacionais.....	69
	Empresa: <i>Promotora Ambiental SAB DE CV (PASA)</i> – México.....	70
	Empresa: <i>Hotel Hilton Arlington</i> – Estados Unidos da América.....	73
	Empresa: <i>Hotel Parque del Lago</i> – Costa Rica.....	76
4.1.2	Experiência Nacional.....	78
	Empresa: <i>Itaipu Binacional</i> – Brasil / Paraguai.....	78
4.1.3	O que pode ser feito pelas empresas agroindustriais com base nessas práticas.....	84
<b>5</b>	<b>A CARTA DA TERRA NO SETOR AGROINDUSTRIAL.....</b>	<b>86</b>
<b>5.1</b>	<b>A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) como Instrumento de Avaliação para os princípios da Carta da Terra: O Caso da Unidade agroindustrial do Grupo 3 Corações no Euzébio – Ceará.....</b>	<b>87</b>
5.1.1	A RSE da Agroindústria 3 Corações segundos os Indicadores Ethos.....	89
5.1.2	A RSE da Agroindústria 3 Corações segundos os níveis de interesse e implementação.....	99

5.1.3	A RSE da Agroindústria 3 Corações segundos os princípios e pilares da Carta da Terra.....	101
5.2	<b>Como a Agroindústria do Grupo 3 Corações pode iniciar uma possível implementação da Carta da Terra e por meio de sua atuação, divulga - lá enquanto documento e foco de um movimento social.....</b>	104
6	<b>CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....</b>	106
		108
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	
	<b>APÊNDICES.....</b>	111
	<b>ANEXOS .....</b>	146

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Antecedentes

Vivemos em um momento no qual grandes mudanças na nossa maneira de pensar, viver e agir são urgentemente necessárias. Os problemas econômicos, sociais e ambientais que nos afligem se dão, em sua maioria, não somente em escala global, mas sobretudo em escala local. Esses problemas ocorrem, por exemplo, com a degradação ambiental, as estiagens prolongadas, a desigual e a concentrada distribuição de renda, a pobreza e as precárias condições de trabalho.

O estado do Ceará, com 81,52% dos seus municípios localizados no semiárido nordestino, segundo a SUDENE, assim como boa parte dos estados do Nordeste, é uma das áreas de maior concentração de pobres no Brasil. A taxa de pobreza absoluta<sup>1</sup> da população cearense atingiu o percentual de 49,3% em 2008, enquanto, em nível nacional, essa taxa permeou os 28,8% (IPEA, 2010). É fato, também, que as características ambientais do semiárido condicionam fortemente o agravamento das condições sociais e econômicas da região.

Esse cenário aflige com mais intensidade o meio rural que, na ânsia por investimentos, sofre, historicamente, uma situação de carência de políticas públicas eficazes no combate à pobreza. Com isso, o que se verifica é um quadro de baixa qualidade de vida da população. Portanto, concorda-se com Leite (2001), ao afirmar que o quadro dominante de todo esse atraso rural cearense exige ajustes na alocação de recursos para este meio, tanto da parte Governo como da iniciativa privada.

Percebe-se que vêm surgindo tentativas para transformação desse cenário, sejam elas governamentais ou não. No entanto, as mudanças sociais e econômicas decorrentes destas

---

<sup>1</sup> A linha de pobreza absoluta utilizadas pelo IPEIA é estabelecida pelo critério de rendimento médio domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo mensal.



ações, quando ocorrem, geralmente não são suficientes para assegurar ganhos reais em qualidade de vida para população rural.

Como cita Lima (2006, p. 18), a política macroeconômica do estado cearense, por exemplo, tem pautado suas ações de forma coerente quando pensa em desenvolver infraestrutura, oferecer programas de educação, saúde e emprego. Este particular, sobretudo, faz-se fundamental e necessário para a geração de renda e para os ganhos de qualidade de vida na zona rural. Nesse sentido, a política de interiorização da indústria, praticada pelo Governo do Estado há alguns anos, através de incentivos fiscais, que privilegiam investimentos em direção ao interior do Ceará, abre um leque de possibilidades que podem vir a somar-se com as já existentes.

Partindo do pressuposto de que o Ceará é o estado nordestino com maior número de empregos industriais formais, respondendo por 24,13% do contingente de empregos da região, à frente inclusive de Pernambuco (20,91%), e Bahia (20,53%) (Dados do INDI/FIEC referentes a outubro de 2009), podemos acreditar que esse potencial gerador de emprego e de renda da indústria cearense, atrelado à política de interiorização, pode realmente firmar-se como uma boa estratégia de desenvolvimento rural.

Cabe, aqui, destacar um fenômeno recente, representado por esse processo de interiorização industrial. Em 2002, Fortaleza era responsável por 44,92% do PIB industrial, por 39,38% do número de empregos formais da indústria e por 57,18% do número total de estabelecimentos do Estado. Em 2006, essas participações foram diminuídas para, respectivamente, 40,01%, 37,50% e 56,75% (INDI/FIEC, 2009).

Mas são muitas as ressalvas quanto à referida política. De acordo com Nonato (2007), por exemplo, teme-se que certos municípios sejam privilegiados em detrimento de outros, agravando, assim, as desigualdades sociais.

Para Leite (2001), uma das mais promissoras frentes de criação de emprego e de desenvolvimento integrado da zona rural é a industrialização rural. Ele enfatiza ainda que “onde são decrescentes as oportunidades de criação de emprego diretamente na produção agrícola, torna-se fundamental idealizar e descobrir outras oportunidades de ocupação não-agrícolas no próprio quadro rural”. Nesta perspectiva, ganham destaque, as empresas rurais.

Segundo Marion (2002 apud ALVES & COLUSSO, 2005), o campo de atividade das empresas rurais pode ser dividido em Produção Vegetal (atividade agrícola) que aborda a cultura hortícola e forrageira (cereais, hortaliças, tubérculos, especiarias, floricultura,...) e a arboricultura (florestamento, pomares, vinhedos,...); Produção Animal (atividade zootécnica) que corresponde à criação de animais (apicultura, avicultura, pecuária, piscicultura,...);

Indústrias Rurais (atividade agroindustrial) que abrange o beneficiamento do produto agrícola - transformação de produtos zootécnicos e agrícolas.

No Nordeste brasileiro, as empresas rurais do segmento agroindustrial vêm tornando-se cada vez mais uma atividade econômica, dinâmica e estratégica para o desenvolvimento sustentável do interior dos estados. As condições edafoclimáticas favoráveis desta região têm contribuído para consolidar a presença dessas agroindústrias, que se encontram presentes, inclusive, no semiárido (SANTOS *et al.*, 2008, p.20).

No meio rural, a agroindústria deve ser vista como um instrumento alavancador da economia, além de contribuir para a agregação de valor aos produtos primários, diminuindo perdas, evitando deterioração da qualidade e ampliando mercados. Ela possui uma forte contribuição na geração de emprego e renda, como exemplifica o ano de 2005, quando a agroindústria alimentar do Nordeste empregou formalmente 246,5 mil pessoas (SANTOS *et al.*, 2008, p.21).

A Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC (2009), através de seus levantamentos industriais, afirma que a vocação econômica do Estado do Ceará é primordialmente voltada, além da área de turismo, para a área industrial, principalmente no ramo de produtos alimentares, calçados e vestuário, onde são encontradas muitas agroindústrias.

No entanto, conforme Soares *et al.* (2007), todo esse movimento de interiorização do desenvolvimento, de fato, não tem alcançado a velocidade e o padrão econômico desejáveis para a criação de uma sociedade econômica e ambientalmente sustentável no meio rural. Ressalta-se, no entanto, a grande questão: “somente implantar” indústrias no meio rural cearense é garantia de redução de ganhos de qualidade de vida daqueles que aí residem? Não seria necessário, no caso, que essas empresas trouxessem com elas “**algo mais**”?

## 1.2 Justificativa

Atualmente, conforme Choudhury e Melo (2007), o setor privado vem se destacando como um dos principais setores a contribuir para o desenvolvimento econômico das regiões, evidenciando, assim, a responsabilidade que as empresas devem ter para com a sociedade. Pode-se perceber, que, de alguma maneira, tudo o que uma empresa faz tem impacto na vida das pessoas e da comunidade. Nesse sentido, não é exagero afirmar que o

desenvolvimento de um determinado local pode estar diretamente ligado à eficiência da atuação empresarial.

E é justamente para tornar eficiente essa atuação que surge a Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Altamente difundida no contexto de desenvolvimento sustentável da sociedade atual, esse tema tem alcançado dimensões em todas as esferas. Retomando-se os antecedentes expostos, a RSE surge, sobretudo, como mais uma perspectiva que se abre quanto à atenuação dos problemas sociais do meio rural.

Uma empresa socialmente responsável é aquela que mantém uma relação ética e transparente com todos os seus públicos e estabelece estratégias comprometidas com o desenvolvimento do meio onde atua, preservando recursos ambientais, respeitando a diversidade e colaborando com a redução das desigualdades sociais (FIRESO/FIEC, 2009). É, pois, este tipo de atuação que está sendo exigida nos dias de hoje.

A gestão responsável por parte das empresas independe do porte, do setor, da localização. Individualmente ou coletivamente qualquer empresa pode agir. Criar soluções que possam transformar as realidades locais e tenham força para replicar-se isso, sim, é fundamental.

Nessa mesma perspectiva é oportuno agregar ao debate a proposta da Carta da Terra (CT). Ela consiste numa declaração de princípios éticos e valores fundamentais que surgiu para nortear nações, estados, organizações, raças, culturas e pessoas para a construção, no século XXI, de uma sociedade justa, sustentável e pacífica (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008). Está estruturada de modo a disseminar que “a partir do momento em que respeitamos todas as formas de vida, a integridade ecológica, a justiça social e econômica e a cultura para a não violência, inclusão e democracia acontecem naturalmente” (MOTAMURA, 2010).

A Carta da Terra é parte integrante de todo esse processo social mundial que vem acontecendo nas últimas décadas em prol da sustentabilidade. Como iniciativa, ela também reconhece a importância das empresas no processo de desenvolvimento e as chama para contribuírem na busca de soluções para o quadro de desigualdade socioeconômica, degradação ambiental, injustiça e desrespeito com a vida e com o indivíduo, presente tanto local, quanto globalmente.

Para as empresas, a CT traz a visão mais abrangente e o conceito mais amplo de responsabilidade social, fornecendo elementos universais estruturados para reconhecer seu papel na humanidade. Ela sugere novas formas de alcançar mudanças positivas e desenvolver

novas habilidades, talentos e sentimentos dentro dos mais diferentes padrões de convivência, sejam eles regionais ou mundiais.

A Iniciativa da CT é um movimento global descentralizado e de esforço voluntário, composto por uma rede mundial de pessoas, organizações e instituições com o objetivo de promover e implantar os valores e princípios da Carta. A Secretaria e o Conselho da Carta, juntos, formam a Carta da Terra Internacional (*Earth Charter International*,) e têm a missão de encorajar todas as partes a contribuírem com a Iniciativa.

No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente, na gestão de Marina Silva, formalizou seu compromisso com a Iniciativa em 2007 e está difundindo a Carta como suporte ético para a Agenda 21 brasileira e em programas curriculares ligados à educação ambiental, existentes na maioria das escolas (GADOTTI, 2008, p.4).

Existem várias maneiras de usar a Carta da Terra. Seja nas escolas, nos negócios, nos governos, em ONGs, enfim, em todas as demonstrações a favor, o que nos dá uma visão geral de como a Carta, enquanto documento e foco de um movimento social, está contribuindo para acelerar a nossa transição para uma nova forma sustentável de vida.

No âmbito rural, podem ser citados alguns resultados exitosos da CT nas áreas nas quais seus princípios são implantados: recuperação de áreas degradadas com a ajuda dos próprios agricultores; desenvolvimento de projetos de atividades agrícolas e não agrícolas, com geração de emprego e renda para o homem do campo e introdução da agricultura orgânica entre os produtores rurais.

Estes resultados, no entanto, ainda são pontuais e de pequeno impacto diante das potencialidades da CT. Em parte porque existe uma baixa difusão de seus princípios, especialmente, entre as empresas que atuam no meio rural, basicamente entre as agroindústrias.

Acredita-se que, para o meio rural cearense, atitudes como aquelas propagadas pela CT constituiriam parte de uma solução para, no mínimo, amenizar o agravante quadro de pobreza, desigualdade e degradação ambiental que assola boa parte dessa taxa de 49,6% de pobreza absoluta registrada nesses últimos tempos.

Trata-se de um ideal factível, considerando-se que pesquisas revelaram que o Nordeste é a segunda região que mais investe em ação social no Brasil. O IPEA (2006), primeiro a realizar uma pesquisa de âmbito nacional sobre a Ação Social das Empresas, no Brasil, surpreendeu, na primeira etapa de sua pesquisa, ao apontar o Nordeste como a segunda região que mais investe em ação social no Brasil, atrás somente do Sudeste. E, para a surpresa maior, as empresas dos setores de agricultura, silvicultura e pesca foram as que mais se

destacaram no atendimento às comunidades, em 2004, cerca de 80% delas realizaram algum tipo de ação social voluntária.

Diante do exposto, destaca-se a relevância deste estudo, acrescentando-se, ainda, duas questões:

- as ações socialmente responsáveis nesse campo ainda não estão sendo estudadas com profundidade e constância. Do mesmo modo são poucos os estudos voltados para o aprimoramento e para a definição das ações de responsabilidade social das empresas agroindustriais;
- a Carta da Terra ainda hoje é uma iniciativa desconhecida por boa parte da sociedade. No setor empresarial, como um todo, são mínimas as manifestações de comprometimento com os princípios propostos. Entretanto está sendo disseminada com mais afinco, principalmente, no meio educacional e acadêmico de todo o mundo. Assim, o estudo aqui proposto pretende, também, abrir caminhos e alternativas para que mais estudiosos contribuam e enriqueçam a literatura com relatos de casos práticos, opiniões e visões relacionadas às potencialidades de uso da Carta da Terra e a importância de sua implementação como instrumento de melhoria da qualidade de vida da população.

Não são conhecidos, também, trabalhos técnicos que abordem a Carta da Terra como instrumento teórico guia da Responsabilidade Social das empresas agroindustriais do setor agropecuário cearense. Portanto, o conhecimento de tais informações pode, ainda, auxiliar na tentativa de incentivar a disseminação da Responsabilidade Social no estado do Ceará e em todo o Brasil.

### **1.3 Objetivo Geral**

Mostrar que os princípios da Carta da Terra podem ser inseridos nas práticas de responsabilidade social, adotadas pelas agroindústrias localizadas na zona rural do Ceará.

## **1.4 Objetivos Específicos**

- Identificar exemplos de gestões socialmente responsáveis baseadas no princípio da Carta da Terra, no Setor Empresarial, a fim de nortear possíveis aplicações no ramo agroindustrial;
- Apresentar a aplicação de uma gestão socialmente responsável a partir de um estudo de caso em uma agroindústria;
- Mostrar a existência de uma relação entre as práticas de RSE e os princípios da Carta da Terra;
- Sugerir como as agroindústrias podem preparar-se para implementar a Carta da Terra em seu modelo de gestão responsável.

## **1.5 Estrutura do Estudo**

A pesquisa aqui desenvolvida se apresenta em seis capítulos, sendo o primeiro esta introdução. Em seguida o Referencial Teórico, que contextualiza a iniciativa da Carta da Terra e a reverencia como documento e foco de mudanças sociais em todos os níveis e setores. O terceiro capítulo descreve a área e o objeto de estudo (a agroindústria adotada no estudo de caso), a origem dos dados e os métodos de análises da pesquisa. O quarto capítulo contextualiza a Carta da Terra no setor empresarial através de exemplos práticos. No quinto capítulo, são mostrados os resultados do estudo de caso, analisado sobre a ótica da RSE e da Carta da Terra. O sexto capítulo finaliza esta pesquisa com as conclusões e sugestões propostas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Carta da Terra

#### 2.1.1 Evolução Histórica

A carta da Terra é resultado de um amplo processo participativo de consulta e diálogo intercultural sobre valores e objetivos comuns, que ocorreu nos anos 90 e durou toda uma década. Neste capítulo, será abordado o histórico do processo de elaboração deste documento e o andamento do movimento, até os dias de hoje.

- Origens da Carta da Terra

No auge dos seus dez anos de existência, a Carta da Terra ainda, hoje, é um documento desconhecido pela grande maioria da sociedade mundial.

Mas, desde o ano de 1987, quando de um chamado para a criação de uma nova declaração<sup>2</sup> universal de princípios que norteassem a transição para o Desenvolvimento Sustentável, este documento começou a dar sinais de vida.

Inspirado nesta recomendação, Maurice F. Strong, secretário geral da Cúpula da Terra Rio-92<sup>3</sup>, propôs, em 1990, que a Cúpula, que aconteceria no Brasil, em 1992, no Estado do Rio de Janeiro, esboçasse e adotasse uma Carta que fosse aceita mundialmente. Durante todo o processo preparatório para a Cúpula da Terra Rio-92 (ECO-92), várias propostas sobre o possível conteúdo da Carta foram debatidas, porém, entre os governos não foi possível se chegar a um consenso em relação aos princípios, para elaboração deste novo documento. Mesmo assim, Gadotti (2008), em seus relatos sobre a Carta da Terra, afirma: “O Brasil é o berço da Carta da Terra”.

Mas ainda não seria este o momento em que a tão almejada Carta ganharia corpo. Ao final da Cúpula da Terra, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e

---

<sup>2</sup> Essa recomendação consta no relatório “Our Common Future” da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), publicado naquele ano (<http://www.undocuments.net/wced-ocf.htm>).

<sup>3</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Desenvolvimento Sustentável, documento formal do consenso atingido entre as nações, naquele momento, é adotada em lugar da Carta. A Declaração continha um valioso conjunto de princípios, inclusive apontava para a “contradição existente no modelo econômico dominante que é insustentável” (GADOTTI, 2008), mas a visão ética mais inclusiva que muitos pretendiam com a nova proposta da Carta ainda estava faltando (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2010).

Ainda em 1992, Maurice F. Strong cria o Conselho da Terra para promover a implantação dos acordos gerados na Cúpula da Terra e para defender a formação de conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável.

O processo de criação da Carta não estaria sendo abandonado, ele estava apenas no início. E, em 1994, o processo foi reiniciado. Strong, o então presidente do Conselho da Terra e Mikhail Gorbachev, presidente da Cruz Verde Internacional, unem-se<sup>4</sup> e lançam uma iniciativa da sociedade civil para redigir uma Carta da Terra, a qual Gadotti (2008, p.1) intitula de **Iniciativa da Carta da Terra**. Com o apoio financeiro inicial do governo holandês, eles conduziram o projeto que, a partir de então, começava a ganhar forma na emergente sociedade civil global.

Desde então o processo rapidamente se ampliou. Em 1995, o projeto da Carta já possuía um diretor executivo<sup>5</sup>; a Secretaria da Carta da Terra foi estabelecida<sup>6</sup> no conselho da Terra; em 1996, a brasileira Mirian Vilela<sup>7</sup> tornou-se coordenadora das atividades da Carta da Terra no Conselho da Terra; uma Comissão<sup>8</sup> Internacional foi formada para acompanhar o processo de esboço do novo documento. Segundo Gadotti (2008, p.1), Paulo Freire, do Brasil, foi convidado para participar dessa Comissão. Como ele veio a falecer logo em seguida, um grupo de brasileiros, ligado ao tema do meio ambiente, da educação ambiental e da Carta da Terra, indicou o nome de outro brasileiro, o teólogo Leonardo Boff.

Finalmente, em janeiro de 1997, iniciou-se o processo de esboço da Carta da Terra que demandou três anos e teve como foco especial as declarações de princípios éticos que se encontravam nas raízes de acordos internacionais.

---

<sup>4</sup> Esta união entre Strong e Gorbachev foi promovida por Jim McNeill, secretário geral da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), pela Rainha Beatrix e pelo Primeiro Ministro Ruud Lubbers da Holanda (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2010).

<sup>5</sup> O embaixador Mohamed Sahnoun, da Argélia.

<sup>6</sup> Estabelecida no Conselho da Terra na Costa Rica na gestão de Maximo Kalaw, das Filipinas, diretor executivo do Conselho.

<sup>7</sup> Atual diretora-executiva da Secretaria da Carta da Terra, órgão que coordena o movimento em todo o mundo.

<sup>8</sup> Esta Comissão foi liderada por Strong e Gorbachev e incluía um grupo diverso de vinte e três personalidades eminentes das principais regiões do mundo. Steven C. Rockefeller, dos Estados Unidos, professor de religião e ética, foi convidado para coordenar e formar um comitê internacional de esboço da Carta (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2010).



Participaram do processo participativo de elaboração desta nova declaração centenas de organizações e milhares de pessoas. Vários grupos se juntaram à Iniciativa da Carta da Terra e formaram Comitês nacionais em 45 países. “Diálogos em torno da Carta foram conduzidos ao redor do mundo e através da Internet e grandes conferências regionais foram realizadas na Ásia, África, América Central, América do Sul, América do Norte e Europa” (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008).

No Brasil, o Instituto Paulo Freire (IPF)<sup>9</sup>, através de um acordo de cooperação com o Conselho da Terra, tornou-se membro da Coordenação Nacional da Carta da Terra em 1998. O objetivo era sistematizar, junto com o ILPEC (Instituto Latino-americano para a Educação e a Comunicação), da Costa Rica, coordenado por Francisco Gutiérrez e Cruz Prado, as contribuições à redação da Carta da Terra na perspectiva da educação. Para esse fim, o IPF organizou o *I Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação*, em São Paulo, de 23 a 28 de agosto de 1999, com o objetivo de criar e estimular espaços de afirmação social da Carta da Terra no campo da Educação (GADOTTI, 2008, p.2).

A redação da Carta da Terra foi feita através de um processo nunca antes realizado para qualquer outro documento internacional. Ela resultou de uma consulta aberta e participativa (REVIVERDE, 2010) da qual participaram uma variedade de estudiosos, movimentos sociais, diferentes culturas e setores da sociedade. A grandeza e a importância desse processo constituem o diferencial da Carta da Terra.

“As idéias e valores da Carta da Terra refletem a influência de uma grande variedade de fontes intelectuais e movimentos sociais, incluindo a sabedoria das religiões e tradições filosóficas, bem como uma nova perspectiva científica mundial, influenciada por disciplinas como cosmologia e ecologia” (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2010).

O processo de consulta para a redação da Carta recebeu forte influência da ciência contemporânea, de leis e documentos internacionais já existentes, do movimento ético mundial, assim como dos ensinamentos dos povos indígenas, da sabedoria das grandes religiões e tradições filosóficas.

“O Comitê de Redação trabalhou muito de perto com a Comissão de Direito Ambiental da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) e revisou cuidadosamente todas as declarações e tratados relevantes do direito internacional e mais de 200 declarações da sociedade civil e tratados de povos. A Carta da Terra amplia leis internacionais ambientais e de desenvolvimento sustentável. Ela reflete

---

<sup>9</sup> O Instituto Paulo Freire é uma associação civil, sem fins lucrativos, criada em 1991 e fundada oficialmente em setembro de 1992. Atualmente, considerando-se Cátedras, Institutos Paulo Freire pelo mundo e o Conselho Internacional de Assessores, o IPF se constitui numa rede internacional que possui pessoas e instituições distribuídas em mais de 90 países em todos os continentes, com o objetivo principal de dar continuidade e reinventar o legado de Paulo Freire (IPF, 2010). Disponível em <[www.paulofreire.org](http://www.paulofreire.org)>. Acesso jan/2010.

as preocupações e aspirações expressas nas sete cúpulas das Nações Unidas realizadas nos anos 90 em torno dos temas de meio ambiente, direitos humanos, população, crianças, mulheres, desenvolvimento social e cidades. E também reconhece a importância da divulgação da democracia participativa e deliberativa para o desenvolvimento humano e a proteção ambiental” (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008).

Após amplas discussões e diálogos e redação de inúmeras versões, o texto final da Carta da Terra é aprovado, em março de 2000, pela Comissão da Carta da Terra numa reunião em Paris, França, na sede da UNESCO. Finalmente o lançamento público oficial da Carta da Terra aconteceu alguns meses depois, em junho de 2000, durante uma cerimônia realizada no Palácio da Paz, em Haia, na Holanda.

O texto final da Carta da Terra apresentou-se oficialmente contendo um preâmbulo, 16 princípios centrais e 61 princípios de apoio, subdivididos em 4 temas, e uma conclusão. A Carta da Terra é o principal instrumento desta Iniciativa que, de acordo com a Earth Charter International (2009), visa promover a transição para uma sociedade global fundamentada em um modelo de ética compartilhada, que inclui o respeito e o cuidado pela comunidade da vida, a integridade ecológica, a democracia e uma cultura de paz. A Figura 1 sintetiza o processo de elaboração da CT detalhado nesta seção.



Figura 01 - Principais acontecimentos que antecederam o lançamento oficial da Carta da Terra (Fonte: Elaboração própria, 2010).

- O Reconhecimento da Iniciativa da Carta da Terra

Com a elaboração da CT a primeira missão estava cumprida, porém a parte mais difícil iniciava-se agora: obter o reconhecimento formal e fazer com que a sociedade aceitasse

e aderisse os princípios da Carta. Logo teve início uma segunda fase da Iniciativa. Por isso, é formado um Comitê Diretivo da Carta da Terra para acompanhar e supervisionar esta próxima fase da Iniciativa.

“A Comissão delegou a responsabilidade pelo acompanhamento da Iniciativa e pela busca de recursos ao recém criado Comitê Diretivo, que incluía, entre outros, vários membros da Comissão da Carta da Terra. Ela manteve a autoridade sobre o texto da Carta da Terra e seus membros continuaram a oferecer conselho e apoio para a Iniciativa numa base individual”(EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008).

Segundo Earth Charter Initiative (2008), as principais metas do Comitê eram promover a disseminação, subscrição e implementação da Carta da Terra na sociedade civil, *empresas* e governos e dá suporte para o uso educacional da Carta em escolas, universidades e outras estruturas de ensino.

Para alcançar as metas propostas nesta próxima fase do movimento, realizou-se, nos anos seguintes, uma campanha que atraiu milhares de pessoas e organizações. “Centenas de municipalidades promulgaram resoluções oficiais expressando seu apoio e aval à Carta da Terra” (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008).

Ainda, em 2000, a Carta da Terra foi apresentada ao presidente da Costa Rica durante um evento especial público realizado no Auditório Nacional, no país. O presidente, Miguel Ángel Rodríguez Echeverría, graciosamente aceitou a Carta da Terra e afirmou comprometimento com seus princípios (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2010).

Em 2001, o Conselho de Estado (parlamento) da República do Tartaristão (Federação Russa) abraçou oficialmente a Carta da Terra, tornando-se o primeiro governo provincial no mundo a adotar a Carta como um guia para a condução dos assuntos de Estado, aplicando seus princípios como parte de sua constituição (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2010). Logo no ano seguinte, os chefes de 99 municípios do Reino da Jordânia, em conjunto, aprovaram, em cerimônia oficial, a Carta da Terra a fim de promover um plano integrado e estratégico de desenvolvimento sustentável na Jordânia.

Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002, na cidade de Johannesburg, África do Sul, a Iniciativa da Carta da Terra esforçou-se para assegurar o endosso da Carta da Terra. Durante a conferência, vários líderes de governos e ONGs declaram apoio à Carta da Terra. (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008). Mas o reconhecimento da UNESCO para com a Iniciativa só aconteceu em 2003, durante a 32ª Conferência Geral da UNESCO, através de uma resolução que “reconhece que a Carta da

Terra é um importante referencial ético para o desenvolvimento sustentável” (GUIÃO, 2006). Este fato representou uma das conquistas mais importantes do movimento até então.

As Nações Unidas declararam a década<sup>10</sup> que vivemos como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, convidando os governos a incluir medidas necessárias para instituí - lá (UNESCO, 2005). A Carta da Terra e seu importante significado demonstrou uma forte influência no Plano de Implementação desta Década em Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A Iniciativa da Carta estabeleceu uma aliança com UNESCO para promover este movimento.

No campo dos negócios, o reconhecimento da Carta da Terra ganhou destaque em 2004 quando a *ITAIPU Usina Hidrelétrica*, uma empresa binacional, desenvolvida em conjunto pelos governos do Brasil e de Paraguai e uma das maiores geradores de energia no mundo, começou a usar a Carta da Terra como um valioso quadro ético, como uma ferramenta educacional e como o fio comum que liga os 70 ou mais projetos individuais que fazem parte do programa *Cultivando Água Boa*, iniciado em 2003. Estes projetos envolvem mais de 29 municípios, 145 ONGs e 318 escolas, representadas por mais de 88 mil estudantes (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2010).

Nos cinco anos que passaram, após o lançamento oficial, a Carta da Terra estava sendo amplamente disseminada mundo a fora. Foi traduzida em trinta e duas línguas e \* endossada por mais de duas mil e quinhentas organizações, que demonstraram apoio à Iniciativa. Dentre estas organizações estão a UNESCO, a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), o Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) e a Conferência de Prefeitos dos Estados Unidos.

“Milhares de organizações não-governamentais, cidades e povoados ao redor do mundo deram seu aval à Carta da Terra e estão trabalhando na implementação de seus princípios. Entre estes grupos encontram-se organizações ambientais tanto nacionais como internacionais, instituições e associações educativas, grupos religiosos, iniciativas para a paz, conselhos de governos locais. A Carta da Terra também recebeu o aval da Universidade para a Paz das Nações Unidas na Costa Rica, à qual a Secretaria Internacional encontra-se atualmente afiliada”(REVIVERDE, 2009).

Ao final desses cinco anos, a Carta da Terra já era amplamente reconhecida quanto ao significado de sustentabilidade que ela passa, quanto à visão desafiadora de um desenvolvimento sustentável e quanto aos princípios para que esse desenvolvimento fosse realizado.

---

<sup>10</sup> A começar em 1º de janeiro de 2005.

Para fechar os cinco anos correntes, em 2005, o Comitê Diretivo da Carta da Terra realizou uma revisão estratégica das atividades e dos progressos da Iniciativa até então realizados com o objetivo de avaliar, interna e externamente, os pontos fracos e fortes do movimento. A avaliação concluiu que muita coisa havia sido feita, porém era preciso reorganizar: “[...] a Iniciativa trouxe grandes promessas e deve seguir adiante, mas seu sucesso futuro depende de uma importante reorganização da sua estrutura de gestão e de um planejamento estratégico de longo prazo”<sup>11</sup>.

Todo esse processo de revisão estratégica culminou com uma grande conferência da Carta da Terra em Amsterdã, na Holanda, sediada pelo Comitê Nacional Holandês para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Sustentável (NCDO<sup>12</sup>), em 2005. O encontro *Carta da Terra +5* que reuniu mais de 400 líderes e ativistas da Carta da Terra e contou com a presença do primeiro-ministro e da rainha da Holanda, ficou marcado como o momento de transição para uma nova fase deste movimento. Neste evento, a revisão estratégica dos cinco anos foi concluída e celebrada, dando início à terceira fase da Iniciativa – a **Carta da Terra em Ação**. Na ocasião, foi lançado o livro “Carta da Terra em Ação”<sup>13</sup>, com 62 artigos de especialistas de todo o mundo, oferecendo uma valiosa visão sobre o significado da Carta e de suas atividades.

A partir de então, mudanças significativas na organização do movimento começaram a acontecer. Em substituição ao Comitê Diretivo, formou-se um novo Conselho<sup>14</sup> da ECI, composto por vinte e três membros especialistas de várias partes do mundo que em conjunto com a Secretaria Geral<sup>15</sup> da Carta da Terra ficariam responsáveis em acompanhar essa nova fase. O conselho Internacional reúne-se a cada seis meses com uma prioridade fundamental: definir diretrizes que deem base para um movimento capaz de fluir de forma natural, pelo mundo todo. A Secretaria da Carta da Terra juntamente com o Conselho foram reorganizados como a **Carta da Terra Internacional, EC (*Earth Charter International*)** e dois centros foram estabelecidos em diferentes regiões: o Centro de Comunicação e

---

<sup>11</sup> Avaliação conduzidas por Alan AtKisson, um consultor internacional na área de desenvolvimento sustentável (WEBSITE OFICIAL EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008).

<sup>12</sup> *Dutch National Committee on International Cooperation and Sustainable Development*.

<sup>13</sup> “*The Earth Charter In Action: Toward A Sustainable World*”. Editado por Peter Blaze Corcoran, Mirian Vilela e Alide Roerink.

<sup>14</sup> Steven Rockefeller, Razeena Wagiet, da África do Sul, e Erna Witoelar, da Indonésia, foram eleitos co-chairs do recém formado Conselho da Carta da Terra Internacional (WEBSITE OFICIAL EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008).

<sup>15</sup> A Secretaria, cuja sede se encontra na Universidade da Paz em Costa Rica (Nações Unidas), promove a missão, visão, estratégias e políticas adotadas pelo Conselho da Carta da Terra Internacional. Suporta os trabalhos do Conselho, presta assistência ao planejamento estratégico e coordena inúmeras atividades sobre a Carta da Terra (WEBSITE OFICIAL EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008).

Planejamento Estratégico da Carta da Terra, inaugurado em Estocolmo, na Suécia, sob a direção do Alan AtKisson e o escritório da Carta da Terra no campus da Universidade para a Paz, na Costa Rica, transformou-se no Centro de Educação da Carta da Terra para o Desenvolvimento Sustentável.

“É importante lembrar que, embora o Conselho da Carta da Terra Internacional ofereça liderança e orientação para ampliar a iniciativa, ele não administra ou controla diretamente a Iniciativa Carta da Terra como um todo. A iniciativa não é regida formalmente em qualquer sentido. O Conselho é responsável apenas pela governança da Carta da Terra Internacional” (WEBSITE OFICIAL EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008).

O Conselho da Carta da Terra Internacional, através de uma nova visão, começa a desenvolver estratégias de políticas a longo prazo, para esta próxima etapa. Uma nova fase, novas missões<sup>16</sup>. E dentre elas, podem ser destacadas:

- Crescer a consciência pela Carta da Terra em nível mundial e promover a compreensão de sua visão ética inclusiva;
- Buscar o reconhecimento e endosso da Carta da Terra por indivíduos, organizações e Nações Unidas;
- Promover a utilização da Carta da Terra como um guia ético e a implementação de seus princípios pela sociedade civil, pelos negócios e pelo governo;
- Incentivar e apoiar o uso educativo da Carta da Terra em escolas, universidades, comunidades religiosas, comunidades locais e em muitos outros grupos;
- Promover o reconhecimento e o uso da Carta da Terra como um documento de lei Branca (soft law).

Com o tempo, o comprometimento formal com a Iniciativa começa a ganhar força. Em 2005, a Carta da Terra já era amplamente reconhecida como uma declaração de Consenso global para a sustentabilidade e, segundo a Earth Charter Initiative (2008), desde então usada em negociações de paz, como documento de referência para o desenvolvimento de padrões e códigos de ética globais, como recurso para processos legislativos e de governança, como ferramenta para o desenvolvimento de políticas por parte de comunidades, como modelo educacional voltado à sustentabilidade e como em diversos outros contextos

---

<sup>16</sup> WEBSITE OFICIAL EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008.

## 2.1.2 Mas afinal, o que é a Carta da Terra e como funciona?

A Carta da Terra traz consigo um grande desafio à sociedade: repensar e reorganizar nossos princípios e valores a fim de que tomemos um novo caminho de respeito e de ética com a comunidade de vida.

A Carta da Terra em Ação, movimento de âmbito planetário e baseado na visão de mundo expressa na Carta da Terra, assim a define:

“Carta da Terra é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. O documento procura inspirar em todos os povos um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da família humana e do mundo em geral. É uma expressão de esperança e um chamado a contribuir para a criação de uma sociedade global num contexto crítico na História. A visão ética inclusiva do documento reconhece que a proteção ambiental, os direitos humanos, o desenvolvimento humano equitativo e a paz são interdependentes e inseparáveis. Isto fornece uma nova base de pensamento sobre estes temas e a forma de abordá-los. O resultado é um conceito novo e mais amplo sobre o que constitui uma comunidade sustentável e o próprio desenvolvimento sustentável”(REVIVERDE, 2010).

A Carta da Terra é o equivalente à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, porém apropriada para os tempos atuais (GADOTTI, 2008). Resultou de um árduo processo de consulta aberta e participativa que durou pouco mais de uma década e envolveu povos, nações, estados, setores sociais, raças e culturas na busca por um mesmo objetivo: um novo modo de vida justo e sustentável. Por isso e por todo reconhecimento alcançado até hoje, a Carta da Terra ganhou legitimidade e, de acordo com a *Earth Charter Initiative*, vem conquistando o status de lei branca, ou como os ingleses designam “*soft law*”, que, no âmbito do Direito Internacional Público, refere-se ao texto internacional desprovido de caráter jurídico em relação aos signatários<sup>17</sup>.

Dentro de um contexto mais ilusório, a Carta da Terra, como o próprio nome diz, é uma espécie de simulação do que o planeta diria para todos os seus habitantes, caso tivesse essa chance (PLANETA SUSTENTÁVEL, 2010).

Esta nova declaração dos povos é o que se pode chamar de uma espécie de “Guia Ético”. A Carta nos desafia a incorporar uma Responsabilidade Universal com base em seus quatro pilares:

- ***Respeito e Cuidado com a comunidade de Vida;***
- ***Integridade Ecológica;***

---

<sup>17</sup> Conceito retirado do Dicionário Jurídico disponível em [www.direitonet.com.br](http://www.direitonet.com.br).

- *Justiça Social e Econômica e*
- *Democracia, Não violência e Paz.*

O primeiro é o compromisso global mais abrangente e os três seguintes constituem-se os meios para cumpri-lo.

Segundo Cristina Moreno (2010)<sup>18</sup>, coordenadora da Iniciativa da Carta da Terra no Brasil, a Carta é a principal referência de sustentabilidade e poderia ser considerada como a Constituição de nosso Planeta.

Existem várias maneiras de usar a Carta da Terra, seja nas escolas, nos negócios, nos governos, em ONGs, em conferências, em eventos públicos, enfim, basta ter-se iniciativa e desejo de mudança.

A CTI sugere diferentes maneiras de utilização da Carta. Podem ser destacadas, por exemplo:

- Uma ferramenta educacional para o entendimento dos desafios e das decisões críticas que enfrenta a humanidade e também para o entendimento do significado de uma maneira de viver sustentável;
- Um chamado para ação e um guia ético para um jeito de viver sustentável que inspira compromisso, cooperação e mudança.
- Um conjunto de valores para guiar governos, em todos os níveis, na elaboração de políticas e estratégias, a fim de se construir um mundo mais justo, sustentável e em paz.
- Um guia abrangente para definição de responsabilidade social corporativa e responsabilidade ecológica e para a formulação de enunciados de missão e códigos de conduta.
- Um catalisador para diálogos multissetoriais, intercultural e interreligiosos com objetivos comuns, valores compartilhados e ética global.
- Um documento de lei branca (soft law) que proporciona uma fundamentação ética para o desenvolvimento de uma lei sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
- Um instrumento de auditoria com relação às metas de sustentabilidade.

---

<sup>18</sup> Em entrevista concedida em São Paulo ao Portal do Voluntário em março de 2010. Disponível em <<http://portaldovoluntario.org.br>>.



Para ajudar as pessoas a agirem em harmonia com os valores e princípios da Carta da Terra, a CTI disponibiliza ainda um *Guia de Ação* contendo um conjunto de doze *orientações para a ação*. Através desse Guia, cada indivíduo pode guiar seu dia-a-dia na direção da visão da Carta da Terra que representa (GUIA DE AÇÃO, 2008).

No campo educacional, para auxiliar educadores do mundo todo que buscam desenvolver sistemas e programas pedagógicos que preparam jovens e adultos para um modo de vida sustentável, como cidadãos locais e globais, responsáveis no século 21, a CTI lançou novamente *Guias* que fornecem importantes informações sobre como usar a Carta da Terra em experiências educacionais. O “Guião de educação para sustentabilidade – Carta da Terra”, lançado em 2005 e “Um Guia para usar a Carta da Terra na Educação”<sup>19</sup>, de 2009, são importantes instrumentos de exemplo desta iniciativa aqui no Brasil.

Instrumentos como estes norteiam a Iniciativa. Segundo o Guia de Ação (2008), “é o espírito da Carta da Terra, seus princípios e os “guias de ação” que darão coerência a tudo que for descentralizado e livremente criado em todas as partes do mundo”.

A Carta da Terra é o instrumento de promoção da “Iniciativa da Carta da Terra”. A Iniciativa, por sua vez, é um movimento global composto por uma rede mundial de pessoas, organizações e instituições com o objetivo de promover e implantar os valores e princípios da Carta da Terra (Earth Charter Initiative, 2008). Ser um movimento descentralizado e de esforço voluntário e que vem mobilizando boa parte da sociedade civil é a grande marca desta Iniciativa.

O movimento, desde sua origem, vem conseguindo adesão e representação fundamentais para sua evolução. Cerca de 100 países tem hoje alguma afiliação ou parceria com a Carta da Terra<sup>20</sup>. Entre milhares de indivíduos que compõe a Iniciativa, destacam-se:

- Instituições internacionais;
- Governos nacionais, locais e suas agências;
- Associações universitárias;
- Organizações não-governamentais e grupos comunitários;
- Grupos ecumênicos;
- Escolas, e
- Negócios.

---

<sup>19</sup> Disponível em <http://www.earthcharterinaction.org>.

<sup>20</sup> Segundo relata Miriam Vilela na Oficina de reflexão sobre os princípios da Carta da Terra e sua aplicação realizada em agosto de 2009, na sede do Instituto Ethos.

Todas essas adesões demonstram compromisso com a visão e com os objetivos do documento. E é isso de que a Iniciativa necessita. É importante, também, que cada vez mais pessoas, organizações, governos, empresas dêem seu aval à Carta da Terra, demonstrando, assim, a intenção e a vontade de mudança a fim de que juntos cooperem no esforço pela implementação dos valores e dos princípios que este documento oferece. Para o Instituto Ambientalista Reviverde<sup>21</sup>, avaliar a Carta da Terra é dar apoio à Iniciativa e à mudança social.

A Carta da Terra Internacional (CTI) surgiu nesse contexto com a missão de encorajar todas essas pessoas a contribuírem com a Iniciativa da Carta da Terra. E segundo consta, a CTI está em processo de ampliação desta Iniciativa em nível mundial, promovendo atividades descentralizadas e o empoderamento de indivíduos, comunidades e organizações. Ela também é responsável pela verificação e a contabilização, na medida do possível, das adesões, tais como organizações e instituições muito notórias, através de um acordo para que o nome do avalista da Carta da Terra possa ser usado publicamente e ser identificado como tal (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008).

A descentralização é outra forte característica deste movimento. A Iniciativa da Carta da Terra se desenvolveu como uma rede de milhares de indivíduos e organizações que voluntariamente e espontaneamente demonstraram seu apoio através da ação consciente e natural. Por isso a descentralização é essencial, tendo em vista que ficaria praticamente impossível gerenciar tradicionalmente um movimento deste porte. (GUIA PARA AÇÃO, 2007). “A Iniciativa da Carta da Terra é uma rede e não uma organização não-governamental (ONG) tradicional”, afirma o website oficial do movimento e explica o porquê:

Não é possível para a Iniciativa da Carta da Terra expandir sua influência por todo o mundo e realizar sua missão se for concebida como uma organização convencional, onde todas as atividades são dirigidas e controladas por uma organização. Considerando a missão da Carta da Terra, seria impossível, mesmo para uma grande ONG, supervisionar globalmente as atividades da Iniciativa da Carta da Terra. Tanto os custos como a complexidade de atingir esse compromisso seriam extraordinários. Seria uma tarefa impossível e um plano desaconselhável (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008).

E é seguindo essa filosofia inovadora que o movimento vem funcionando.

---

<sup>21</sup> Instituto Ambientalista da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <[www.reviverde.org.br](http://www.reviverde.org.br)>.

### 2.1.3 Conhecendo os Atores sociais da Iniciativa

O Conselho e a Secretaria, juntamente com a Comissão, os Embaixadores, Avalistas, Voluntários, Grupos de trabalhos, Organizações sociais, Afiliados e Assessores formam a Rede Global da Carta da Terra Internacional. A Figura 3 esboça todos os membros desta grande rede.

O Conselho da CTI, que não é uma entidade legalmente constituída, traça os principais objetivos, políticas e estratégias para o movimento e oferece orientação e liderança para ampliar a Iniciativa, além de supervisionar o trabalho da Secretaria Geral<sup>22</sup> do movimento.

A Secretaria, por sua vez, com sede na Universidade para a Paz na Costa Rica, é o núcleo de apoio que promove a missão, visão, estratégias e políticas adotadas pelo CIT. Ela orienta e conecta os esforços para levar a Carta da Terra às áreas de educação, juventude, empresarial e religiosa (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008). A brasileira Mirian Vilela que é a diretora executiva deste núcleo é, em função do seu papel, também membro do Conselho da CTI.

---

<sup>22</sup> A Secretaria é responsável pelo gerenciamento do website internacional e preparação de materiais e recursos básicos. Recebe apoio e assistência dos escritórios de diversos membros do Conselho da CTI, os quais funcionam como uma secretaria expandida em várias regiões do mundo.

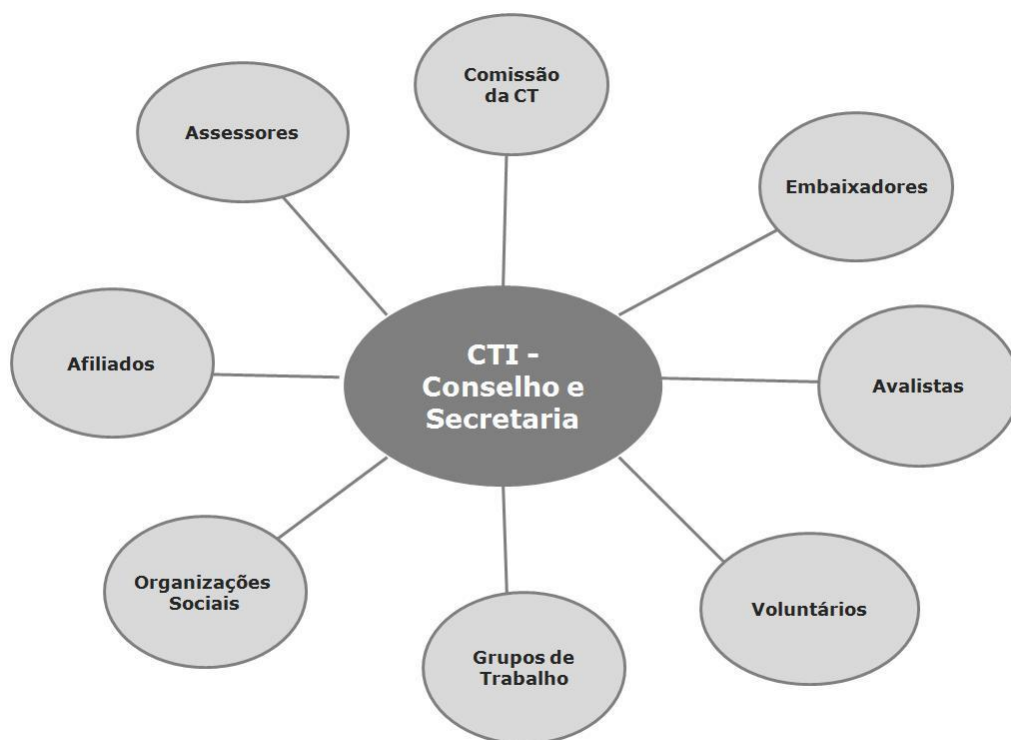


Figura 2 - A Rede Global da Carta da Terra Internacional (ECI) (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008).

A Comissão<sup>23</sup>, formada anteriormente em 1997, é responsável por guardar o texto da Carta da Terra e os seus membros, desde então conhecidos como Embaixadores, pelo aconselhamento e apoio à Iniciativa. Eventualmente, o conselho tem a liberdade de nomear como embaixadores figuras ilustres que exerceram alguma importância para a Iniciativa.

O Avalista é qualquer indivíduo, ou organização que formalmente expresse seu apoio e compromisso com o espírito e os propósitos do documento. Aqueles que se comprometem e doam recursos - tempo, dinheiro, rede de relacionamentos e promoção pública, ou o que lhes for conveniente – para a Iniciativa da Carta da Terra constituem-se Voluntários.

Os Grupos de trabalho concentram-se no desenvolvimento de uma rede independente de promoção de atividades em algumas das seguintes áreas: de Negócios, da Educação, da Mídia, da Religião, das Nações Unidas e da Juventude.

As Organizações Sociais exercem parceria estratégica e são aquelas cujas atividades apoiam diretamente e de forma programática a Carta da Terra e a Iniciativa, ou cujas atividades estão em harmonia com os princípios do documento. Em sua maioria, são organizações internacionais.

<sup>23</sup> Após o lançamento da Carta da Terra em 2000, a Comissão delegou a responsabilidade de supervisionar a iniciativa e a tarefa de angariar fundos para o Comitê. Em 2006, o Conselho diretor da CTI substituiu o Comitê (Iniciativa de la Carta de la Tierra, 2008).

Os Afiliados da CTI são os indivíduos ou organizações que, também, através de um acordo formal, compartilham a visão da Carta da Terra e estão empenhados em promovê-la e em ajudar a implementar as estratégias da CTI nos seus países. Eles são fonte ativa de informações sobre a Carta da Terra, em seus países.

Por fim, os Assessores, pessoas formalmente reconhecidas que são convidadas a prestar apoio ao conselho e à secretaria, com base em seu compromisso individual com a Carta da Terra (Iniciativa de la Carta de la Tierra, 2008).

A Carta da Terra, enquanto movimento, pressupõe que toda essa representatividade alcançada, à luz dessa filosofia, aja na direção da visão que ela representa para a construção de uma sociedade com desenvolvimento econômico sustentado e justiça social.

#### 2.1.4 A Carta da Terra no decorrer da sua fase “Em Ação”

Chama a atenção, nesta nova fase da Iniciativa, o comprometimento dos governos nacionais, o que é fundamental para a disseminação desta declaração. Desde quando a UNESCO afirmou a intenção dos estados membros de “utilizar a Carta da Terra como instrumento de formação, particularmente, no âmbito da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” surgiu à expectativa de que, cada vez mais, os governos, diante o contexto atual em que se vive, comprometam-se de uma maneira mais forte e formal com a Carta da Terra.

Podemos citar grandes iniciativas diante esta mobilização global.

- A nível mundial

Pessoas comprometidas, de várias partes do mundo, fazem parte da Iniciativa . Entre elas a queniana Wangari Maathai, que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2004, Maurice Strong, que foi secretário-geral da Eco-92, e os brasileiros Leonardo Boff e Oscar Motomura. Não só eles, mas também governos, empresas e ONGs de todo o mundo estão realizando iniciativas para disseminar a Carta da Terra, em busca de um mundo melhor.

No México, desde 2002, a Carta da Terra ganhou o apoio federal. O Ministério da Educação e do Meio Ambiente realizaram formalmente, em uma celebração presidencial do Dia da Terra, em 2007, compromissos públicos de utilizar a Carta da Terra como instrumento educacional no sistema escolar mexicano<sup>24</sup>. Este país tem um forte envolvimento com a iniciativa. Para se ter idéia do comprometimento do país, atualmente, quase todos os governos estaduais e quase todas as universidades locais adotam a Carta da Terra<sup>25</sup>.

Em 2005, o Senado australiano reconheceu a relevância da Carta da Terra como princípio ético e declarou apoio à sua aplicação nas políticas de educação para o desenvolvimento sustentável<sup>26</sup>.

No Brasil, em 2007, através de um acordo formal junto à Secretaria Geral da Carta da Terra Internacional e a uma ONG<sup>27</sup> brasileira de direitos humanos, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) comprometeu-se a promover a Carta da Terra em todos os segmentos da sociedade brasileira, bem como internacionalmente. O órgão brasileiro tem promovido a Carta em conjunto com as Agendas 21 locais.

Na Argentina, existe um programa parecido ao brasileiro, também liderado pelo seu Ministério do Meio Ambiente, que trabalha com Agendas 21 nas escolas, em conjunto com a Carta<sup>28</sup>.

O destaque também se deu com os governos locais que também iniciaram ou fortaleceram processos semelhantes às iniciativas nacionais de estabelecimento de compromissos públicos oficiais para implantar a Carta da Terra em programas e iniciativas importantes. A Earth Charter Initiative (2008) cita alguns exemplos de governos estaduais e municipais, dentre eles os estado de Queensland, na Austrália, a República do Tartaristão, na Federação Russa, e cidades, como São Paulo e Goiânia (Brasil), Oslo (Noruega), Munique (Alemanha), Nova Deli (Índia) e Calgary (Canadá).

O website oficial<sup>29</sup>, sítio no qual várias ferramentas e recursos da Carta da Terra foram desenvolvidos e estão disponíveis, passou a ter um aumento significativo no número de acessos, chegando a quase cem mil por mês, no período entre 2006 e 2007. Hoje esse número

---

<sup>24</sup> EARTH CHARTER INITIATIVE (2008).

<sup>25</sup> Segundo entrevista de Miriam Vilela ao *Planeta Sustentável* em abril de 2010. Disponível em <http://planetasustentavel.abril.com.br>.

<sup>26</sup> *Ibid.*

<sup>27</sup> O Centro para Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, fundado por Leonardo Boff e Márcia Miranda.

<sup>28</sup> Segundo declarações de Miriam Vilela ao *Planeta Sustentável* em abril de 2010. Disponível em <http://planetasustentavel.abril.com.br>

<sup>29</sup> [www.earthcharterinaction.org](http://www.earthcharterinaction.org)

é crescente, principalmente porque há uma mobilização para a criação de páginas na internet no maior número possível de idiomas.

Segundo declarações de Miriam Vilela ao *Planeta Sustentável*, em abril de 2010<sup>30</sup>, atualmente a Carta da Terra já foi traduzida para 50 idiomas e, de acordo com a Earth Charter Initiative (2010), possui uma rede de mais de 5.000 associados que apoiam a declaração, incluindo empresas, governos e ONGs (Tabela 1). Vilela explica ainda:

“É impossível precisar quantas entidades usam a Carta da Terra e quais projetos são desenvolvidos porque o movimento é descentralizado. Nós divulgamos a Carta, orientamos, mas não controlamos. Cada um a utiliza da melhor forma que pode”, realça ainda a diretora executiva da Secretaria Geral da Carta da Terra”(PLANETA SUSTENTÁVEL, 2010).

Tabela 1- Atual Rede de associados da Carta da Terra.

<b>Associados</b>	<b>Quantidade</b>
ONG'S	2.417
Educação (Escolas, Universidades etc)	792
Negócios e empresas	461
Governos Locais	441
Organizações Religiosas	439
Agências Governamentais	87
Organizações ligadas à Juventude	79
Organizações Internacionais	02
Outros	331
<b>Total</b>	<b>5.049</b>

Fonte: Elaboração própria.

Após 10 anos, percebe-se que a Carta da Terra está saindo do papel para nortear a visão de todos aqueles que são conscientes de que é preciso "somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz".

Exatamente uma década após ter lançado, oficialmente, a Carta da Terra para o mundo, a rainha holandesa **Beatrix** voltou ao **Palácio da Paz**, na capital de Haia, para participar do “**EC+10 – It Starts With One**”. Na ocasião comemorou-se os dez anos de existência do documento e, ainda, foram debatidas quais ações devem ser adotadas a partir de agora para que os princípios da Carta da Terra passem a ser incorporados por um número cada vez maior de empresas e indivíduos. (PLANETA SUSTENTÁVEL, 2010).

O EC+10 na Holanda contou com a participação de vários especialistas no assunto, entre eles os brasileiros Leonardo Boff e Oscar Motomura. “A promoção da

<sup>30</sup> Disponível em <http://planetasustentavel.abril.com.br>.

responsabilidade social corporativa” e “A contribuição da mídia na divulgação dos princípios da Carta da Terra” foram os temas mais debatidos para os próximos anos. (Ibid, 2010).

Para 2010, estão previstos, ainda, outra celebração relativa ao EC+10, em novembro, na Índia, e o lançamento da Iniciativa da Carta da Terra para os próximos dez anos.

- A Carta da Terra no Brasil

Segundo Gadotti (2007), no Brasil os princípios e valores da Carta da Terra são defendidos particularmente, através dos programas curriculares ligados à educação ambiental que existem na maioria das escolas. “A Carta da Terra é utilizada como um guia para a construção de uma cultura da paz e da Sustentabilidade”, reafirma o autor.

O Instituto Paulo Freire (IPF) exerce um valioso papel na promoção da visão holística da Carta da Terra, difundindo, em todo país, a Iniciativa da Carta da Terra e todas as suas agendas, de forma efetiva e profissional. Em 2006, o Instituto foi convidado a ocupar o “honroso e desafiador papel de Organização Filiada” à grande rede global da CTI, numa aliança estratégica com outras importantes instituições e organizações. O IPF, em conjunto com outras instituições da sociedade civil, conseguiu uma das conquistas mais concretas neste campo que foi introduzir a Carta da Terra entre os 21 pontos para a ação da *Agenda 21 Brasileira*.

O Ministério do Meio Ambiente está difundindo a Carta da Terra como suporte ético para a Agenda 21 brasileira. A importância dessa relação *Carta da Terra-Agenda 21* fica bem clara na explicação de Miriam Vilela (2010): “É uma ótima idéia integrar a Carta da Terra com as Agendas 21. São conteúdos complementares, que se fortalecem e se ajudam. A Agenda 21 é um guia para ações, e a Carta da Terra o fundamento. É como se um fosse o corpo e o outro, a alma”.

No campo educacional, ganha destaque também a educadora ambiental Rachel Trajber que, atualmente, no Ministério da Educação, tem dado um grande impulso na difusão da Carta da Terra nas escolas brasileiras, através do programa de *Qualidade de Vida nas Escolas (Com-Vidas)* (GADOTTI, 2007).

A cidade de São Paulo demonstrou um grandioso compromisso com a Carta da Terra, dando um grande salto para o movimento aqui no Brasil. Em maio de 2007, durante um



evento especial da Carta da Terra, na Câmara Municipal, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, assinou um compromisso com a Carta da Terra e manifestou o total apoio das Secretarias Municipais de Educação e do Verde e Meio Ambiente em colaborar com a Iniciativa. Este acordo de cooperação centra-se na implementação de ações para incluir a Carta da Terra no sistema educacional da cidade. A UMAPAZ, uma universidade aberta para a paz e educação ambiental, em colaboração com as Secretarias, lançou um projeto para divulgar a Carta da Terra em toda a rede de educadores de São Paulo, com o objetivo de sensibilizar os participantes sobre a Carta da Terra e solicitar o apoio dos educadores nesta grande mobilização. Hoje a cidade de São Paulo demonstra um forte engajamento com a Carta da Terra e serve de exemplo para as demais cidades brasileiras (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2010).

O Mato Grosso é outro estado pioneiro no apoio à Iniciativa. Já sediou uma *Conferência Internacional da Carta da Terra*, em 1998, antes mesmo da Carta ter sido apresentada oficialmente ao mundo e vem trabalhando a Carta da Terra, associando-a à educação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. O programa “*Educação Ambiental no Pantanal e na Amazônia*” é um exemplo de programa que envolve a Carta na política educacional do estado.

No nordeste, ganham destaque duas importantes iniciativas. A ONG “Terra Azul – Ecologia, Saúde e Cidadania”, localizada em Fortaleza, Ceará, que vem realizando formações de educadores com base nos princípios e valores da Carta da Terra e em Salvador, a iniciativa de Paulo Perissé que fundou e dirige a “The Global School - Escola de Educação Internacional”. O projeto pedagógico dessa escola centra-se na noção da “Educação Planetária”. A Carta da Terra impregna todas as dependências dessa escola, influenciando e harmonizando métodos, enfoques, conteúdos de ensino e de aprendizagem.

Ainda, na Bahia, um Grupo de Jovens vem trabalhando a Carta da Terra e juntos formaram o chamado ECYG Instituto Diversidade. Lá, grupos de alunos e professores da Faculdade Jorge Amado, localizada na cidade de Salvador, estão utilizando em suas pesquisas os princípios da Carta da Terra como uma diretriz para seu trabalho. Seminários, cursos de curta duração e workshops sobre a Carta da Terra também são organizados.

Fora do campo educacional, encontra-se outro bom exemplo de adesão e disseminação da Carta da Terra no campo empresarial. A fim de gerar mudanças significativas em suas organizações e no contexto maior em que atuam, o *Grupo paulista*

*Amana-Key*<sup>31</sup>, preocupado com o desenvolvimento humano sustentável e liderado pelo seu Diretor Executivo e também membro do Conselho Internacional da CT, Oscar Motomura, adotou a Carta da Terra como uma referência global para os seus programas educacionais de formação de lideranças, tanto no setor corporativo quanto no setor governamental (GADOTTI, 2007).

A hidrelétrica brasileiro-paraguaia, ITAIPU, situada na bacia do Paraná e que ganhou destaque internacional na utilização dos princípios da Carta da Terra em seus negócios, juntamente com outros parceiros, tem patrocinado formação de educadores populares, divulgando a Carta da Terra através de vídeos e de cadernos. O seu projeto “Cultivando Água Boa” usa a Carta da Terra como referencial ético.

O Instituto Ethos, uma organização líder no campo da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil, não ficaria de fora desta grande Iniciativa. Em 2008, decidiu que iria trabalhar fortemente no desenvolvimento de um mercado socialmente responsável. Mais especificamente, decidiu que o objetivo central do Instituto, para os próximos dez anos, seria o de promover uma economia verde, inclusiva e responsável no Brasil, utilizando os princípios da Carta da Terra como um guia geral. O Instituto Ethos é amplamente reconhecido como uma plataforma para o intercâmbio de conhecimentos e experiências no campo da responsabilidade social das empresas e no desenvolvimento de novas ferramentas para ajudar o setor privado e analisar suas práticas de gestão.

Todas essas iniciativas aqui citadas representam apenas uma parte do que está sendo feito, mas que contribuirá bastante na difusão da Carta da Terra no nosso país. Muito tem sido feito, mas há muito por fazer. “O Brasil é um vasto país, e as iniciativas envolvendo a Carta da Terra multiplicam-se por todo o território”, enfatiza Gadotti (2007).

E não é à toa que o Brasil foi escolhido para sediar a primeira campanha mundial do movimento que aconteceu em abril de 2010, em uma cerimônia pelo dia mundial da Terra que comemorou também os 10 anos do documento, na cidade de São Paulo. Denominada *Começa com Você*, a campanha lançada durante o evento remete ao pensamento de Mahatma Gandhi, para quem a mudança que se quer ver no mundo começa por cada indivíduo. O objetivo é fomentar entre o grande público o conceito de “Cidadania Terra”, pelo qual os interesses pelo bem comum do planeta estão acima dos individuais. Desenvolvida por voluntários em São Paulo, a campanha está ancorada em um filme de 60 segundos, com

---

<sup>31</sup> O grupo constitui-se como uma rede de alcance mundial focada na evolução consciente de líderes e da gestão de organizações empresariais, governamentais e não-governamentais. Tem se de em São Paulo. Disponível em <http://www.amana-key.com.br>.

versões em inglês, espanhol e português que será veiculado mundialmente, em espaços doados pelas principais emissoras internacionais de televisão por assinatura e pela rede aberta local. Contará também com anúncios doados por várias revistas e jornais, *spot* de rádio e *banners* para a internet (ETHOS, 2010).

Seja como um guia político de desenvolvimento sustentável para governos nacionais e locais, seja como um recurso pedagógico para a educação com desenvolvimento sustentável, ou, ainda, como um quadro de apoio às empresas, na sua compreensão e comunicação das linhas de fundo social e ambiental, cita Earth Charter Initiative ( 2010), dentre outros, todas essas demonstrações a favor da Carta da Terra nos dão uma visão geral de como a Carta, enquanto documento e foco de um movimento social, está contribuindo para acelerar a nossa transição para uma nova forma sustentável de vida.

As perspectivas futuras são de que a Carta da Terra continuará a crescer no mundo todo como fonte de inspiração para as ações conscientes em todos os campos da atividade humana e como documento de referência para o desenvolvimento de políticas, leis, padrões e acordos internacionais.

A descentralização abre caminho para uma rápida expansão das atividades relacionadas à Carta da Terra em todo o planeta. O objetivo do movimento é simples e claro: assegurar que, pela ação consciente, espontânea, no dia-a-dia, milhões (ou bilhões) de pessoas de todas as partes do mundo contribuam, num processo de auto-organização, para a evolução da vida no planeta (INICIATIVA DA CARTA DA TERRA, 2008).

#### 2.1.5 Grupo de trabalhos e áreas focais da Carta da Terra

Como parte do plano de disseminação da Carta da Terra nesta nova fase do movimento, a CTI, desde 2008, vem buscando atuar, através de grupos de trabalho e áreas focais, o que o movimento no Brasil apresenta como *força-tarefas*. A fim de que a Iniciativa tenha uma maior e melhor expansão em nível mundial e baseada no princípio da descentralização, as forças-tarefas surgiram na tentativa de desenvolver redes distintas e promover atividades mais focadas em uma das seguintes áreas (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2008):

- Setor privado,
- Educação,

- Mídia,
- Religião,
- Nações Unidas e
- Juventude

Segundo a Iniciativa (2008), essas áreas foram escolhidas porque oferecem oportunidades significativas para a utilização estratégica da Carta da Terra, funcionando como redes independentes de voluntários e no intuito de facilitar a transição para modos de vida sustentáveis. Elas foram idealizadas pelo Conselho da CTI e por muitos dos seus membros que se encontram engajados nesse processo e atuando como “sementes” frente as suas respectivas equipes.

É importante que se entenda que essas força-tarefas não constituem um departamento especial, responsável por uma área focal específica, nem muito menos, no caso do setor privado, por exemplo, em monitorar a participação das empresas. A idéia é que a CTI desenvolva recursos que serão disponibilizados, mas especificamente através do website, a fim de incentivar o empresariado a participar deste grupo de trabalho, utilizando e aprovando a Carta da Terra, por meio dos recursos disponíveis.

Como a área de estudo desta pesquisa é o setor empresarial, será dado aqui ênfase à força-tarefa ligada a esse setor, sem desmerecer a inegável importância da expansão da Iniciativa da Carta da Terra dentro de todas essas outras áreas focais, principalmente nesta atual fase da Carta da Terra em Ação.

#### 2.1.6 A carta da Terra no Setor empresarial

O planeta não suporta mais um crescimento econômico a qualquer preço. A Terra grita por mudanças de valores, de princípios e de atitudes. Frente a esse novo paradigma, as empresas são “forçadas” a se adaptarem a fim de que não percam, acima de tudo, seus mercados.

Um comportamento sustentável é uma dessas mudanças de padrões a que as empresas têm que se submeter. É, antes de tudo, um projeto que necessita da participação de diversos agentes para sua implementação. Dentre esses agentes, o setor empresarial surge como ator fundamental nesta mudança. “A atuação das empresas transita por sua relação com a natureza, com a comunidade local, com seu público interno e, até, com outros países. A

sustentabilidade precisa permear todas essas atuações”, enfatiza Vilela (2010)<sup>32</sup> em entrevista ao *Planeta Sustentável* em abril de 2010.

Observando o conceito da Carta da Terra, podemos perceber que ela surge na tentativa da “construção de uma sociedade global no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica”. Percebe-se, então, que se desenvolver de forma sustentável é o grande desafio. Para isso acontecer, é preciso se disseminar a sustentabilidade em todas as áreas. Por isso é fundamental que os processos produtivos também sejam reorientados.

No próprio texto da Carta da Terra, pode-se perceber o chamado à colaboração dos setores sociais nesta caminhada, rumo às mudanças: *"A parceria entre governos, sociedade civil e empresas é essencial e eficaz para a boa governabilidade da Iniciativa da Carta da Terra"* (O caminho adiante).

A adesão do setor privado à Iniciativa da Carta da Terra é chave e está aumentando consideravelmente, nos últimos anos (VILELA, 2010). Através do Gráfico 1, pode-se perceber que, depois da grande adesão de ONG's e de organizações inerentes à educação, partes fundamentais em movimentos que visam a mudanças, a categoria dos negócios, na qual se destacam, também, as empresas, é a que mais vem aderindo à Iniciativa da Carta da Terra. O que demonstra o comprometimento desse setor na execução dos valores e nos princípios da Carta da Terra e na boa vontade para cooperar com os outros neste esforço.

É fato que, ao longo do tempo, as exigências sociais e ambientais foram aumentando e, atualmente, as empresas que não atendam a essas exigências podem estar precipitando sua saída do mercado. É preciso, pois, avaliar como as organizações podem e devem se posicionar diante de uma sociedade cada vez mais exigente e consciente das responsabilidades que as corporações têm em relação à economia, ao meio ambiente e à própria sociedade (SOUZA, 2006, p.78).

---

<sup>32</sup> Em entrevista ao *Planeta Sustentável* em abril de 2010.

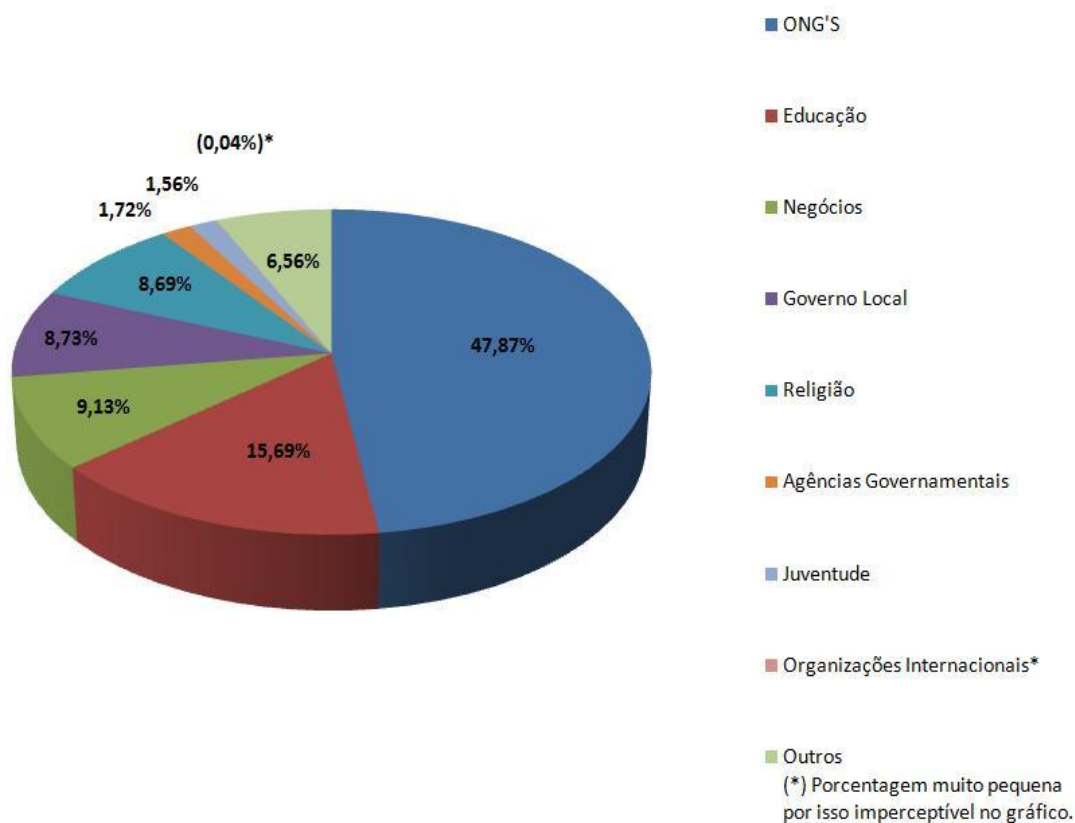


Gráfico 1 - Categoria de organizações que demonstraram oficialmente seu apoio a Carta da Terra no mundo.  
Fonte: Elaboração própria.

Segundo a Earth Charter Initiative (2008), o objetivo geral de envolver as empresas com a Carta da Terra é inspirar e aprofundar seus compromissos com a responsabilidade social e ambiental.

A Carta da Terra traz para as empresas o conceito de responsabilidade social, fornecendo elementos universais estruturados para reconhecer seu papel na humanidade. Ela sugere novas formas de alcançar mudanças positivas e desenvolver novas habilidades, talentos e sentimentos dentro dos diferentes padrões de convivência. Mas de que maneira o setor privado pode utilizar a Carta da Terra? Essa é a grande questão.

A Carta da Terra Internacional sugere algumas maneiras para esse envolvimento:

- Envolvendo os funcionários na visão de sustentabilidade, tomando a Carta da Terra como um instrumento para educar, treinar e inspirar.
- Fazendo avaliação das atividades das empresas, à luz dos valores e dos princípios consagrados na Carta da Terra, através da utilização das orientações de outros documentos internacionais, como, por exemplo, o Global Reporting Initiative (GRI).

- Incorporando os valores e os princípios da Carta da Terra na declaração de missão da empresa e em suas operações principais, a fim de criar uma empresa socialmente e ambientalmente mais responsável.

Como parte de uma estratégia para envolver cada vez mais as empresas com a Iniciativa, a CTI vem realizando um trabalho de coordenação com líderes de negócios para desenvolver parcerias com o Pacto Global das Nações Unidas (Global Compact) e a Global Reporting Initiative (GRI). Ela apóia firmemente a *visão complementar* entre essas iniciativas e incentiva todas as organizações a participarem tanto do GRI e do Pacto Global como da adoção da Carta da Terra (ECI, 2008).

No âmbito das parcerias acima mencionadas, são convidados líderes empresariais para usar a Carta da Terra como um ponto de referência ético em seus diálogos com os atores da sociedade civil e outros interessados.

A Carta da Terra, enquanto documento é mais um recurso disponibilizado para incentivar o empresariado a aprovar e implementar sua filosofia nos negócios e assim ajudá-lo a esclarecer um pouco dos contrapontos existentes entre essas iniciativas e oferecer ao setor privado alternativas sustentáveis para seus negócios.

"A Carta da Terra define, em profundidade, a visão de um mundo melhor. Ela é um dos documentos mais genuínos, sistêmicos e notáveis que a humanidade já produziu", define a empresária Chieko Aoki, que está à frente da rede de hotéis e resorts Blue Tree (BRASILEIROS, 2008). Presidente do Grupo de Mulheres Líderes Empresariais (Lidem), Chieko, como uma das mulheres de negócios mais influente do Brasil, fez da Carta da Terra sua bandeira e sua missão. "Procuramos sensibilizar homens e mulheres líderes para a questão da sustentabilidade, tão coerente com a visão feminina do mundo e do futuro, e cada vez mais presente em nossas vidas e nos nossos negócios", diz ela.

O estudo realizado pela IBM<sup>33</sup> (2008)<sup>34</sup>, intitulado "*A empresa do futuro*", mostra as perspectivas futuras para o setor de negócios. Nesse estudo, foram feitas entrevistas com mais de 1000 empresas e administradores ao redor do mundo, e um dos fatores mais importantes que resultaram dessa pesquisa é o fato de que as empresas devem ser "Genuínas, não apenas generosas", ou seja, "a empresa do futuro ultrapassa os limites da filantropia e da conformidade; ela reflete uma preocupação sincera com a sociedade em todas as ações e decisões" (2008, p.60). Esse tópico expõe a grande relevância que os altos executivos do mundo estão dando para a gestão socialmente responsável.

---

<sup>33</sup> International Business Machines (IBM) é uma empresa estadunidense do ramo de tecnologia da informação.

<sup>34</sup> GLOBAL. IBM, estudo global de CEO: A empresa do Futuro, 2008.

Ainda segundo Fontoura (2009), as implicações do estudo demonstram ainda que as empresas abordam a responsabilidade social corporativa de forma mais ampla para a “empresa do futuro”, na qual a responsabilidade social será ainda mais importante e fundamental.

Todos esses fatos demonstram que a RSE, como mudança de conduta das empresas, não é utopia, nem muito menos moda, mas, sim, um imperativo que veio para ficar e precisa ser trabalhado para que, cada vez mais, as empresas comprometam-se e assumam posturas éticas e transparentes e estendam seus benefícios e ganhos aos seus públicos mais necessitados. Por isso disseminar a Carta da Terra, nessa área focal, não é uma atividade impossível de ser feita, mas requer mudanças de posturas e vontade política.

#### 2.1.7 Iniciativas de avaliação de RSE e Desenvolvimento Sustentável: o desafio de “medir” mudanças

Percebe-se que, ao longo dos últimos anos, diversas instituições desenvolveram instrumentos para tentar medir e incentivar as ações sociais e ambientais das empresas. Em sua maioria, esses instrumentos constituem-se indicadores de desempenho, princípios ou normas internacionais que buscam integrar o sucesso econômico à consciência ambiental e social. A plena integração dessas três áreas direciona as empresas ao Desenvolvimento Sustentável.

O esforço de construir indicadores para as diversas áreas é uma tendência mundial, e o objetivo social é oferecer aos cidadãos e ao público leigo uma ferramenta prática para avaliar ou diagnosticar desempenhos e tomar decisão. Para as empresas, os indicadores também têm sido uma peça-chave nos processos de certificação e de obtenção de selos de qualidade (ETHOS, 2007).

Toda organização é livre para avaliar sua atuação, seja através de iniciativas próprias ou pré-existentes. No entanto, quando não se segue um padrão comum, é mais complicado se utilizar de comparações de resultados. Na tentativa de padronizar os resultados de uma atuação empresarial e, sobretudo, incentivar a sustentabilidade em suas gestões é que têm surgido, nas últimas décadas, iniciativas, normas e princípios nacionais e internacionais a fim de fomentar uma nova gestão empresarial, responsável e sustentável (SILVA, 2006, p. 93).



A Carta da Terra oferece algumas das mais abrangentes orientações sobre como construir uma sociedade global justa e sustentável. Enquanto ela estava sendo elaborada, uma série de outras iniciativas vinham surgindo. E hoje, como bem afirma a ECI (2006): “Há literalmente centenas de diferentes iniciativas que procuram voluntários para ajudar indivíduos e organizações a contribuírem para a melhoria social, ambiental, de paz e de condições econômicas”.

Entre as mais relevantes, a GRI (Global Reporting Initiative) e o Pacto Global das Nações Unidas ganham destaque como importantes instrumentos de apoio ao desenvolvimento sustentável e que, em muitos aspectos, são complementares à Carta da Terra. A Earth Charter Initiative (2006, p. 4) salienta as origens comuns desses documentos:

A Carta da Terra, o Pacto Global das Nações Unidas e a GRI partem de raízes comuns. Todos eles surgiram, em grande parte, a partir do reconhecimento - registrados nomeadamente pelo relatório *Nosso Futuro Comum* de 1987 da Comissão Brundtland e construído pela Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 - que o consumo humano e as práticas de produção foram se tornando cada vez mais insustentáveis, e que as questões de proteção ambiental são indissociáveis das preocupações do desenvolvimento humano (ECI, 2006, p. 4).

Estes foram alguns dos principais fatores que contribuíram para a criação de uma série de iniciativas que visassem à sustentabilidade.

Porém esse diversificado leque de iniciativas, muitas vezes, torna-se confuso e complexo e suas inter-relações pouco claras aos olhos dos usuários e dos observadores. Segundo a Earth Charter Initiative (2006), tanto as questões de implementação dessas iniciativas como as questões de relacionamento entre elas são as questões práticas que mais geram dúvidas entre os usuários dessas iniciativas globais.

Vejamos aqui algumas informações desses valiosos instrumentos incentivadores de responsabilidade social e sustentabilidade nas organizações, a *Global Reporting Initiative* GRI e o Pacto Global das Nações Unidas e os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social.

- *Global Reporting Initiative – GRI*

A GRI surgiu em 1997 como uma iniciativa conjunta da organização não governamental CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*) e o PNUMA

(Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), e, como afirma Silva (2006, p.95), com o objetivo de melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade. Oficialmente foi lançada em 2002 com a missão de oferecer uma estrutura confiável para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, que possa ser usada por organizações de todos os tamanhos, setores e localidades (GRI, 2006).

Segundo o Instituto Ethos, o relatório de sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. O modelo de relatório da Global Reporting Initiative (GRI) é atualmente o mais completo e mundialmente difundido.

A estrutura de Relatórios da GRI baseia-se em Diretrizes. As Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI, segundo GRI (2006, p. 4), consistem em princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas.

Para a ECI (2006, p. 6), a GRI ajuda a responder a perguntas, como “o que é que o desenvolvimento sustentável significa para a minha organização?” e “quais são as impactos gerados pelas dimensões econômica, social e ambiental da minha organização?”.

Atualmente, a GRI está em sua terceira versão de Diretrizes, chamada de G3-GRI. As Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade compreendem os princípios, as orientações e os indicadores de desempenho. Todos esses elementos têm o mesmo peso e importância (GRI, 2006, p. 5).




Figura 3 - Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade G3 –GRI (Fonte: Samarco, 2008).

As diretrizes estão estruturadas em duas partes, como mostra a Figura 3. A Parte 1: Princípios e Orientações – que definem o “como relatar”, trazendo orientações para definição do conteúdo do relatório, assegurar a qualidade da informação e estabelecer o limite

ou escopo do relatório. A Parte 2: Conteúdo do Relatório, ou o “o que relatar”, que estabelece referências para relatar o perfil da organização, sua forma de gestão (governança, compromisso e engajamento). Finalmente os indicadores de desempenho (ECOSISTEMAS, 2009).

Apesar de não ser uma certificação e, sim, um processo voluntário e interno da empresa, os benefícios da elaboração e divulgação do relatório de sustentabilidade pela GRI são bastante parecidos e vão desde uma oportunidade de inovação e alta performance para a organização até ganhos de imagem pública para empresa.

Para resumir, o Quadro 1 mostra os elementos-chave para um melhor entendimento da *Global Reporting Initiative*.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Um conjunto de princípios acordados em indicadores de sustentabilidade</b></li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Desenvolvido através de um processo global multilateral e equilibrado</b></li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Regida por um seletivo grupo de líderes empresariais e da sociedade civil</b></li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reconhecidos pela ONU na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS) 2002 e utilizado por mais de mil organizações no mundo inteiro</b></li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Disponíveis para utilização por todas as organizações</b></li> </ul>

Quadro 1: Elementos-chaves da GRI.  
Fonte: ECI, 2006.

- *O Pacto Global*

O *Global Compact* ou o Pacto Global é uma iniciativa desenvolvida pelo ex-secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, e tem por objetivo mobilizar a comunidade empresarial, em esfera mundial, para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, refletidos em 10 princípios. Atualmente conta com a participação de mais de 5.200 organizações signatárias, articuladas através de 150 redes ao redor do mundo, destacando a participação de agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, ONGs e demais parceiros (GLOBAL COMPACT, 2010).

Esta é uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania, através de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras. As empresas participantes do PG são diversificadas e representam diferentes setores da economia, regiões geográficas e buscam gerenciar seu

crescimento de uma maneira responsável que contemple os interesses e as preocupações de todo os seus *stakeholders* (Ibid, 2010).


O compromisso assumido pelos signatários se sustenta em dez princípios, distribuídos nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ao meio ambiente e combate à corrupção. A Figura 3 especifica esses princípios.

Para assegurar e aprofundar o comprometimento dos participantes do Pacto Global e salvaguardar a integridade da iniciativa, além de criar um rico repositório de práticas corporativas que sirvam de base para melhoria contínua de desempenho, o signatário que declara seu apoio ao PG precisa publicar seu Relatório de Progresso (COP). O COP é a descrição de providências tomadas pelos participantes em apoio ao Pacto. Ele demonstra o compromisso com o PG e com o progresso, na implementação dos dez princípios (KELL & LIGTERINGEN, sd, p. 2).



Figura 4 - Os 10 princípios do Pacto Global distribuídos nas quatro áreas de abrangência (Fonte: Samarco, 2008).

Por fim, o Quadro 2 resume os elementos-chave do Pacto Global.

	<b>• Possui 10 princípios fundamentais derivados de instrumentos intergovernamentais</b>
	<b>• A participação é gratuita e aberta a empresas de todos os tamanhos</b>
	<b>• Possui mais de 3.000 participantes e uma rede global de organizações locais</b>
	<b>• Os usuários são obrigados a apresentar anualmente uma "Comunicação de Progresso" (COP)</b>
	<b>• Tem reconhecimento da Cúpula Mundial de 2005, da Assembléia Geral da ONU e do Grupo dos Oito (G8)</b>

Quadro 2 - Elementos-chaves do Pacto Global.

Fonte: ECI, 2006.

No mundo inteiro, 5.300 empresas são signatárias do Pacto Global, que também abre a possibilidade de adesão a outras organizações, perfazendo um total de 7.700 participantes em 130 países. No Brasil, participam do Pacto Global 339 instituições, entre empresas e associações empresariais, ONGs, órgãos do setor público, instituições de ensino, sindicatos e até cidades (ETHOS, 2010).

- **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**

Para o Instituto Ethos, conduzir os negócios atendendo as exigências da competitividade, ao mesmo tempo contemplando os conceitos de desenvolvimento sustentável, representa, hoje, o principal desafio do setor empresarial comprometido com a Responsabilidade social. Para tanto, utilizar instrumentos adequados para as diversas etapas, como o diagnóstico, a implantação e a avaliação do resultado das práticas de gestão, pode ajudar a empresa na incorporação desses aspectos em seus processos cotidiano e estratégicos.

Para que a gestão socialmente responsável das empresas seja identificada pela sociedade segundo um padrão avaliativo sistêmico e estruturado para fortalecer a cultura da RSE no Brasil, o Instituto Ethos elaborou os *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social* – ferramenta de gestão que mede o grau de responsabilidade social da empresa por meio de um diagnóstico abrangente e facilita a incorporação dos conceitos e das práticas de RSE.

Em parceria com o SEBRAE e no intuito de incentivar e contribuir para que a RSE fosse incorporada pelo universo das micro e pequenas empresas, o Ethos desenvolveu

ainda a *Ferramenta de Auto-Avaliação e Planejamento – Indicadores Ethos-Sebrae de RSE para Micro e Pequenas empresas*.

Ambos indicadores estão organizados em sete temas, e cada tema é subdividido em um conjunto de indicadores cuja finalidade é explorar, em diferentes perspectivas, como a empresa pode melhorar seu desempenho naquele aspecto (Indicadores Ethos de Responsabilidade Social, 2007):

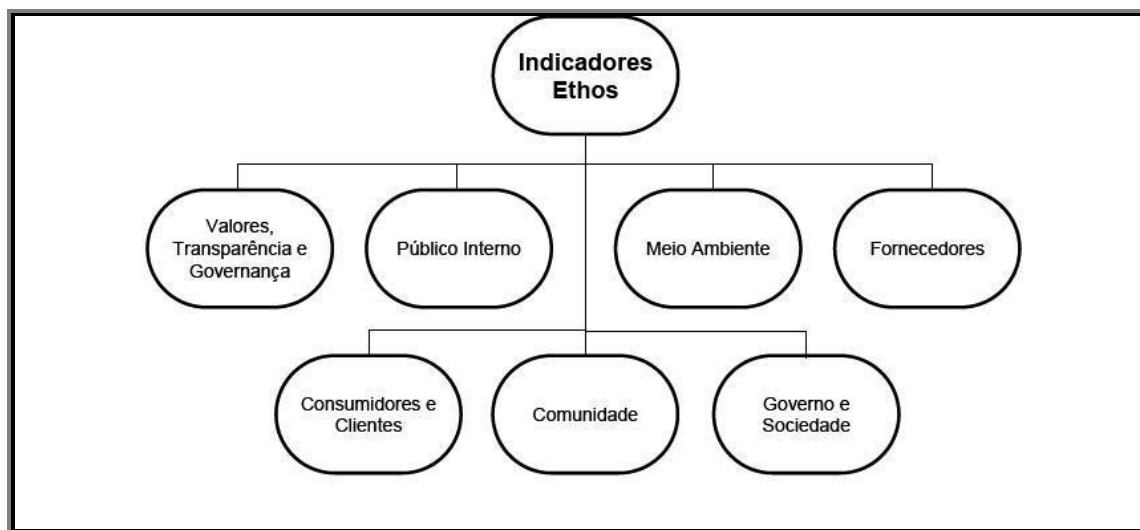


Figura 5 - Princípios dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (Fonte: SOUZA, 2006, p. 104).

#### I. Valores, Transparência e Governança

- Subtemas: a auto-regulação da conduta e as relações transparentes com a sociedade.
- Ser socialmente responsável é atender às expectativas sociais, com transparência, mantendo a coerência entre o discurso e a prática.

#### II. Público Interno

- Subtemas: diálogo e participação, respeito ao indivíduo e trabalho decente.
- A empresa socialmente responsável procura fazer mais, além de respeitar os direitos trabalhistas.

#### III. Meio ambiente

- Subtemas: responsabilidade com as gerações futuras e gerenciamento do impacto ambiental.
- Gerenciar com responsabilidade ambiental é procurar reduzir as agressões ao meio ambiente e promover a melhoria das condições ambientais.

#### IV. Fornecedores

- Subtemas: seleção, avaliação e parceria com os fornecedores.
- Todo empreendimento socialmente responsável deve estabelecer um diálogo com seus fornecedores, sendo transparente em suas ações, cumprindo os contratos estabelecidos, contribuindo para seu desenvolvimento e incentivando os fornecedores para que também assumam compromissos de responsabilidade social.

#### V. Comunidade

- Subtemas: relações com a comunidade local e a ação social.
- A relação que uma empresa tem com sua comunidade de entorno é um dos principais exemplos dos valores com os quais está comprometida.

#### VI. Consumidores/clientes

- Subtema: a dimensão social do consumo.
- A empresa socialmente responsável oferece qualidade não apenas durante o processo de venda, mas em toda a sua rotina de trabalho.

#### VII. Governo e Sociedade

- Subtemas: transparência política e liderança social.
- O relacionamento ético com o poder público e com o cumprimento das leis faz parte da gestão de uma empresa socialmente responsável.

É importante destacar que a implantação de um modelo de gestão socialmente responsável é um processo contínuo e que se realimenta permanentemente. Não há organização que já tenha alcançado a plenitude da RSE, mas padrões atualizados de relacionamento com seus *stakeholders*. Essa relação será sempre dinâmica e irá implicar novos avanços (Relatório Socioambiental Fiesp/Ciesp/IRS, 2004).

Os Indicadores Ethos de RSE que, atualmente, estão em sua terceira geração, completam uma década em 2010 e estão sem ajustes há três anos. Neste ano, o Ethos iniciará o processo de revisão dos seus indicadores no intuito de atualizá-los à luz da norma 26000 da ISO (*International Organization of Standardization*). A ideia é que, ao serem revisados, eles se tornem uma melhor ferramenta de gestão.

Segundo Gustavo Ferroni, coordenador do Grupo de Trabalho ISO 26000 do Ethos, a norma será publicada em dezembro de 2010 e vai atuar como uma plataforma de entendimento entre os *stakeholders*. Ela foi construída com base em iniciativas já reconhecidas, como a GRI e o Pacto Global da ONU, para atender a demanda do empresariado global.

Para Paulo Itacarambi, vice-presidente executivo do Instituto Ethos, essa atualização chega para simplificar os indicadores e facilitar seu uso e entendimento por parte das empresas. Hoje, essa ferramenta é usada por empresas em seis países, além do Brasil: Paraguai, Peru, Equador, Bolívia, Argentina e Nicarágua. E para englobar cada vez mais parceiros, o uso da norma ISO 26000 se faz necessário (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL, 2010, p.11).

- As questões de relacionamento entre as Iniciativas

A GRI e o Pacto Global, juntamente com a Carta da Terra, consolidaram-se como instrumentos que gozam de uma boa reputação internacional e podem orientar a gestão de inúmeros tipos de organizações, sobretudo as empresariais, pois, de acordo com ECI (2006, p. 5), esses instrumentos

- Orientam para a sustentabilidade;
- São derivados de normas e princípios internacionais, desenvolvidos e aprovados pelos governos. Por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- São globalmente relevantes. Podem ser usados por todas as organizações, nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento, grandes ou pequenos;
- São baseados em parcerias, envolvendo setores empresariais, setores da sociedade civil e, às vezes, setores de órgãos públicos, de todas as partes do mundo;
- Foram desenvolvidos para uso voluntário, permitindo, assim, maior flexibilidade de uso e experimentação.

Esse quadro nos mostra que as três iniciativas possuem fortes elementos em comum e foram concebidas para ajudar a sensibilizar todos os setores sociais sobre a urgência de se avançar para um desenvolvimento sustentável.

É certo que as semelhanças existem, mas também há diferenças úteis.



A Carta da Terra, por exemplo, “abrange um espectro mais amplo de questões e princípios, que a GRI e o Pacto Global”. Ela fornece orientações sobre ‘o que tem de ser feito’ e ‘por que’, mas não determina a forma como isso deve ser feito, visto que seu processo de criação entende que as diferentes culturas e organizações terão abordagens distintas em momentos diferentes (ECI, 2006, p. 4). Dessa forma, o ‘como fazer’ torna-se parte da abordagem que diferencia essa iniciativa e surge como tarefa mais inerente à GRI. Daí a necessidade de complementação.




O Pacto Global, por sua vez, catalisa liderança e inovação na tradução de compromissos-chaves de responsabilidade social corporativa em visão e ação organizacionais. Os princípios universais nos quais o PG se baseia são um ponto central de referência nas diretrizes da GRI. Portanto, a GRI recomendaria o uso do PG como um meio prático de implementar tais princípios (KELL & LIGTERINGEN, sd).

Resumindo, a Carta da Terra e o Pacto Global fornecem orientações mais direcionais, ou seja, “o que fazer”, enquanto a GRI está mais focada em auxiliar com a medição e relato das atividades relacionadas, ou seja, o “como fazer”) (ECI, 2006, p. 7).

O público-alvo é outra diferença formal entre essas iniciativas. A Carta da Terra e a GRI foram projetados para uso por qualquer organização, seja ela empresa, sociedade civil ou órgão público. Já o principal grupo de usuários do Pacto Global é o empresariado. No entanto a CTI destaca que alguns órgãos públicos estão usando o PG internamente e apoiando a sua utilização na comunidade empresarial e para além dela.

Quanto à adesão, percebe-se que o Pacto Global e a GRI possuem um relacionamento mais formal e interativo, com mecanismos regulares para discussão e troca de experiências entre as partes interessadas. Além de possuir um vasto banco de orientações práticas relativas à execução de seus respectivos princípios. Enquanto a CT, por ser um movimento descentralizado, possui uma lista de endossantes e adeptos, mas não quantifica com precisão quantas entidades usam a Carta e quais projetos são desenvolvidos nesse sentido.

Embora essas iniciativas funcionem de forma independente, ou seja, projetem-se perfeitamente sem necessidade de combinação com outros instrumentos afins, elas exercem papéis complementares na promoção da responsabilidade social e no desempenho de gestões sustentáveis. Por isso a necessidade de se trabalhar, cada vez mais, essa vertente e assim garantir uma melhor implementação de estratégias de sustentabilidade nas estruturas e práticas organizacionais. O Quadro 3 nos mostra como os usuários das três iniciativas podem desenvolver as suas diferenças e características complementares.

	<b>CT</b> 	<b>GRI</b> 	<b>PG</b> 
<b>ALCANCE</b>	Oferece um quadro mais global para a ação. Além dos três pilares do DS, ela inclui questões vitais como a democracia, não violência e paz.	Podem utilizar a CT na revisão do alcance de seus princípios. Seus usuários podem encontrar também na Carta um instrumento valioso para avaliar a abrangência de suas políticas de sustentabilidade e práticas.	
<b>CONTEXTO</b>	Oferece um resumo autônomo e auto explicativo dos principais desafios enfrentados pela humanidade.	Os usuários da GRI e PG, querendo entender um contexto mais amplo para suas atividades e impactos, podem usar a Carta da Terra para aprofundar seus conhecimentos, partilhar os valores globais e encontrar uma inspiração e conjunto acessível de metas.	
<b>COMUNICAÇÃO</b>	Reconhece a necessidade de organizações que atuem com transparência, mas não especifica como isso deve ser feito, nem fornece um mecanismo para comunicar o desempenho. As organizações que utilizam a CT podem usar as diretrizes para seus Relatórios de Sustentabilidade da GRI e o Pacto Global para avaliar e comunicar os seus progressos.	Relatório de Sustentabilidade	COP
<b>PARTICIPAÇÃO</b>	Incentiva o público a apoiar (dar aval) a Carta como uma forma de mostrar o seu apoio para os seus valores e princípios.	Possuem modalidades formais de usuários para se tornarem associados. Seus usuários podem querer considerar o aval da CT como uma medida complementar de apoio a iniciativas de responsabilidade social.	
<b>PLATAFORMA PARA DIÁLOGO</b>	Pode servir como um fórum atrativo para reunir as várias iniciativas como o PG e o GRI para discutir como eles poderiam tratar desafios coletivos. Por exemplo, como aumentar a aceitação por parte dos governos, das empresas e de outras organizações?	Reconhecem a importância crucial de juntar as diversas partes interessadas para compartilhar perspectivas, experiências e idéias relacionadas aos seus respectivos processos, princípios e indicadores	

Quadro 3 - Sinergias e Complementaridades entre a Carta da Terra (CT), a GRI e o Pacto Global das Nações Unidas (PG), segundo a Earth Charter Initiative.

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a tabela acima, pode-se entender como a Carta da Terra, em sua perspectiva mais ampla, pode agregar valores a iniciativas, como o GRI e o PG, e como estes respectivos instrumentos podem complementar em alguns aspectos a Iniciativa da CT.

Os Indicadores Ethos de RSE também possuem uma estreita relação com a Carta da Terra, a GRI e o Pacto Global, sobretudo no que se refere à incorporação de práticas empresariais socialmente responsáveis.

Sabe-se que o objetivo geral de envolver o empresariado na Iniciativa da Carta da Terra é fazer com que, cada vez mais, esse setor implemente em sua gestão práticas socialmente responsáveis. Os Indicadores Ethos auxiliam as empresas, no Brasil e nos demais países em que eles são utilizados, a gerenciar os impactos sociais e ambientais decorrentes de suas atividades. Com isso, o empresariado que segue os princípios da CT pode utilizá-los, assim como a GRI e o Pacto Global, para avaliarem os seus progressos. Da mesma maneira que com as outras iniciativas, a Carta, também, surge como uma ferramenta valiosa para a revisão periódica desses indicadores.

Desde 2004, o Instituto Ethos iniciou uma parceria com a GRI, contemplando, em sua estratégia de trabalho, a tarefa de que, cada vez mais, empresas no Brasil padronizem seus Relatórios de Sustentabilidade de acordo com os modelos da GRI. O Ethos foi responsável pelo lançamento, no Brasil, da versão em português dos Relatórios da GRI. No âmbito dessa parceria e com o intuito de facilitar os trabalhos do setor empresarial, o Instituto relacionou os Indicadores Ethos de RSE com as diretrizes abordadas pelos Relatórios da GRI. Com isso, ao responder os Indicadores Ethos, muitas das informações levantadas já estão contemplando as exigências dos Relatórios da GRI (ETHOS, 2005).

A Comunicação de Progresso – COP - que corresponde às ações feitas pelas empresas signatárias do Pacto Global, podem ser enviadas no formato dos Indicadores Ethos de RSE. Nesse sentido, o Instituto Ethos também elaborou uma publicação contendo a versão dos *Indicadores Ethos Aplicados aos Princípios do Pacto Global*, ampliando a maneira de comunicação do desempenho empresarial e difundindo a utilização dos indicadores de RSE.

Ao adaptar os aspectos mais úteis e relevantes de cada iniciativa, a organização pode realmente otimizar seu engajamento nas questões de desenvolvimento sustentável global, conclui a ECI (2006).

- A *EC – Assess*, a ferramenta de avaliação da Carta da Terra

- O que é a *EC – Assess*?

Lançada em 2007, pela CTI, em assembléia mundial no Reino Unido, a Avaliação -CT (ou *EC-Assess* em inglês) é uma ferramenta de avaliação livre e abrangente, baseada nos princípios éticos da Carta da Terra, que pode ser utilizada para avaliar desde estilos de vida individual a projetos ou organizações que procuram melhorar a aplicação dos princípios contidos nesta declaração.

A Carta da Terra é a base de apoio da *EC-Assess*, porque, conforme já foi citado, é uma declaração que vem obtendo um amplo apoio às suas aspirações e a valores refletidos por meio de um conjunto de princípios éticos, também conhecidos como o “máximo denominador comum” na construção de uma sociedade mais justa, sustentável e pacífica. Ao analisar todo seu processo global participativo e multicultural de construção, percebe-se como a Carta realmente oferece um alto e legítimo padrão para medir desempenho e compromisso ético.

- Para que serve?

O principal objetivo desta iniciativa é mostrar em quais dos princípios éticos da sustentabilidade há mais diferença entre as ações e os valores adotados e, a partir daí, trabalhar na tentativa de gerar mudanças, tanto no comportamento como nas práticas, rumo ao Desenvolvimento Sustentável.

Uma avaliação em termos de ética é diferente de uma avaliação comum de desempenho, pois, como explica a ECI (2007, p. 6), “na medida em que centramos nos valores fundamentais, expressos pelo assunto avaliado, a comparação de desempenho acontece com base nesses valores e aspirações”. Essa iniciativa possibilita avaliar, em especial, a responsabilização e melhoria, além de servir tanto para medir o progresso, como para descobrir onde e como é necessário agir mais.

Para os grupos que desejam avaliar, através de uma visão externa, seu compromisso ético e desempenho, como, por exemplo, os órgãos governamentais, ONGs, instituições educacionais, empresas, entre outros, o *EC-Assess*, por ser uma ferramenta de avaliação livre, constitui-se numa valiosa metodologia para avaliar as ações de responsabilidade social, desenvolvidas com base nos princípios da Carta da Terra.

Testada com sucesso por estudantes da Universidade para a Paz da Costa Rica, em workshops, nos Países Baixos e na Suécia, e em sessões de trabalho da Carta da Terra, em conferências na Índia, essa ferramenta tem demonstrado que a utilização da Avaliação CT, na qualidade de instrumento de avaliação sistêmica e adaptável, seja por pessoas, seja por vários tipos de organizações, podem, conforme ECI (2007, p.6):

- Estimular o debate e promover ações que melhor reflitam os valores defendidos e identificados como os mais necessários, para garantir uma solução justa para um mundo sustentável e pacífico.
- Avaliar projetos ou programas de vários setores e organizações, na tentativa de estimular a troca de informação construtiva, de diálogo e debate, bem como incentivar a tomada de medidas adicionais para uma mudança positiva.

Esse mais novo e recente processo avaliativo, lançado pela Carta da Terra Internacional, acrescenta ainda a possibilidade de aproveitar o poder da “Dissonância Cognitiva<sup>35</sup>”, cujas ações não refletem os valores adotados.

Segundo Waal & Telles (2004), a Teoria da Dissonância Cognitiva de Festinger, afirma que, uma vez criada uma dissonância cognitiva numa pessoa, um pequeno estímulo pode levar à adoção de um novo comportamento. Portanto, trabalhar os pontos de dissonância resultantes dessa avaliação é trabalhar pelas mudanças, como, por exemplo, lançar campanhas para mudar o comportamento pessoal, as estratégias e as práticas.

- Como funciona?

Sabe-se que a Carta da Terra contém 16 princípios gerais e 61 princípios de apoio. A metodologia da avaliação segue essa estrutura e apresenta-se organizada em forma de planilha, porém priorizando os princípios 5 ao 16 e seus respectivos princípios de apoio. Isso

---

<sup>35</sup> Toda pessoa tenta estabelecer uma coerência entre pensar e agir. Quando uma pessoa age de maneira contrária ao que pensa, ocorre um estado de *Dissonância cognitiva* (Waal & Telles, 2004).

acontece porque os quatro primeiros princípios do documento que constitui o seu primeiro pilar “*Respeito e Cuidado com a comunidade de Vida*” é o compromisso global mais abrangente, e os princípios seguintes (5 ao 16) que compõe os outros três pilares constituem-se os meios para cumpri-los, ou seja, são as expressões gerais das ações mais específicas dos princípios éticos da Carta da Terra, portanto mais favoráveis ao exercício da avaliação.

Para começar a avaliação, o avaliador primeiro identifica quais destes princípios de apoio são pertinentes e relevantes no âmbito do objetivo da avaliação. Posteriormente, os seguintes aspectos são avaliados:

(1) O desempenho. À *medida que cada um dos princípios de apoio está sendo adotado publicamente*, ou seja, o nível de ação de cada princípio de apoio;

(2) Os valores. À *medida que o planejamento e desempenho real refletem a aplicação do princípio de apoio na prática*, ou seja, o que o referido princípio reflete no planejamento e desempenho do avaliado, na prática, demonstrando, assim, o nível de atenção por aquele princípio.

Cada um dos princípios de apoio selecionado deve ser classificado de acordo com uma escala de 0 a 3 que avalia o grau em que cada um dos princípios são evidenciados, em nível de ação e atenção (comprometimento).

Depois de preenchida, a planilha de pontuação surge como ponto de partida para a reflexão e discussão. A ECI (2007, p. 19) recomenda, para a próxima etapa, uma reunião-debate na qual os avaliadores e os sujeitos revisem e discutam os resultados dentro do espírito de investigação apreciativa. “Manter a conversa aberta e flexível para ter a oportunidade de chegar à linha de fundo e descobrir as áreas em que uma iniciativa orientada poderia superar os obstáculos à mudança ou atingir um “ponto de alavancagem” para gerar mudanças positivas gradualmente com impacto sistêmico”.

Para isso é importante, adverte o EC-Asses (2007), ter em mente a noção de que os princípios da Carta são muito abrangentes e que eles podem não ser bem compreendidos. Por isso é improvável que alguém ou alguma organização recebam pontuações elevadas em cada um dos parâmetros.

Os resultados desta metodologia permitem ao avaliador identificar as áreas de maior e menor aceitação do princípio de apoio e onde a prática de um princípio de apoio específico é maior ou menor, com isso destacar, em especial, as áreas em que o compromisso com os princípios da Carta da Terra é mais acentuado e as práticas da organização que não estão em sintonia uma com as outras (ECI, 2007).

A finalidade de utilizar a seguinte metodologia é, antes de tudo, refletir sobre o alcance de cada princípio da CT e entender por que, sendo tão importante, ele não está sendo implementado na prática (VILELA, 2008)<sup>36</sup>.

Um grande exemplo de aplicação dessa metodologia, citada pela ECI (2007), ocorreu com a utilização da *EC-Assess*, por estudantes costarriquenhos, no intuito de avaliar o compromisso e as ações para a sustentabilidade no setor do turismo da cidade de Quepos, na Costa Rica. O turismo é uma das mais importantes atividades econômicas deste país e representa a principal fonte de divisas, por isso é muito provável que as ações para a sustentabilidade deste setor gerem um grande impacto sobre o país.

Uma vez que o turismo é um setor complexo, com a participação de diversos atores, os avaliadores identificaram o Governo Federal, representado pelos escritórios locais dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente e Energia, o Governo local, o setor de negócios turísticos e as escolas como as instituições entrevistadas. (Elas foram o sujeito da avaliação).

A pesquisa mostrou que a *EC-Assess* realmente possui potencial para sublinhar os princípios da sustentabilidade, identificados como importantes por organizações e setores, mas que não estão sendo colocados em prática.

Os resultados demonstraram, ainda, que, através do diálogo gerado durante o processo de entrevista, é possível identificar as ações estratégicas que precisam ser realizadas. No caso de Quepos, por exemplo, identificou-se que todas essas instituições que influenciam ou são influenciadas pelo setor do turismo precisavam mudar, sobretudo nos pontos com potencial de melhoria, ou seja, nos princípios em que existe um alto nível de interesse e um baixo nível de ação, assim como o que deveria ser feito nos casos de baixo interesse em qualquer princípio de sustentabilidade.

Vale salientar, também, a possibilidade oferecida por esta ferramenta de se fazer comparações. Outra avaliação sobre o mesmo setor de turismo poderia ser feita em outra parte da Costa Rica, para identificar se existem tendências similares entre os mesmos atores (ECI, 2007).

Espera-se, portanto, que essa avaliação possa ajudar a se conseguir as mudanças desejadas, no intuito de alcançar a sustentabilidade em suas próprias vidas e através de suas

---

<sup>36</sup> Segundo relatos de Miriam Vilela na Oficina de reflexão sobre os princípios da Carta da Terra e sua aplicação realizada em agosto de 2009, na sede do Instituto Ethos e disponível em <[www.parceirosvoluntarios.org.br](http://www.parceirosvoluntarios.org.br)> .

organizações. Para isso, a Carta da Terra Internacional orienta que se compartilhe a *EC-Assess* com os outros, a fim de multiplicar os efeitos positivos.

No estudo aqui apresentado pretende-se utilizar a metodologia para avaliação da CT com o intuito de mostrar a sua aplicação e possibilidades na agroindústria.

A agroindústria não possui uma definição única. Ela vem sendo definida de algumas maneiras relativamente divergentes, já que, pelo fato de compreender diversos ramos industriais, gera alguns confrontos de conceitos devido à sua ampla abrangência. Segundo Hoffmann et al. (1985 apud Parré et al., 2006), para ser caracterizado como agroindústria, o estabelecimento comercial deve, evidentemente, utilizar matéria prima de origem agrícola. Porém, o autor cita ainda o questionamento do qual surge um problema quanto ao grau de beneficiamento desta matéria-prima. Ou seja, será considerada como agroindústria apenas aquela que efetua a primeira transformação da matéria-prima, ou se incluirá também aquela que, utilizando a matéria-prima já preparada, efetua a sua transformação em algum produto acabado ou semi-acabado? Apesar de teoricamente ser mais adequado considerar apenas a primeira transformação sofrida pelo produto agrícola, deve ser levado em consideração também o fato de que um estabelecimento industrial efetue as duas fases de transformação (PARRÉ et al., 2006).

Estudos realizados pela Fundação Sistema Educacional de Análise de Dados - Seade (1990 apud PARRÉ *et al.*, 2006), sobre as causas do desenvolvimento da agroindústria no estado de São Paulo, foi considerada como definição de agroindústria apenas aquela que realizasse o beneficiamento dos produtos agrícolas em sua primeira etapa.

Lauschner (1995 apud PARRÉ *et al.*, 2006) define o termo agroindústria de dois modos. O primeiro, em sentido amplo, é “a unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para a sua utilização intermediária ou final”; o segundo, em sentido mais restrito, é “a unidade produtiva que transforma para a sua utilização intermediária ou final o produto agropecuário e seus subprodutos não manufaturados, com aquisição direta do produtor rural de um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados”.

Segundo o IBGE, em sua pesquisa de Indicadores da Produção Industrial Brasil (2001), para definir a agroindústria, foi tomada como marco a análise desenvolvida na Pesquisa Industrial Anual de Empresas (PIA-Empresa), em que foram definidas as atividades da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que fariam parte da agroindústria restrita, ou seja, setores que, primordialmente, ou fornecem suprimentos diretamente para a agropecuária, ou realizam a primeira transformação industrial dos bens que



resultam das atividades realizadas no setor primário.

Já conforme conceito firmado para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), a agroindústria, assim como o critério adotado no presente estudo, diz respeito a uma atividade industrial de beneficiamento ou transformação de produtos da agropecuária (SANTOS *et al.*, 2008).

Um outro conceito que vale ser citado é denominado complexo agroindustrial. Junior *et al.*, (2004) assim explica: “A agricultura não depende apenas do crescimento da agroindústria, do mercado interno e das exportações, mas também da indústria produtora de insumos e máquinas, além das instituições de ensino e de pesquisa. Forma-se, então, um conjunto de atividades agrícolas e industriais, interdependentes e consistentes com a política econômica, denominado *complexo agroindustrial (CAI)*”.

O ideal, portanto, seria trabalhar a visão e atuação de empresas agrícolas (que trabalhem com produtos originados da agropecuária) e rurais (localizadas em áreas rurais), sobretudo aquelas localizadas no interior do estado. Porém, a empresa aqui abordada ocupa uma postura similar. É uma unidade industrial que se utiliza de matéria-prima originada da agricultura, localizada em uma cidade, que, muito embora faça parte da RMF, corresponde a um pequeno município independente.

É nesse cenário que se vislumbra a possibilidade de realizar comparações entre os estudos pré-existentes e futuros, que, embora façam partes de níveis acadêmicos distintos, foram e pretendem-se ser estendidos na mesma linha de estudo.

## **3 MATERIAL E MÉTODOS**

### **3.1 Área de Estudo**

O presente estudo foi desenvolvido em uma unidade fabril da Empresa Agroindustrial, do Grupo Café 3 Corações, localizada no Eusébio, município da região metropolitana de Fortaleza, Ceará. Também conhecida como Grupo Santa Clara, a empresa 3 Corações é hoje um complexo empresarial focado em diversas áreas de atividades da cadeia do café.

### **3.2 Origem dos dados**

Para a realização deste trabalho foram utilizados dados primários e secundários.

Como instrumento de coleta dos dados primários e como parte da proposta de avaliação de SER, baseada na Carta da Terra, foi aplicado um questionário com a unidade fabril da Agroindústria Café 3 Corações, localizada no município do Eusébio, Ceará.

A coleta de dados secundários teve como fonte principal os recursos virtuais da Earth Charter Initiative<sup>®</sup>: Biblioteca Virtual, Relatórios de Ação, O Livro da Carta da Terra em Ação e os Websites nacionais da Carta da Terra, sobretudo o do Brasil. A coleção Ethos e os vários artigos sobre o referido tema abordado, disponibilizados via Internet também ajudaram a compor a pesquisa. O levantamento documental foi realizado com a finalidade de caracterizar, em especial, a empresa. Para tanto, foram utilizadas informações, declarações, códigos e balanços disponibilizados no *website* oficial da organização.

#### **3.2.1 A fonte dos dados**

A empresa escolhida para compor o estudo de caso analisado nessa pesquisa foi uma unidade industrial de beneficiamento de vários produtos da cadeia produtiva do café

(*Coffea arabica L.*). Na presente pesquisa, a empresa foi considerada como “agroindústria”, uma vez que este é o ramo de empresas que se pretende focar no intuito de desenvolver pesquisas que sigam a mesma linha abordada nesta dissertação. Pode-se notar, porém, que definir “agroindústria” é uma tarefa bem relativa, depende muito dos objetivos de estudo das organizações e da abrangência pretendida.

A obtenção das informações utilizadas no estudo foi feita diretamente, por meio de questionário junto à responsável pela área de Responsabilidade Social integrante do setor de Recursos Humanos da empresa (Ver Apêndice A).

O questionário estruturado com perguntas subjetivas e objetivas foi respondido no mês de julho do ano corrente. A primeira parte é introdutória e visa entender qual a visão da empresa sobre os temas principais dessa pesquisa: Responsabilidade Social Empresarial, Desenvolvimento Sustentável e Carta da Terra e como esses conceitos estão inseridos em sua gestão empresarial. A segunda parte constitui o ponto chave da pesquisa. Ela consiste na proposta de avaliação de ações de responsabilidade social baseada na avaliação Carta da Terra ou *EC-Asses*, proposta pela Carta da Terra Internacional.

Esta avaliação, assim como a metodologia *EC-Asses*, visa mostrar em quais dos pilares éticos da sustentabilidade que baseia a Carta da Terra há mais diferenças entre as ações e os valores adotados. Porém os princípios éticos de apoio dão lugar às práticas socialmente responsáveis, direcionando a metodologia ao setor empresarial. Dessa maneira, será possível identificar as áreas com maiores oportunidades para gerar mudanças no comportamento e nas práticas das empresas rumo à sustentabilidade de sua organização.

As práticas socialmente responsáveis, listadas nessa proposta avaliativa, se originaram da pesquisa “Responsabilidade Social Empresarial: um retrato da realidade brasileira” realizada pelo Instituto Akatu<sup>37</sup>, pelo Consumo Consciente e pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e lançada em 2008. Esse estudo é parte importante de um projeto maior, que busca construir os Indicadores Akatu de Consumo Consciente, as Referências Akatu-Ethos de RSE e a Escala Akatu de RSE.

O ponto de partida para selecionar quais as ações que seriam perguntadas às empresas nessa pesquisa foi os Indicadores de Responsabilidade Social do Instituto Ethos. Foi selecionado um conjunto de ações representativas das práticas e das políticas em todos os temas e em todos os focos geradores de indicadores Ethos. A esse conjunto, foram

---

<sup>37</sup> O Instituto Akatu – fundado em 2001 com a missão específica de informar e fortalecer o poder de decisão do cidadão-consumidor – entende que o consumo consciente e desenvolvimento sustentável são elos de uma mesma corrente, ou do mesmo círculo virtuoso necessário à concretização deste último, como realidade econômica, social e cultural, amparada em padrões de uso responsável dos recursos naturais e ambientais.

adicionados aspectos referidos a outras pesquisas e experiências do Akatu, contemplando a perspectiva do consumidor, chegando-se, então, às 71 ações incluídas no questionário. Dessas 71 ações, 16 foram aplicadas apenas a grandes empresas, enquanto que as demais 55 se dirigiram ao conjunto da amostra de empresas pesquisadas (ETHOS, 2007).

Para a avaliação aqui desenvolvida, tomou-se parte dessas 55 ações, de acordo com a sua “relevância”, isto é, relevante no âmbito do objetivo da avaliação. Essas ações foram redistribuídas de acordo com os pilares de sustentabilidade da CT, seguindo a mesma estrutura metodológica da EC-Assess.

O número de questões em cada área temática variou e tendeu a corresponder ao detalhamento e/ou à complexidade das questões implicadas em cada uma delas. Assim como na Avaliação CT, independentemente da área temática, todas as questões foram consideradas igualmente relevantes e equivalentes. Não se arbitrou, *a priori*, nenhum critério de diferenciação valorativa entre elas.

Os Apêndices B e C trazem os Indicadores base da pesquisa e a Planilha *EC-Assess* adotada na avaliação da Agroindústria 3 Corações, respectivamente.

### **3.3 Métodos de Análises**

A metodologia escolhida para realização da pesquisa foi de estudo de caso. Segundo Yin (2001, p. 32) “o estudo de caso é uma investigação empírica que visa investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não estão claramente identificados”. Robert Yin afirma ainda que o estudo de caso tem se constituído uma estratégia comum de pesquisa em várias áreas de estudo. Em todas essas situações, a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos (Yin, 2001, p.20).

A estratégia metodológica desdobrou-se nos seguintes passos: um primeiro momento que corresponde a um levantamento bibliográfico sobre o tema; em um segundo, considerou-se necessário realizar uma pesquisa documental com a finalidade de caracterizar, entre outros, a empresa analisada; no terceiro momento, realizou-se a aplicação de um questionário na área gerencial de recursos humanos da empresa, no intuito de conhecer a percepção e a atuação empresarial segundo os temas aqui abordados e testar uma metodologia

avaliativa no âmbito do tema central da pesquisa, além de demonstrar e analisar alguns exemplos de casos pré-existentes, a fim de facilitar a compreensão do tema proposto.

Esse desdobramento compõe um processo de pesquisa exploratória. Para Gil (1987), esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícitos ou a constituir hipóteses. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas e análises de exemplos que estimulem a compreensão.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, ainda segundo GIL (1987), é desenvolvida com base em material já elaborado, e boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

Como o modelo de avaliação proposto é baseado na metodologia *EC-Assess* (2007), os instrumentos metodológicos utilizados neste estudo, para obtenção dos objetivos propostos, também seguiram a mesma forma de análise e apresentação dos dados.

A seguinte metodologia demonstrará o nível de interesse pela ação proposta e o nível de desempenho da empresa com relação àquela mesma prática. Com esse modelo metodológico, foi possível analisar os seguintes pontos:

- Os valores da empresa. Avalia-se o nível de interesse e atenção dada a cada uma das práticas socialmente responsáveis, de acordo com a seguinte escala de 0 à 3.

<b>Pontuação que evidencia o nível de interesse por determinada prática</b>	
0	No momento não há interesse pela realização da ação.
1	Há evidências de um mínimo interesse sobre esta ação.
2	Há interesse, porém esta ação ainda não se constitui interesse principal no momento.
3	Há evidências de um grande interesse por este princípio.

- O desempenho. Neste ponto e para o mesmo conjunto de práticas socialmente responsáveis, avalia-se à medida com que cada uma das práticas é evidenciada na ação, com a seguinte escala de 0 à 3.

<b>Pontuação que evidencia o nível de implementação por determinada prática</b>	
0	No momento não há implementação da prática proposta.
1	Há evidências de uma mínima implementação desta ação.
2	Há indícios de um movimento rumo a uma maior aplicação desta ação.
3	Já há uma plena implementação e consolidação desta ação.

Uma vez realizada a avaliação, os resultados devem ser estudados na busca de padrões que destaquem a visão socialmente responsável da empresa refletida entre os pilares de sustentabilidade da Carta da Terra. Nota-se, com essa pontuação:

- As ações que não passam da teoria (níveis de interesse e ação baixos);
- As incorporadas na prática cotidiana (níveis de interesse e ação altos);
- As práticas que despertam o interesse, mas que não são suportadas por ações (nível de interesse alto e de ação baixo).

A metodologia *EC-Assess* também possibilita apresentação dos dados de diferentes formas, porém optou-se pelos seguintes modelos:

- I. Apresentação dos dados de forma desagregada em um gráfico de colunas, e
- II. Apresentação dos dados de forma agregada em um gráfico de barras.

O Modelo I vai expor o nível de interesse e de ação na mesma coluna, para cada indicador Ethos de RSE (Valores e Princípios, Público Interno, Meio ambiente, Consumidores, Comunidade, Fornecedores e Governo/Política) e cada princípio da CT. Deste modo, será possível ver claramente os pontos que possuem grandes discrepâncias. Além disso, podemos ver o quão altos ou baixos são os níveis de interesse e de ação com respeito ao Indicador de RSE e aos princípios da CT.

O Modelo II vai mostrar o nível global de interesse e de ação para os três pilares da sustentabilidade citados pela Carta da Terra. Isso identificará onde estão as áreas críticas que devem ser trabalhadas.

Segundo a ECI (2007), aqueles pontos que demonstram interesse por aquela prática, mas que ainda não refletem níveis significativos de envolvimento com a ação, representam áreas da dissonância. Estas podem representar as maiores oportunidades para conseguir uma mudança significativa, uma vez que o assunto é susceptível de ser motivado para causar ações em alinhamento com valores declarados. Essas áreas poderão emergir como as mais altas prioridades para uma campanha de mudança.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A seguir são apresentadas as considerações relativas aos objetos propostos no Capítulo 1 desta dissertação. Inicialmente são colocados casos práticos do emprego da CT no Setor Empresarial. Em seguida, direciona-se a análise para Agroindústria e ao final do capítulo faz-se uma avaliação dos princípios da CT e das práticas de RSE a partir de um estudo de caso da Agroindústria 3 Corações.

### **4.1 A Carta da Terra no Setor Empresarial: Casos práticos**

Algumas empresas no mundo todo têm tentado, de alguma forma, incorporar os valores e os princípios da Carta da Terra em suas gestões, tornando-se dessa forma, organizações conscientes de suas responsabilidades universais e contribuindo para que a sustentabilidade permeie entre as atuações que envolvem o setor produtivo.

Serão listados aqui os casos práticos de utilização da Carta da Terra no setor privado em alguns países, incluindo o Brasil, e que mais têm chamado a atenção em nível internacional.

#### **4.1.1 Experiências Internacionais**

Serão citados os casos da Promotora Ambiental PASA, no México; do Hotel Parque del Lago, na Costa Rica e do Hilton Hotel, em Washington, nos Estados Unidos. Todos eles vêm realizando treinamentos sobre sustentabilidade, com seus funcionários, inspirados na Carta da Terra, para que a ética seja praticada em todas as atividades dos empreendimentos.

- Empresa: *Promotora Ambiental SAB DE CV (PASA)* - México

## I. Sobre a empresa

Promotora Ambiental SAB de CV (PASA) é uma empresa mexicana de grande porte referência em sustentabilidade e pioneira na adesão dos princípios da Carta da Terra. Está localizada em Monterrey, no estado de Nuevo Leon, no norte do México e conta com uma equipe de trabalho de cerca de seis mil pessoas. As atividades da companhia estão estruturadas em quatro áreas: Serviços de Gestão de Resíduos, incluindo coletas privadas e residenciais, bem como a operação dos aterros, reciclagem, concentrando-se na recolha de resíduos de tereftalato de polietileno (PET); Água e Biotecnologia; Prestação de Serviços, tais como esgotos, tratamento de águas residuais e distribuição de água potável e Serviços da Indústria do Petróleo, que consiste no desenvolvimento e implantação de logística para a gestão e tratamento dos resíduos resultantes das atividades de perfuração de poços (GOOGLE FINANCE, 2010).

Desde sua fundação em 1991, a PASA oferece os serviços mais abrangentes de Gestão Integrada de Resíduos, comprometendo-se, acima de tudo, com a proteção do meio ambiente mexicano. E foi justamente, com o desenvolvimento de projetos para a melhoria do ambiente, que a empresa alcançou liderança nesse ramo (PROMOTORA AMBIENTAL, 2010). Criou, em 2004, a Fundação Mundial Sustentável A.C (*Sustainable World Foundation*) e, desde então, tem realizado trabalhos de educação ambiental com modelos alternativos de desenvolvimento e capacitação de atores sociais das regiões norte, central e sul-sudeste da República Mexicana.

O Espírito de serviço, Respeito ao Meio Ambiente, Qualidade, Comprometimento, Simplicidade e Fidelidade fazem parte dos valores que mais diferenciam a empresa cujo propósito é oferecer soluções ambientais inovadoras para um mundo sustentável (Ibid, 2010).



## II. O comprometimento da Empresa com a Carta da Terra

A aprovação da Carta da Terra em sua gestão aconteceu cinco anos após o lançamento oficial do documento, em 2005, o que representou um grande estímulo na transição do setor empresarial para o desenvolvimento sustentável, visto que a empresa formalizou ali um compromisso de internalizar suas operações corporativas, seus princípios e de projetá-los para as comunidades, os fornecedores, os clientes, os governos locais e os meios de comunicação, dentro de sua área de serviço (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2010).

Cientes de que, no momento, somente a menção não era suficiente e de que colocar a Carta da Terra em ação era fundamental, a PASA, desde então, empreendeu atividades em inúmeras áreas, desde ONG's, universidades, municípios, sociedade civil e até mesmo aldeias indígenas. Em particular, também, com os membros da empresa e seus familiares.

Na apresentação de suas práticas, com foco nos princípios e valores da Carta da Terra, a empresa segmenta dois alvos importantes: a CT, no interior da companhia, e a CT em direção ao público externo.

Dentro da companhia, a empresa, em parceria com a Fundação Mundial Sustentável A.C, iniciou um processo de disseminação da CT a todos os membros da empresa e em todas as suas unidades, seguido da reestruturação de seus valores, com base no conteúdo da Carta (Quadro 4).

<i>Foi projetado um modelo inovador de Oficina para disseminação da CT</i>
<i>Oficinas presenciais para a apresentação da CT, os comitês de RSE da empresa</i>
<i>Formação de instrutores para que eles pudessem dar workshop,s para seus colegas de trabalho e para outras pessoas fora da empresa</i>
<i>Workshop sobre a Carta da Terra para diretores e executivos de média gerência da empresa, durante Reunião Anual do Conselho de Administração</i>

**Valores da empresa foram redesenhados, incorporando outros valores, como o respeito pela integridade do Meio Ambiente, o desenvolvimento humano e a Responsabilidade Social, tomando em consideração o conteúdo da Carta da Terra**

**Através da Universidade virtual da empresa na intranet – UPASA - os funcionários têm acesso direto com a Carta da Terra, por meio de nome de usuário e senha, e são submetidos a testes avaliativos**

Quadro 4 - Iniciativas já implementadas e em andamento, para a difusão da CT, pelo público interno da PASA.  
Fonte: Earth Charter Initiative, 2010.

Fora dos limites da companhia, a empresa promoveu a difusão da CT através do incentivo à aprovação pelos governos locais, atividades pedagógicas no meio educacional, programas educativos e publicações sobre a Carta para várias comunidades regionais (Quadro 5).

***Destaque dos princípios da CT através de atividades dirigidas aos estudantes e a outras empresas do ramo***

***Estímulo à aprovação da CT, em escolas privadas e divulgação e incentivo para a utilização de novas formas de tecnologias sustentáveis***

***Realização de workshop sobre a Carta da Terra em escolas, comunidades e em várias cidades mexicanas, com a obtenção de uma participação representativa de membros da sociedade civil, dentre eles estudantes, professores, estudiosos, ambientalistas, autoridades e cidadãos civis.***

***Promoção para a aprovação da Carta da Terra pela população e governos locais de vários municípios mexicanos (Tlalnepantla na Cidade do México; Poza Rica, Veracruz; Cadereyta Jiménez, Nuevo León; Centro (Villahermosa,) Tabasco.***

***Promoção de visitas a várias cidades importantes do México, na tentativa de disseminar a iniciativa e com o apoio de membros da CTI e de autoridades nacionais engajadas***

***Colocação à frente de negociações que visam publicar a CT em outras linguagens, inclusive em línguas faladas por seus povos nativos.***

***Interação com outras instituições, no intuito de publicar livros que compartilham os mesmo princípios da Carta da Terra, como, por exemplo, o livro Lazos con la Tierra (Obrigações com a Terra) em 2009, Diálogos com La Tierra (Diálogos com a Terra) em 2008. Organização dos eventos onde acontecem as publicações.***

*Disseminação da CT para crianças, através de instrumentos pedagógicos lúdicos e incentivo ao público infantil, através de competições teatrais, artísticas e exposições*

*Financiamento de programas educacionais, baseados nos princípios da CT. Por exemplo, o Diploma de Educação para um Mundo Sustentável, que ainda está sendo oferecido para grupos de professores do ensino primário, no Nordeste do México*

Quadro 5 - Iniciativas já implementadas e em andamento para a difusão da CT em direção ao exterior da PASA.  
Fonte: Earth Charter Initiative, 2010.

- Empresa: **Hotel Hilton Arlington** – Estados Unidos da América.

#### I. Sobre a empresa

O hotel Hilton Arlington, que está localizado em Arlington, Virginia (E.U.A.), disponibiliza 210 quartos de luxo e possui uma rica diversidade cultural, com 40 diferentes países representados em uma força de trabalho de 104 pessoas. É também uma das empresas pioneiras no esforço de integrar a Carta da Terra na vida cotidiana e em seus negócios.

#### II. O comprometimento da Empresa com a Carta da Terra

A idéia de introduzir a idéia da Carta da Terra na rotina da empresa iniciou-se com a diretora de recursos humanos, Vickie Hann, em 2007. Desde então, o Hilton Arlington tornou-se o primeiro hotel em todo o mundo a aprovar e a firmar um compromisso com a Carta da Terra.

A empresa inspirou-se na mensagem da CT devido à sua rica história e aos amplos valores de sustentabilidade que ela contém. A partir daí, começou a agir com a finalidade de procurar meios de envolver o Hilton Arlington e a comunidade do entorno nesta iniciativa.

O compromisso feito com a CT encaixou-se perfeitamente ao desenvolvimento de um plano para fazer do hotel uma empresa 100% sustentável no decorrer de cinco anos. E com isso as ações começaram a acontecer.

As atividades foram iniciadas com o objetivo de envolver os funcionários com a Carta. “Introduzir a Carta da Terra ao quadro de funcionários foi uma tarefa bastante desafiadora no início, visto que não existia nenhuma apresentação de Power Point disponível e o documento original da CT era bastante grande e difícil de adaptação”, explica Hann. Mas, mesmo assim, as atividades continuaram na busca de envolver os diferentes departamentos da empresa, através de ações que refletissem essa nova visão adotada pela empresa, sem esquecer de envolver também outros públicos relacionados à empresa.

O Quadro 6 mostra o que foi e tem sido feito na tentativa de colocar em prática a visão ética, justa e sustentável da CT.

<i>Um comitê interno gestor da Carta da Terra foi criado para trabalhar em colaboração com o diretor principal, no desenvolvimento do plano de um hotel 100% sustentável</i>
<i>A Carta da Terra foi inicialmente aplicada aos gestores dos diferentes departamentos do hotel, e cada gestor ficou encarregado de estabelecer práticas sustentáveis em seus departamentos.</i>
<i>Os funcionários de cada equipe passaram por seções de introdução e treinamento ao novo plano e, ao final, também aprovaram a CT</i>
<b>No Departamento de Recursos humanos</b>
<i>Capacitação dos seus associados: aulas gratuitas de inglês para aqueles que não falam a língua, de habilidades básicas em informática e de educação financeira</i>
<i>Utilização de material reciclado e proveniente de fornecedores que são criteriosamente escolhidos com base no respeito e preservação ambiental (por exemplo, cartões de aniversários entregues aos funcionários feitos com um material totalmente reciclável em que nenhum produto químico prejudicial é utilizado no processamento; impressões em papel reciclado)</i>
<i>Parcerias com as escolas da comunidade do entorno, na difusão da CT entre os alunos, através de atividades artísticas e interativas dentro e fora da empresa</i>
<i>Apoio aos projetos comunitários e parcerias em projetos sociais de voluntariado na comunidade</i>
<b>No Departamento de comidas e bebidas</b>
<i>Produtos alimentares oriundos de agricultura sustentável, por exemplo, o café.</i>
<i>Programa de Reciclagem de material e resíduos provenientes da cozinha e utilização de descartáveis reciclados, porém buscando sempre métodos para reduzir a necessidade desses produtos descartáveis</i>

<i>Programa de manutenção de máquina para reduzir o desperdício de água e produtos químicos</i>
<i>Utilização de tecnologias que exigem menos desperdício e redução de combustíveis poluentes</i>
<i>Escolhas alimentares que refletem, quando possível, a sustentabilidade e sejam “eco friendly” (amigavelmente ecológico) e ambientalmente responsável</i>
<i>Transição para a alimentação alternativa e menus alimentares sustentáveis</i>
<b>Engenharia</b>
<i>Programa de racionalização de energia e água, a partir de mudanças importantes em relação às lâmpadas e ao uso de máquinas eficientes</i>
<i>Utilização de tecnologias “ Ideally Green ” (idealmente verde)</i>
<b>Departamento de Limpeza</b>
<i>Mudanças para produtos de papel “Eco friendly” (amigavelmente ecológico)</i>
<i>Plano de incentivo à utilização de produtos mais conscientes, nos quartos de hóspedes</i>
<i>Preferência para produtos de limpeza que são ambientalmente responsáveis (ou seja, baixa toxicidade orgânica ou produzidos localmente)</i>
<i>Lavagem a seco, como parte do Plano de limpeza “Eco friendly” (amigavelmente ecológica)</i>

Quadro 6 - Iniciativas já implementadas e em andamento baseadas na CT no Hotel Hilton Arlington.  
Fonte: Earth Charter Initiative, 2010.

Os resultados de tantas mudanças não custaram a aparecer, principalmente porque, como bem constatou Hann (2010), “ser sustentável não quer dizer que o lucro não virá”. A diretora geral do hotel explicou ainda o porquê de sua afirmação:

“Como resultado do programa de economia de energia, os gastos de preservação de água em 2009, quando comparados com os de 2008, foram de US\$ 26,539 dólares menores. Esta diminuição de gastos foi oriunda principalmente do eficiente controle dos vazamentos nos banheiros e nas cozinhas. A economia de gás em 2009, comparada com a de 2008, foi de US\$ 36,660 dólares. Esta economia é oriunda do controle do tempo de uso e pela paralisação das máquinas nos períodos mais tranquilos e também pela substituição de peças desgastadas. Nossos gastos em eletricidade em 2009 foram US\$ 28,322, maiores que os de 2008, este fato nos incentivou a substituir todas as luminárias por luzes elétricas e essa mudança nos trouxe uma economia de cerca de US\$ 13,148, nos últimos quatro meses” (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2010).

O Hilton Arlington é um grande exemplo de como a Carta da Terra pode ser usada como uma ferramenta inspiradora nos negócios e como os princípios da Carta da Terra

foram traduzidos em ações concretas, não somente dentro dos diferentes departamentos do hotel, como também dentro da comunidade local (EARTH CHARTER INITIATIVE, 2010).

- Empresa: *Hotel Parque del Lago* – Costa Rica

#### I. Sobre a empresa

Parque del Lago é um hotel de médio porte, com 40 quartos, situado em San José na Costa Rica. Desde a sua criação, o hotel tem promovido a visão das melhores tradições da Costa Rica com os confortos da vida moderna. Com essa visão em mente, a gerência e os funcionários do hotel desejam transmitir a hospitalidade e simpatia dos costarriquenhos com a atitude e o conhecimento de cidadãos do mundo.

De acordo com a Earth Charter Initiative (2010), a empresa foi criada com um esforço para construir um lugar com oportunidades de crescimento pessoal dentro de um hotel. Essa visão é motivada pelo cuidado e pela preocupação com a cultura, a natureza e as pessoas. "A empresa foi formada por todos", explica a gerente geral do hotel, Ana Gabriela Alfaro. "Devemos estar conscientes do fato de que somos todos igualmente parte das ações, só estamos localizados em diferentes posições, de acordo com os nossos talentos e recursos. Os resultados são construídos em conjunto e os esforços de cada um são respeitados e valorizados de uma forma positiva", enfatiza ainda a gerente geral.

A visão do hotel é, portanto, não apenas competir como mais uma empresa privada, mas, sim, produzir itens que contribuam no esforço para alcançar o potencial pessoal de cada um, de acordo com suas competências e seus talentos, não só no seu local de trabalho, mas também em suas famílias e na comunidade em que se insere.

“Hotel Parque Del Lago, vivo em Natureza, Cultura e Pessoas”. O próprio logotipo do hotel reconhece a importância desses três importantes aspectos dentro da sociedade e os inclui precisamente em seus trabalhos, procurando ilustrar a forma como cada um deles tem uma relação simbiótica que faz de nós o que somos.

## II. O comprometimento da Empresa com a Carta da Terra

Segundo a Earth Charter Initiative (2010), a Carta da Terra tornou-se a orientação mais eficaz para atingir os objetivos do hotel. Para a empresa, a Carta reúne uma motivação impressionante e positiva, reconhece as áreas críticas para trabalhar e as rotas a seguir para alcançar mudanças substanciais, abrangentes e globais.

Desde que os funcionários da empresa hoteleira tomaram conhecimento da Carta da Terra, eles motivaram-se a entender que, através de um esforço comum, boas intenções e ações criativas são essenciais para resolver os problemas da Terra. "Houve o reconhecimento do quanto ela contribui para alcançar os objetivos em qualquer área e do quanto ela reconhece as nossas capacidades como valiosas, talentosas e capazes", enfatiza Alfaro. Os princípios da Carta da Terra foram incluídos na apresentação do quadro ético do hotel, com um convite para visitar o site da Carta da Terra.

A participação consciente do Parque Del Lago é a compreensão de que tudo começa com a própria pessoa. Pode-se começar a fazer mudanças em um nível pessoal e, em seguida, mobilizar em círculos mais próximos, a fim de multiplicar os efeitos.

Uma sequência de fatos ocorreu na empresa desde que o hotel Parque Del Lago resolveu, a partir de 2009, utilizar os princípios da Carta da Terra em sua gestão. São ações que visam introduzir, implementar, comunicar, disseminar, promover e até mesmo avaliar a visão da Carta da Terra em seus negócios (Quadro 7).

<i>Workshops sobre a Carta da Terra, para os funcionários do hotel</i>
<i>Inclusão de muitos dos princípios da Carta da Terra, no Código de Ética do hotel.</i>
<i>Utilização dos princípios da Carta, para basear seu planejamento estratégico.</i>
<i>Políticas de Pessoal: as políticas de pessoal têm tentado ampliar e abraçar a intenção de justiça através de tratamentos equitativos</i>
<i>O site da Carta da Terra e as trocas de e-mails com a Secretaria da CTI passaram a ser ferramentas importantes de comunicação, para manter a empresa atualizada e informada nessa nova caminhada</i>
<i>Entrega de materiais da Carta da Terra em Ação a todos os colegas e novos funcionários</i>
<i>O logotipo "Inspirado pela Carta da Terra" foi incluso nos materiais impressos e e-mails do hotel</i>
<i>Livros do CT estão disponíveis para os hóspedes e funcionários em diversas áreas da empresa: recepção, biblioteca e sala de jantar dos funcionários</i>

*A Carta da Terra está sendo promovida em meio aos contatos comerciais do hotel*

*Avaliação de Desempenho Pessoal: o desempenho da empresa, os valores de qualidade, propostas e ações são avaliados no âmbito da Carta da Terra*

Quadro 7 - Práticas empresariais de incorporação dos princípios da Carta da Terra no Hotel Parque Del Lago e difusão para os seus públicos de relacionamento.

Fonte: Earth Charter Initiative, 2010.

#### 4.1.2 Experiência Nacional

Destaca-se o exemplo da Itaipu binacional, a hidrelétrica que utiliza a Carta da Terra como um valioso quadro ético, uma ferramenta educacional e como o caminho comum que liga os mais variados projetos e programas que fazem parte do movimento **Cultivando Água Boa (Cultivando Água Buena)** que começou em 2003. Por seu trabalho, ganhou o prêmio *Maximo Kalaw Earth Charter* em 2005.

A Itaipu binacional é destaque, também, como a hidrelétrica que, apoiando-se, principalmente, no diálogo com as partes interessadas – base da gestão responsável – e nos princípios da Carta da Terra, construiu uma rede de parceiros que sustenta o programa Cultivando Água Boa, cada um deles com um papel fundamental na viabilização das ações.

- Empresa: ***Itaipu Binacional*** – Brasil / Paraguai

##### I. Sobre a empresa

Itaipu Binacional é a maior usina hidrelétrica do mundo e está localizada no Rio Paraná, no trecho de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, nos municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil, e *Ciudad del Este*, no Paraguai. Na margem brasileira, a empresa emprega 1.446 empregados e, na margem paraguaia, 1.822.

Como qualquer projeto hidrelétrico, a Itaipu produziu, ao longo de sua criação, impactos ambientais relevantes. Consciente disso, a usina tem incorporado as noções de responsabilidade social e ambiental em sua missão, com um enfoque especial na preservação do seu recurso mais importante: a água.



Atualmente a atuação socioambiental é compromisso da Itaipu. A partir da ampliação da missão da empresa, no ano de 2003, a companhia incorporou à sua missão a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável. A nova missão foi assim definida: “Gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai”. Assim, o tema se tornou questão institucionalizada e permanente na atividade empresarial da usina e, a partir daí, a Itaipu implementou programas que beneficiam a comunidade, o meio ambiente e o público interno (BRASIL ITAIPU, 2010).

Em 2005, os governos brasileiro e paraguaio firmaram acordo reconhecendo que a responsabilidade social e o cuidado com o meio ambiente são atividades permanentes da empresa. Neste mesmo ano, a empresa investiu US\$ 18 milhões em ações sociais e ambientais no Brasil e no Paraguai, cerca de 50% para cada país. O mesmo valor foi destinado ao ano de 2006. Direta e indiretamente, aproximadamente 1,5 milhão de habitantes são beneficiados pelas ações socialmente responsáveis da Itaipu (Ibid, 2010).

Também em 2005, foi criada, na margem brasileira, a Coordenadoria de Responsabilidade Socioambiental e instalado o Comitê Gestor de Responsabilidade Socioambiental, que são responsáveis pelas diretrizes socioambientais da empresa.

Os programas socioambientais da Itaipu integram o Plano Empresarial, que está estruturado por programas e ações. Tudo está vinculado aos objetivos estratégicos, às políticas e as diretrizes da empresa. Parte dos projetos conta com parceiros que também investem recursos financeiros, enquanto outros são subsidiados integralmente pela binacional.

Responsabilidade social, para a Itaipu, é também promover cidadania, qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e inclusão social no Brasil e no Paraguai.

## II. O comprometimento da Empresa com a Carta da Terra

A maior hidrelétrica do mundo em geração de energia é também a promotora do mais abrangente programa de cuidado com as águas em desenvolvimento no setor elétrico brasileiro. O **Cultivando Água Boa** é uma ampla iniciativa socioambiental concebida a partir da mudança na missão institucional da Itaipu Binacional, promovida em 2003 (BRASIL ITAIPU, 2010).

Ao desenvolver um programa de cuidado com a água, a Itaipu Binacional foi além e concebeu um verdadeiro movimento pela sustentabilidade. E foi a partir de uma visão

integral e sistêmica, de interdependência dos seres humanos com o meio, que o Cultivando Água Boa foi formatado.

O grande objetivo desta iniciativa é um despertar para a cultura da sustentabilidade nas comunidades da Bacia Hidrográfica do Paraná 3. Ou seja, somente por meio de mudanças profundas nos hábitos das pessoas, a sustentabilidade será inserida nos valores e crenças dessas comunidades e, assim, será passada de geração para geração.

Criado à luz de importantes documentos planetários, o movimento Cultivando Água Boa reflete plenamente os princípios e valores éticos e sustentáveis que a Carta da Terra contém. Por isso o reconhecimento mundial pela CTI não custou a aparecer. Em 2005, o Cultivando Água Boa conquistou o Prêmio Carta da Terra no Encontro Earth Charter + 5, entregue em Amsterdã, Holanda. Com isso tornou-se um grande exemplo de como a Carta da Terra pode e deve ser trabalhada no que se refere ao desenvolvimento sustentável e à gestão participativa em projetos socioambientais, dentro do setor produtivo.

Ao contrário do que o nome enfatiza, seu principal alvo não é só a preservação da água, como também do solo e, acima de tudo, da vida. Foram desenvolvidos nos 29 municípios, no interior da área de influência da barragem, na Bacia do Paraná 3, até agora, 20 programas e 63 projetos que vão desde ações de recuperação de microbacias e a proteção das matas ciliares e da biodiversidade, até a disseminação de valores e saberes que contribuem para a formação de cidadãos, dentro da concepção da ética, do cuidado e do respeito com o meio ambiente. Todos esses programas e projetos estão interconectados e compõem o Cultivando Água Boa.

Mais do que um projeto ambiental, o Cultivando Água Boa é um movimento de participação permanente, que envolve a atuação de 2.146 parceiros, dentre órgãos governamentais, ONGs, instituições de ensino, cooperativas, associações comunitárias e empresas (BRASIL ITAIPU, 2010). Esta iniciativa prova que é possível compatibilizar, nos negócios, desenvolvimento econômico com produção e preservação do meio ambiente.

O programa tem encontrado, na Carta da Terra, um quadro de muita conveniência ética para planejar as suas ações, em específico os relacionados com a educação ambiental. Ela tem sido usada como uma ferramenta educacional de trabalho entre os diferentes atores sociais que fazem parte da região no intuito de provocar novos modos de ser, viver, produzir e consumir.

Para isso, a Itaipu Binacional vem agindo à frente de diferentes iniciativas. O Quadro 8 mostra o que foi e vem sendo feito em parceria com o estabelecimento do Cultivando Água Boa.

<p><i>Diferentes workshops e outros processos de aprendizagem experiencial têm sido organizado com os AGRICULTORES e MORADORES das micros bacias hidrográficas que se encontram em processo de recuperar o ambiente natural local. Durante essas atividades, os participantes estão se conhecendo e já começaram a adotar os princípios da CT em suas vidas diárias</i></p>
<p><i>Sensibilização através de workshops, projetos de investigação sobre os princípios da CT e três conferências, com o teólogo Leonardo Boff, focadas para os EDUCADORES, com o qual o processo de construção contínua da capacidade tem sido implementado.</i></p>
<p><i>Uma nova edição da CT para CRIANÇAS, em livreto, será publicada, para ser utilizada pelos educadores locais. Incluirá tópicos relevantes da região e será distribuído a todos os 135.000 alunos incluídos na área do programa</i></p>
<p><i>Workshops com os LÍDERES REGIONAIS que representam todos os setores sociais (indígenas, grupos de catadores de materiais recicláveis, educadores ambientais, gerentes públicos, agricultores, pescadores, quilombolas e outros) foram organizados com o objetivo de estimular um sentido de pertencimento e respeito do lugar onde vivem, a sua diversidade cultural e um profundo sentimento de solidariedade entre as aldeias e a comunidade de vida.</i></p>
<p><i>Criação e utilização de uma metodologia inovadora e eficaz no sentido de concretizar a Carta da Terra - as chamadas OFICINAS DO FUTURO</i></p>
<p><i>Organização, no total até o 1º semestre de 2010, de 86 Oficinas de Futuro na área da Bacia do Paraná 3; 65 oficinas especiais da CT para os educadores, com cerca de 3000 participantes e outras sete oficinas especiais para os dirigentes, com 210 participantes.</i></p>
<p><i>Divulgação de informações sobre a Carta da Terra para milhares de pessoas na região e entrega de materiais, tais como brochuras, folhetos, cartazes, vídeos e um jornal especial chamado "Cultivando Água Boa".</i></p>

Quadro 8 - Iniciativas já implementadas e em andamento que estão ajudando na difusão da Carta da Terra através do projeto Cultivando Água Boa.

Fonte: Earth Charter Initiative, 2010.

Como foi mencionado anteriormente, a gestão desse movimento é feita de forma participativa entre os diferentes atores sociais locais. Por isso a Itaipú Binacional lançou uma metodologia que tem provado ser eficaz entre a comunidade, no sentido de concretizar os princípios da Carta da Terra. São as chamadas *Oficinas do futuro*. A Figura 6 mostra os passos metodológicos seguidos nestas oficinas.



Figura 6 - Metodologia utilizada nas Oficinas do Futuro realizadas pelo programa Cultivando Água Boa (Fonte: Dados da pesquisa).

É justamente esse envolvimento das pessoas, em cada etapa do processo e em cada decisão a ser tomada, que desperta o sentimento de coletividade e de responsabilidade para com o sucesso das ações.

Segundo a Earth Charter Initiative (2010), estas ações têm influenciado e vão continuar a influenciar mais de 250.000 pessoas que vivem na área da Bacia do Paraná 3, na tentativa de desenvolver uma abordagem mais sistêmica e compassiva para enquadrar a sua situação ambiental.

O resultado dessa metodologia tem sido tão positivo que, atualmente, boa parte das ações anda por conta própria, ou seja, o programa converteu-se em um movimento transformador das e nas comunidades, e a Itaipu assumiu o papel de articuladora, facilitadora, parceira e promotora. A usina comparece com recursos, mas compartilha as responsabilidades com seus parceiros e com as próprias comunidades (BRASIL - ITAIPU, 2010).

O Cultivando Água Boa, ao longo desses sete anos de existência, tem gerado mudanças significativas na vida das comunidades beneficiadas. O Quadro 9 mostra uma

pequena parte do que o programa viabilizou em seu período de existência. Mas talvez o resultado mais importante seja o intangível, como bem explica Paulo Itacarambi, vice-presidente executivo do Instituto Ethos. “A disseminação da ética do cuidado entre todas as pessoas e instituições que participam da iniciativa, promovendo a verdadeira mudança que todos almejamos - a mudança no modo de ser, viver, de produzir e de consumir”.

<p><i>Recuperação de 543 km de mata ciliar das margens dos pequenos rios da bacia. Com isso, houve sensível melhora no fluxo, na qualidade e na quantidade da água que chega aos reservatórios. O plantio foi feito por pequenos agricultores, com propriedades de até 50 hectares. Entidades de pesquisa, governo estadual e municipal forneceram as mudas.</i></p>
<p><i>Os 29 municípios já têm coleta seletiva, permitindo que mais catadores se organizassem em cooperativas e 1618 famílias de catadores melhorassem a renda. Estes catadores usam um carrinho elétrico desenvolvido por uma empresa de Curitiba e abastecido pela Itaipu. O veículo é adquirido pelas cooperativas que o cedem aos associados.</i></p>
<p><i>Introdução e desenvolvimento de agricultura orgânica entre os produtores da região.</i></p>
<p><i>Desenvolvimento de um mercado local, via merenda escolar (161 mil crianças da região consomem merenda diariamente) e outras compras das prefeituras e do Estado, para a produção pesqueira e agrícola.</i></p>

Quadro 9 - Alguns dos principais resultados obtidos em sete anos de programa Cultivando Água Boa nas comunidades da Bacia Hidrográfica do Paraná 3.

Fonte: Itaipu Binacional, 2010.

O Cultivando Água Boa gerou também iniciativas que têm como missão a difusão de práticas e tecnologias sustentáveis para outras regiões do país e do mundo, como o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (projeto conjunto da Itaipu e o PNUMA que visa a lançar um processo de educação ambiental nos cinco países da Bacia do Prata) e o Centro Internacional de Hidroinformática (parceria com o Programa Hidrológico da Unesco, com o objetivo de compartilhar experiências, metodologias e ferramentas de gestão de bacias hidrográficas).

#### 4.1.3 O que pode ser feito pelas empresas agroindustriais com base nessas práticas

A tentativa de incorporação dos princípios e valores desta nova e abrangente declaração que é a Carta da Terra vem sendo realmente trabalhada nas várias vertentes do setor empresarial, porém ainda existe muito a ser feito nesse sentido. Os líderes empresariais precisam mudar seus preceitos sobre como fazer o desenvolvimento: “mente aberta, coração aberto, vontade aberta” (CONFERÊNCIA Internacional Ethos, 2010). Qualquer mudança de comportamento, políticas ou atividades é um desafio. Basta iniciativa. A adesão é voluntária.

A manifestação rumo à adesão desse modelo de desenvolvimento sustentável, justo e pacífico, proposto pela Carta da Terra, é quase que inexistente em se tratando de empresas rurais. Contudo, quando se pensa nesse tipo de empresa, como, por exemplo, as agroindústrias, abre-se mais uma nova perspectiva quanto à atenuação dos problemas sociais e ambientais e ainda culturais da população residente, inclusive da zona rural, onde esses problemas se mostram mais acentuados, visto que a CT é uma iniciativa que visa disseminar relacionamentos éticos, justos e pacíficos entre os povos, sociedades, comunidades, enfim, no indivíduo, seja este pessoa, ou organização de todo e qualquer porte e localização.

Projetando esse cenário para as empresas agroindustriais, percebe-se que, para alcançar uma produção agrícola sustentável, é necessário ter, como premissas básicas, o uso adequado dos recursos naturais, o investimento em tecnologias que garantam produtividade e renda e, ao mesmo tempo, respeitem a sociedade e o ambiente, o treinamento, a capacitação do capital humano e a utilização eficaz das informações, no tocante a iniciativas e instrumentos que impulsionam gestões sustentáveis.

Todo esse cenário de casos práticos, baseados na CT, aqui mostrados, demonstram, em partes, um pouco dessas premissas, muito embora não aconteçam em sua totalidade dentro do ramo de empresas rurais. O que não impede de direcionar e de tomar como exemplo esses casos como ponto de partida de um longo caminho a ser percorrido pelas empresas agroindustriais, na tentativa de difundir e fortalecer a visão de sustentabilidade, agora com base em princípios e valores éticos mais abrangentes, como os da Carta da Terra.

O exemplo da Itaipu Binacional é o que mais se aproxima da realidade do setor empresarial rural, por envolver comunidades rurais, por meio do programa Cultivando Água Boa. Essa iniciativa constitui um bom exemplo de como os princípios da Carta da Terra podem orientar a gestão socialmente responsável nas empresas.

A usina soube alinhar todo seu planejamento estratégico ao incorporar a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável em sua gestão. Apoiando-se

no diálogo com as partes interessadas e nos princípios da Carta da Terra, a usina tornou essa questão permanente em sua nova atuação, restabelecendo positivamente parte do impacto ambiental e social gerado com sua criação e beneficiando mais de 1 milhão de pessoas de 29 municípios, principalmente na disseminação de valores, como a ética e o cuidado nos relacionamentos.

O programa abrange uma região rica em recursos naturais, biodiversidade, abundância de água e excelentes solos. Tudo isso vinha sendo ameaçado pelo desmatamento acelerado e pelo uso e pela ocupação territorial desordenados dos recursos naturais que começaram a interferir na economia da região e na atividade da Itaipu.

Muitas agroindústrias também geram impactos dessas proporções ao ambiente e às comunidades, assim como à usina. Mas, como a Itaipu, elas podem agir no âmbito de suas atuações e alcançar resultados tão positivos, seja de que porte for.

## 5 A CARTA DA TERRA NO SETOR AGROINDUSTRIAL

A agroindústria é um dos segmentos de grande potencial na economia brasileira, visto que possui grande importância, tanto no abastecimento interno como no desempenho exportador do país. Segundo Silveira (2007), o ramo agroindustrial possui uma posição de destaque entre os setores da economia, junto com a química e a petroquímica. O setor brasileiro de indústria de alimentos, segundo a Associação Brasileira de Indústrias de Alimento (ABIA, 2010), fechou o difícil ano de 2009 (marcado pela crise mundial), com um faturamento em torno de R\$ 290 bilhões. Enquanto uma parte dos outros segmentos demitiu e reduziu a massa salarial no seguinte ano, a indústria de alimento ampliou em 15 mil empregos diretos o seu contingente de trabalhadores.

O crescimento e o desenvolvimento sustentável de muitas regiões no Brasil estão atrelados à atuação desses grandes agentes produtivos, que, em parceria com governo e sociedade civil, potencializam suas ações e diminuem as disparidades sociais. É sabido que em meios mais carentes, essas ações ganham mais impacto, como é o caso do meio rural cearense.

Não deve ser, porém, de qualquer maneira que esse setor produtivo deve agir. Suas ações devem e precisam estar focadas no bem-estar coletivo. E, para disseminar essa visão, é que surgem iniciativas que precisam ser replicadas com a da Carta da Terra. Esse mais recente e valioso movimento carrega, de um modo mais abrangente, os elementos da Responsabilidade Social para as empresa, sejam elas quais forem, pois é uma prática que atesta o comprometimento ético e a transparência da empresa para com seu público interno e externo, para com a sociedade e para com o meio ambiente, ultrapassando a idéia de que a empresa só deve existir em função de seu caráter econômico.

No setor agroindustrial, a Carta da Terra, enquanto documento e foco de movimento social, pode manifestar-se através da Responsabilidade Social Empresarial e de ações cooperadas. Com isso é possível viabilizar, cada vez mais e de forma sustentável, o bem-estar socioeconômico e ambiental em toda área de atuação desse ramo empresarial.

Esse fato demonstra a possibilidade dos princípios desta grande declaração dos povos serem inseridos de maneira mais especial, direta ou indiretamente, nas práticas de SER,



e reafirma a importância da disseminação deste documento junto a essa grande área focal que a Iniciativa quer envolver.

Como exemplo das possibilidades de implantação dos princípios da CT ao setor agroindustrial, será analisado a seguir o caso da Unidade Agroindustrial 3 Corações. Com isso será percebido o potencial promotor de desenvolvimento sustentável que a adesão a esses movimentos, por parte das agroindústrias, pode trazer para o meio rural cearense.

### **5.1 A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) como Instrumento de Avaliação para os princípios da Carta da Terra: O Caso da Unidade agroindustrial do Grupo 3 Corações no Euzébio – CE**

Pretende-se aqui apresentar um modelo de gestão socialmente responsável a partir do estudo de caso, enfatizado por essa pesquisa. De início, será abordada uma visão superficial sobre RSE e sobre os temas relacionados a este estudo, como, também, sobre o reflexo desse posicionamento através da atuação da unidade fabril da Agroindústria Café 3 Corações.

Primeiramente buscou-se identificar o posicionamento da empresa em termos de valores e de crenças sobre a RSE, pontuando também a Carta da Terra como ponto de partida para uma análise posterior mais complexa.

A empresa mostrou estar inteirada sobre os temas abordados, afirmou praticar ações socialmente responsáveis e colocou algumas posições a respeito desses temas. (Quadro 10). A agroindústria destacou como principais públicos-alvo das ações de responsabilidade social realizada, primeiramente, o seu público interno, seguido da comunidade inserida. Estas áreas fazem parte dos públicos-alvo, listados como os principais por Silva & Vitti (2007), em sua pesquisa de Responsabilidade Social, publicada pela Revista Hortifruti Brasil, com 120 produtores, exportadores e proprietários de empresas agrícolas e agroindustriais.

Esse fato corrobora os dados da pesquisa Práticas e perspectivas da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil 2008, realizada pelo Instituto Ethos. Nessa pesquisa, o Instituto confirmou um fato muito comum sobre os programas de RSE no Brasil, ou seja, temas submetidos a pressões de mercado e de sociedade e também regulados por normas e leis (proteção a relações de trabalho e de consumo) são as práticas mais frequentemente adotadas.

Pode-se afirmar, portanto, que essas duas áreas, juntamente com outro tema extremamente importante, colocado em último lugar por esta empresa, o meio ambiente, impactam mais diretamente a atuação da agroindústria.

Mas a questão do meio ambiente ter ganho colocação inferior, incomum, quando se fala de RS para empresas agrícolas, é influenciada, possivelmente, pelo fato de a empresa ser uma unidade fabril localizada na RMF. Não é a Unidade 3 Corações do Euzébio que retira a matéria-prima, ela apenas recebe de outras unidades fornecedoras que estão inseridas em meios rurais.

Os acionistas/empresários da companhia ganham o terceiro lugar em relevância nas práticas alvo da responsabilidade social, acima inclusive dos consumidores. Mas, para os princípios de SER, não é exatamente esse público que precisa estar entre os principais alvos de uma gestão responsável. Isso evidencia o fato de que a RS ainda precisa ser melhor trabalhada e mais nitidamente focada, visto que o assunto ainda é um processo em construção, não só por essa representante das agroindústrias, mas também pelo setor privado brasileiro como um todo, segundo Ethos (2008, p.7).

<b>A empresa entende o que é Responsabilidade Social Empresarial?</b> 3 Corações: <b>Sim</b>
<b>A empresa vê a RSE, principalmente, como um...</b> 3 Corações: <b>1º Uma medida que se faz necessária para a sustentabilidade da sociedade</b> <b>2º Desafio</b>
<b>A empresa acha que incorporar a RS na gestão empresarial é realmente importante?</b> 3 Corações: <b>Sim</b>
<b>A empresa conhece o Instituto Ethos de empresas e responsabilidade social?</b> 3 Corações: <b>Sim</b>
<b>A empresa conhece os indicadores Ethos de RSE?</b> 3 Corações: <b>Sim</b>
<b>A empresa adota ações e práticas socialmente responsáveis?</b> 3 Corações: <b>Sim</b>
<b>Quais os principais públicos-alvo da RSE da empresa?</b> 3 Corações: <b>1º Público Interno</b> <b>2º Comunidade</b> <b>3º Acionistas e empresários</b> <b>4º Consumidores/clientes</b> <b>5º Meio ambiente</b>

<p><b>A empresa entende a importância do Desenvolvimento Sustentável nos dias de hoje?</b> 3 Corações: <b>Sim</b></p>
<p><b>A empresa acha que colabora para o desenvolvimento sustentável da sociedade e/ou da comunidade em que está inserida?</b> 3 Corações: <b>Sim</b></p>
<p><b>A empresa conhece ou já ouviu falar da Carta da Terra, um documento lançado mundialmente em 2000 e que contém um conjunto de valores e princípios essenciais para construção de uma sociedade justa, pacífica e sustentável?</b> 3 Corações: <b>Não</b></p>
<p><b>Visando um modo de vida sustentável, como um critério comum a todos os indivíduos, quais desses temas a empresa elege como os mais importantes?</b> 3 Corações: <b>1º Promover a justiça social e econômica</b> <b>2º Respeitar e cuidar da integridade ecológica</b> <b>3º Democracia, não-violência e paz</b></p>

Quadro 10 - Questões introdutórias sobre RSE e os temas relacionados na pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo o Quadro 10, percebe-se que, assim como a maioria do setor privado local e globalmente, em nível Brasil e em nível mundo, a agroindústria desconhece a Carta da Terra como um documento ético e norteador de uma sociedade justa, pacífica e sustentável. E, para os três pilares da sustentabilidade da Carta da Terra, o pilar 3 (Justiça social e econômica) é colocado como prioritário.

Ao iniciar-se a ligação das práticas socialmente responsáveis com os princípios da Carta da Terra e ao se refletir com mais afinco, percebe-se que é justamente neste pilar que está a maioria das ações socialmente responsáveis, relacionadas aos públicos-alvo da RSE aqui priorizados: público interno e comunidade. A adaptação da planilha de avaliação *EC-Assess*, em anexo, demonstra claramente a distribuição das práticas socialmente responsáveis com relação aos princípios e aos pilares da Carta da Terra.

### 5.1.1 A RSE da Agroindústria 3 Corações segundo os Indicadores Ethos

Independentemente do porte, da localização geográfica, do setor e do ramo de atividades, as empresas podem, em diferentes níveis de evolução, adotar atitudes socialmente

responsáveis. Atitudes estas que, hoje em dia apresentam-se bem estruturadas, porém precisam ser melhor direcionadas em cada segmento.

A RSE implica práticas de diálogo e engajamento da empresa com todos os públicos ligados a ela, a partir de um relacionamento ético e transparente (ETHOS, 2007). Por mais que a implementação dessas práticas ainda seja um desafio para a empresa, muitas delas têm alcançado resultados significativos nesse sentido.

São vários os exemplos de como as práticas socialmente responsáveis podem ser incorporadas na gestão empresarial. Cada ramo empresarial possui suas prioridades e carências específicas e estabelecidas nas mais diversas direções. Embora algumas pesquisas apontem essas especificidades, optou-se, nesta seção, em analisar a RS como um todo, segundo as sete áreas temáticas dos Indicadores Ethos, a fim de que seja relacionada, de um modo mais abrangente possível, esta atuação, de acordo com os princípios da Carta da Terra.

É fato que as empresas agroindustriais não possuem ainda uma lista de atitudes socialmente responsáveis bem focadas no caminho de suas especificidades. Por isso, além de ações inerentes aos indicadores Ethos, foram incluídas ações de tamanha importância no caminho de uma gestão responsável, dentro desse ramo empresarial.

Os Quadros descritos a seguir são auto-explicativos e baseiam-se na atuação da unidade agroindustrial abordada, com relação às áreas temáticas: os Valores e a Transparência (VT), demonstrados pelo grupo; o Público Interno (PI) priorizado; atitude com o Meio Ambiente (MA); o relacionamento com seus Fornecedores (For), Consumidores (Cons), Comunidade (Com) e o posicionamento de Governo e Política (GP).

Tomando-se a abrangência da Carta da Terra, todas essas áreas temáticas ou públicos-alvo da RS encaixam-se dentro dos princípios e dos pilares da sustentabilidade que a Carta quer mostrar, sobretudo no caso desse estudo, direcionado ao setor produtivo.

O Preâmbulo da Carta da Terra, fazendo referência aos seus princípios, explica que “(...) visando um modo de vida sustentável como critério comum... a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada”. Com isso, averiguar a conduta ética e as relações transparentes da empresa com a sociedade faz-se extremamente necessário.

Pelo Quadro 11, pode-se perceber que as ações propostas são adotadas, de alguma forma, pela agroindústria, o que evidencia um bom desempenho da cultura organizacional neste quesito. Empresas preocupadas em estabelecer compromissos éticos são orientadas por valores, cuidam de sua disseminação, de seu cumprimento e de sua adaptação aos novos

tempos (ETHOS, 2003). O Código de Ética, representado pela Carta de Conduta, escrito e divulgado, reflete satisfatoriamente esta conduta do Grupo.

Área temática	Ação	Adoção	Forma de adoção
<b>VALORES e TRANSPARÊNCIA</b>	1. Definição explícita da missão e valores da empresa	Sim	Declaração na identidade organizacional da empresa; Carta de Conduta.
	2. Mecanismos estruturados para transmitir os valores da empresa a todos os seus públicos	Sim	A identidade organizacional está a disposição de todos por diversos meios de comunicação interno e externo da empresa
	3. Mecanismos estruturados para receber sugestões e reclamações de seus públicos interessados	Sim	Serviço de Atendimento a Clientes / Ouvidoria
	4. Código de Ética escrito e divulgado	Sim	Todos os colaboradores recebem exemplares da Carta de Conduta e a mesma fica disponibilizada no site da empresa.
	5. Conquista de selos e certificações em áreas sociais	Sim	Prêmio Delmiro Gouveia
	6. Política formal contra propaganda preconceituosa, sexista ou discriminatória	Sim	Apesar de não escrito, a política de propaganda sempre exclui preconceitos sexistas e discriminatórios

Quadro 11 - Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Valores e Transparência.  
Fonte: Dados da pesquisa.

As ações que enfatizam as relações de trabalho são as mais frequentemente adotadas pelos programas de responsabilidade social das empresas brasileiras, segundo pesquisas recentes do Ethos. O Quadro 12 demonstra atitudes socialmente responsáveis que vão além do cumprimento da legislação trabalhista e que as agroindústrias, dos mais variados portes, podem tomar, pois muitas delas independem dos custos e podem ser estabelecidas através de parcerias com outras instituições.

Área temática	Ação	Adoção	Forma de adoção
<b>PÚBLICO INTERNO</b>	1. Aperfeiçoamento dos Recursos Humanos da empresa, além do treinamento funcional	Sim	A empresa oferece cursos, como inglês; oferece ajuda para educação, para universidade
	2. Canais de relacionamento com sindicatos de trabalhadores	Sim	-

Área temática	Ação	Adoção	Forma de adoção
<b>PÚBLICO INTERNO</b>	3.Promoção da diversidade étnica, sexual e religiosa dentro da empresa	Sim	Declarada na Carta de Conduta
	4.Adaptação e inclusão de deficientes físicos no quadro de colaboradores da empresa	Sim	Adequação, como elevador de acesso
	5.Extensão de benefícios às famílias dos funcionários	Sim	-
	6.Melhoria das moradias dos funcionários e seus familiares	Não	-
	7.Apoio a funcionários demitidos sem justa causa (recolocação/recapacitação)	Sim	Existe para alguns cargos
	8.Estímulo ao trabalho voluntário dos empregados	Sim	Ainda não temos estruturado, mas já incentivamos a doação de sangue, a participação em trabalho social, etc
	9.Programas para busca e contratação de ex-presidiários	Não	Existe um certo interesse
	10.Redução de diferenças salariais entre homens e mulheres	Sim	Não existe diferença salarial entre homem e mulher
	11.Redução de diferenças salariais entre brancos e negros	Sim	Os salários independem da cor do colaborador
	12.Estímulo à participação dos funcionários em congressos, seminários e eventos	Sim	Existe uma programação para participação
	13.Normas anti-assédio sexual	Sim	Na Carta de Conduta
	14.Prevenção e tratamento para dependência de drogas e de álcool	Sim	Na SIPAT são trabalhados esses temas
	15.Eradicação do analfabetismo entre seus empregados	Sim	Implantamos na empresa uma sala de aula do SESI. Atualmente não tem mais.
	16.Seguro de vida para funcionários	Sim	Todos os colaboradores possuem seguro de vida.
	17.Consultório/ ambulatório na empresa	Não	Não temos ainda ações estruturadas.
	18.Uso de equipamentos de segurança (EPIs)	Sim	A empresa oferece todos os EPI'S conforme legislação vigente.
	19.Programas de prevenção de acidentes	Sim	A empresa possui o SESMET estruturado desenvolvendo ações permanentes.
	20.Transporte de boa qualidade	Sim	A empresa disponibiliza

Área temática	Ação	Adoção	Forma de adoção
<b>PÚBLICO INTERNO</b>	para funcionários		ônibus de frota própria ou alugada.
	21.Participação nos resultados da empresa	Não	Em Fase de estudo da viabilidade ou não.
	22.Locais apropriados para as refeições	Sim	As fábricas possuem refeitórios próprios.
	23.Formas de lazer	Sim	A empresa oferece campo de futebol em algumas de suas instalações. Eventos internos (aniversariantes do mês, comemoração - do dia dos pais, dia das mães, dia das crianças, etc.
	24.Cursos de capacitação e treinamento contínuos	Sim	A empresa possui extenso trabalho em desenvolvimento de pessoal.
	25.Plano de Saúde para os empregados e a alguns familiares	Sim	Todos os colaboradores possuem plano de saúde e extensivo aos familiares com participação do colaborador.

Quadro 12 - Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Público Interno.  
Fonte: Dados da pesquisa.

De todas as ações responsáveis, listadas por este indicador (Quadro 12), 100% delas encontram-se diretamente ou indiretamente ligadas ao pilar III: Justiça econômica e social da Carta da Terra. Dentre os princípios deste importante pilar, pode-se destacar “*Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental*” como a grande questão que pode e deve ser melhor trabalhada, quando focada em zona rural. Isso pode acontecer através do aperfeiçoamento de atitudes socialmente responsáveis das agroindústrias aí localizadas, buscando beneficiar, cada vez mais, os trabalhadores e moradores locais, melhorando a qualidade de vida e evidenciando o compromisso e o comprometimento ético das agroindústrias na busca por este objetivo fundamental, enunciado pelo princípio da Carta, citado acima.

“*Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. (...)*” (Carta da Terra – Preâmbulo). Espera-se, portanto, do setor produtivo, sobretudo das empresas agrícolas, atitudes redobradas no tocante aos cuidados com o meio ambiente. A unidade agroindustrial abordada neste estudo trabalha apenas com a parte de fábrica, não sendo responsável pela extração direta da matéria-prima, no caso, o café. O que de maneira alguma exclui a responsabilidade e o compromisso da agroindústria com a integridade ambiental que a empresa precisa ter, mas perde-se no foco de empresa rural. Por isso, procurou-se avaliar

ações que pudessem ser mais orientadas possíveis à atuação ambiental da empresa em questão, e refletir também a importância do estabelecimento de uma cultura ambiental sustentável.

O Quadro 13 mostra algumas poucas práticas que a unidade fabril declarou realizar. Vale destacar que algumas práticas não foram consideradas por desconhecimento por parte da responsável em responder o questionário, no entanto essas questões ainda serão melhor trabalhadas posteriormente.

Área temática	Ação	Adoção	Forma de adoção
<b>MEIO AMBIENTE</b>	1.Redução dos danos ao meio ambiente causados por sua atividade	N.I.	-
	2.Programas de proteção a áreas naturais	N.I.	-
	3.Coleta seletiva de lixo não industrial	N.I.	-
	4. Programa para racionamento de água	N.I.	-
	5. Programa para racionamento de energia	N.I.	-
	6.Respeito às Leis do IBAMA	Sim	N.I.
	7.Reciclagem de lixo	N.I.	-
	8.Controle do uso de produtos químicos	N.I.	-
	9.Recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.	Não	-
	10.Uso de combustíveis renováveis como o biodiesel.	N.I.	-
	11.Programa de reutilização de resíduos	Sim	N.I.
	12.Participação ou apóio em projetos de educação ambiental	Não	-
	13.Atividade de educação ambiental para público externo e interno	Sim	Ações pontuais, por exemplo, entrega de mudas em comemoração interna.
	14.Atividades culturais, visando à preservação ambiental	Sim	Museu em uma das fábricas de artigos relacionados ao produto

Quadro 13 - Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Meio Ambiente (N.I. – Não Identificado).  
Fonte: Dados da pesquisa.

O pilar II da Carta mostra a maneira como se deve agir pela Integridade Ecológica e na redistribuição das ações socialmente responsáveis dentro dos princípios da Carta, em nível de empresa. Engloba totalmente o meio ambiente como área temática da RS, além de algumas outras ações relacionadas aos indicadores Consumidores, Fornecedores, Público Interno e Valores e Transparência (Ver planilha EC-Assess em Anexo B).



A relação que uma empresa estabelece com os fornecedores pode revelar o grau de seu comprometimento com a responsabilidade social. Segundo Ethos (2003, p. 208), o primeiro passo para reforçar esse compromisso é estabelecer critérios rigorosos de seleção dos fornecedores; disseminar a reprodução das práticas de RS, incluindo sempre exigências relativas ao cumprimento da legislação; estabelecer critérios para coibir práticas de discriminação. Enfim, todas essas atitudes possibilitam construir um círculo virtuoso com os parceiros e trabalhar o potencial replicador da responsabilidade social.

O Quadro 14 mostra o bom desempenho da 3 Coração no relacionamento com seus fornecedores. Contribui para esse desempenho o fato do Grupo estar associado com duas das maiores instituições do setor cafeeiro: ABIC<sup>38</sup> e 4C<sup>39</sup> – Código Comum da Comunidade Cafeeira (3 CORAÇÕES, 2009). Como representantes dessas entidades, o grupo apóia suas ações a fim de contribuir para aumentar a qualidade do seu produto no Brasil.

Área temática	Ação	Adoção	Forma de adoção
<b>FORNECEDORES</b>	1. Combate à utilização de trabalho infantil por fornecedores	Sim	Na carta de conduta e associação ao 4C
	2. Consideração de critérios de Responsabilidade Social na seleção de fornecedores	Sim	Priorizamos fornecedores com esta natureza. Somos associados ao 4C e temos o selo de Cafés Sustentáveis
	3. Consideração de certificações de qualidade social e ambiental na seleção de fornecedores	Sim	Associado ao 4C
	4. Critérios de compra que considerem garantia de origem lícita	Sim	
	5. Busca de fornecedores junto à comunidade local/do entorno	Não	

Quadro 14 - Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Fornecedores.  
Fonte: Dados da pesquisa.

As ações relacionadas a este indicador de RSE que, novamente se encontram distribuídas dentro dos princípios da Carta da Terra e em nível de empresa, acham-se

<sup>38</sup> A ABIC é a entidade representante das indústrias de torrefação e moagem de café de todo o país. A ABIC trabalha com um processo de associação com as indústrias e emissão de certificação. Entre as principais certificações conferidas, podemos citar o Selo de Pureza ABIC, o Programa de Qualidade do Café (PQC) e o Círculo do Café de Qualidade – CCQ/ABIC e o Programa Cafés Sustentáveis (PCS). Todas essas certificações foram conferidas ao Grupo 3 Corações.

<sup>39</sup> A 4C é associação global na qual produtores, comércio, indústria e sociedade civil de todo o mundo trabalham em conjunto para a sustentabilidade no setor cafeeiro mundial promovendo a melhoria contínua das condições sociais, ambientais e econômicas. O escopo do Código de Conduta da 4C cobre as três dimensões da sustentabilidade e baseia-se nas Metas do Milênio das Nações Unidas e exclui as 10 piores formas de práticas sociais, ambientais e econômicas da produção, processamento pós-colheita e comercialização do café verde (4C ASSOCIATION, 2009).

principalmente nos pilares II e III, Integridade Ecológica e Justiça Social e Econômica, respectivamente.

Ao se relacionar as práticas a nível de princípios e não de pilar, pode ser citado o seguinte exemplo: o princípio de apoio 10c do pilar III: *Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e as normas trabalhistas progressistas*. Entendido como empresa, relaciona diretamente a prática socialmente responsável e a *consideração de critérios de Responsabilidade Social na seleção de fornecedores*. Assim como acontece na ligação dessa prática com os princípios, acontece com outras ações e outros princípios, de maneira que constitua uma maior ou menor relação, direta ou indiretamente.

No Brasil, a porta de entrada para as empresas nas áreas da responsabilidade social e ambiental tem sido a preocupação com o consumidor ou o cliente. Foi o que mostrou, novamente, a pesquisa *Práticas e perspectivas da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil 2008*, realizada pelo Instituto Ethos, quando relatou que das 10 ações mais praticadas pelas mais variadas empresas brasileiras, seis são voltadas para esse público. O que não é surpreendente, pois grande parte do sucesso das empresas depende dessa relação.

O bom desempenho da agroindústria no relacionamento com seus Consumidores pode ser visto no Quadro 15. Atitudes que estabeleçam um maior relacionamento com o consumidor, que prezem a busca por tecnologias responsáveis e por práticas anti-corrupção mostraram uma relação satisfatória.

Toda e qualquer empresa precisa construir uma cultura ética e socialmente responsável com os consumidores e como consumidores. “(...) é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossas responsabilidades uns para com os outros (...)” (Carta da Terra – Preâmbulo). No caso das agroindústrias, é recomendável, por exemplo, que essas empresas trabalhem a questão das tecnologias, produtos, insumos, modelos de produção cada vez mais responsáveis e sustentáveis, buscando sempre alternativas mais eficientes, seguras e com menos riscos à saúde do consumidor/cliente, do meio ambiente e de todos os públicos de relacionamento da empresa como um todo.

Área temática	Ação	Adoção	Forma de adoção
<b>CONSUMIDORES</b>	1.Garantir fornecimento de notas fiscais mesmo que o consumidor não a solicite	Sim	O produto só sai da empresa conforme legislação vigente
	2.Relacionamento com os clientes no pós-venda	Sim	Via SAC
	3.Orientação aos consumidores quanto ao uso correto de seus produtos	Sim	SAC, Informações na embalagem e no site.
	4.Facilitação de trocas de produtos com defeitos	Sim	Via SAC
	5.Aperfeiçoamento de embalagens, visando ao benefício do consumidor e/ou do meio ambiente	Sim	A empresa possui uma área de projetos e desenvolvimento (P&D) focada em projetos com objetivos de benefícios ao consumidor e ambiente
	6.Aperfeiçoamento de tecnologia, visando ao benefício do consumidor e/ou do meio ambiente	Sim	A empresa sempre está em busca de tecnologias inovadoras e limpas
	7.Práticas anti-corrupção e propinas nos processos de vendas	Sim	Carta de Conduta

Quadro 15: Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Consumidores.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Os pilares II e IV (Integridade Ecológica e Democracia, Não violência e paz, respectivamente) tiveram, direta e indiretamente, a maioria das práticas relacionadas a esta área temática (Cons.).

Para o meio rural, a gestão responsável da empresa, no sentido de beneficiar a comunidade inserida, ganha aqui grande relevância social (Quadro 16). “Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando” (Carta da Terra – Preâmbulo). Por isso, a RSE precisa ser bem focada também no sentido social, sem, no entanto, desmerecer as atribuições governamentais.

Área temática	Ação	Adoção	Forma de adoção
<b>COMUNIDADE</b>	1.Realização de projetos sociais em sua comunidade	Sim	Fundação Raimundo Fagner.
	2.Financiamento de projetos sociais	Sim	Fundação Raimundo Fagner. Através de OSCIP e ROUANET.
	3.Desenvolvimento de projetos sociais próprios ou apoio aos de terceiros	Sim	Somos o principal apoiador da Fundação Raimundo Fagner.
	4.Promoção dos direitos humanos	Sim	Através de nossa carta de conduta e nas diretrizes e ações da empresa.
	5.Sistema de comunicação com a comunidade para ouvir	Sim	Implantação de ouvidoria.

Área temática	Ação	Adoção	Forma de adoção
COMUNIDADE	reclamações e/ou sugestões sobre o impacto da sua atuação		
	6.Apóio a alguma entidade local	Sim	Sim. Fundação Raimundo Fagner.
	7.Doação de excedente da produção	Não	Não temos ainda ações estruturadas.
	8.Contribuição para eventos da comunidade	Sim	São solicitadas e analisadas, havendo possibilidade - de acontecer a contribuição.
	9.Patrocínio de atividades esportivas	Sim	São solicitadas e analisadas, havendo possibilidade - de acontecer o patrocínio.
	10.Geração de emprego na comunidade	Sim	Os candidatos da comunidade participam de seleção na empresa.
	11.Prestação do trabalho voluntário	Não	Não temos ainda ações estruturadas.
	12.Disponibilização de espaços e equipamentos para o desenvolvimento de projetos e atividades da comunidade	Sim	Quando solicitado é analisado o pedido e conforme disponibilidade é cedido.
	13. Medidas que orientam as comunidades do entorno a cuidar do seu próprio ambiente	Não	-
	14. Medidas de capacitação para os jovens da comunidade	Sim	Programa Jovem Aprendiz, admitindo os jovens sempre que possível.

Quadro 16 - Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao se instalar, a agroindústria gera várias transformações na rotina das comunidades. A comunidade em que a empresa está inserida pode lhe fornecer infra-estrutura e o capital social, contribuindo decisivamente para viabilização dos seus negócios. O investimento da empresa em ações que tragam benefícios para a comunidade é uma contrapartida justa. O respeito aos costumes e às culturas locais e empenho na educação e valores sociais devem fazer parte de uma política de envolvimento comunitário da empresa, resultado da compreensão de seu papel de agente de melhorias sociais (ETHOS, 2003). O Quadro 16 demonstra uma gama de atitudes socialmente responsáveis que a agroindústria estabelece com a comunidade. A maioria é adotada, uma vez que esta área, de acordo com a empresa 3 Corações, constitui-se o principal público-alvo da RS.

Vale salientar, no entanto, que muitas vezes, não necessariamente neste caso, essas práticas podem ser a única fonte real de “amparo” da comunidade, visto tanta carência e inércia política, principalmente no meio rural cearense.

As práticas socialmente responsáveis das tantas ações que beneficiam a comunidade contribuem para a sustentabilidade proposta pela Carta da Terra através, principalmente, da Justiça Econômica e Social e da Democracia, Não Violência e Paz.

Um aspecto bastante importante na relação das empresas com a sociedade é também seu posicionamento político. A transparência na destinação dos recursos é imprescindível nas sociedades democráticas. O envolvimento com o poder público deve refletir os princípios éticos que regem a organização e é fundamental cobrar das empresas essa coerência, principalmente no que se refere à proibição de práticas corruptas. O Quadro 17 mostra ações que são cobradas das empresas neste sentido e o que está ou não sendo praticado pela agroindústria.

Área temática	Ação	Adoção	Forma de adoção
<b>GOVERNO/ POLÍTICA</b>	1. Práticas anti-corrupção e propinas	Sim	Carta de Conduta
	2. Participação em projetos sociais governamentais	Não	Não temos ações estruturadas
	3. Promoção de atividades culturais, esportivas e de lazer, com uso de incentivos fiscais	Sim	Principal atuação da Fundação cultural apoiada pela empresa
	4. Aplicação de medidas punitivas aos colaboradores e funcionários envolvidos em atos de corrupção	Sim	Carta de Conduta/ Comitê de Ética

Quadro 17 - Práticas Socialmente responsáveis por área temática: Governo/Política.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Esta área temática relaciona-se melhor com o pilar IV da Carta da Terra, Democracia, Não Violência e Paz, tendo suas quatro ações mais adequadamente distribuídas entre os princípios que compõe esse pilar.

### 5.1.2 A RSE da Agroindústria 3 Corações segundo os níveis de interesse e implementação

Nem todas as ações responsáveis, aqui sugeridas, foram implementadas pela agroindústria, além do que, quando implementadas, precisam ser analisadas quanto aos níveis

de consolidação. Por isso, a necessidade de quantificar antes, para que assim seja possível refletir melhor sobre a gestão responsável da agroindústria.

Outras vezes, parte dessas ações não implementadas e consolidadas, de alguma forma, podem manifestar preocupação e despertar a atenção da gestão empresarial. Nesse sentido, ao lado do nível de implementação, pode existir também um certo nível de interesse por determinadas práticas.

O Gráfico 2 quantifica os níveis de interesse e implementação da agroindústria para cada indicador de RSE avaliado. Deste modo, é possível se ver claramente os pontos em que há grandes discrepâncias entre a valorização e o desempenho para cada indicador. Além disso, pode-se ver como são os níveis de interesse e de ação, se altos ou baixos, com respeito a cada indicador.

Percebe-se nitidamente o quanto a agroindústria valoriza e destaca-se em desempenho quanto a sua conduta ética e transparente, refletida através do Indicador Valores e Transparência (Gráfico 2). As várias certificações sociais e ambientais conferidas ao grupo e a elaboração e divulgação formal de um Código de Ética contribuem decisivamente para esse resultado tão positivo.

Os menores níveis de valorização e implementação acontecem com o Indicador Meio Ambiente. Este, por sua vez, deverá ser melhor trabalhado antes de ser discutido qualquer resultado.

As maiores discrepâncias entre a valorização e a implementação das ações acontecem nos indicadores Fornecedores (For.), Governo / Política (GP) e PÚBLICO Interno (PI) (Gráfico 2). Estes indicadores estão sendo abraçados pelo Grupo mais na teoria do que na prática. Estas áreas representam os pontos que devem ser mais trabalhados e com maiores oportunidades para se conseguir maiores níveis de implementação, uma vez que “o assunto é susceptível de ser motivado para causar ações em alinhamento com valores declarados” (EC-ASSESS, 2008). Sugere-se trabalhar com mais afinco as ações propostas em cada um desses indicadores que não estão sendo implementadas e valorizadas como deveriam.

Dessa maneira, a agroindústria pode aperfeiçoar, cada vez mais, a gestão socialmente responsável da empresa, agindo em benefício do meio rural e caminhando, de forma mais satisfatória, no entendimento dos princípios e valores da Carta da Terra, dentro do ramo empresarial.

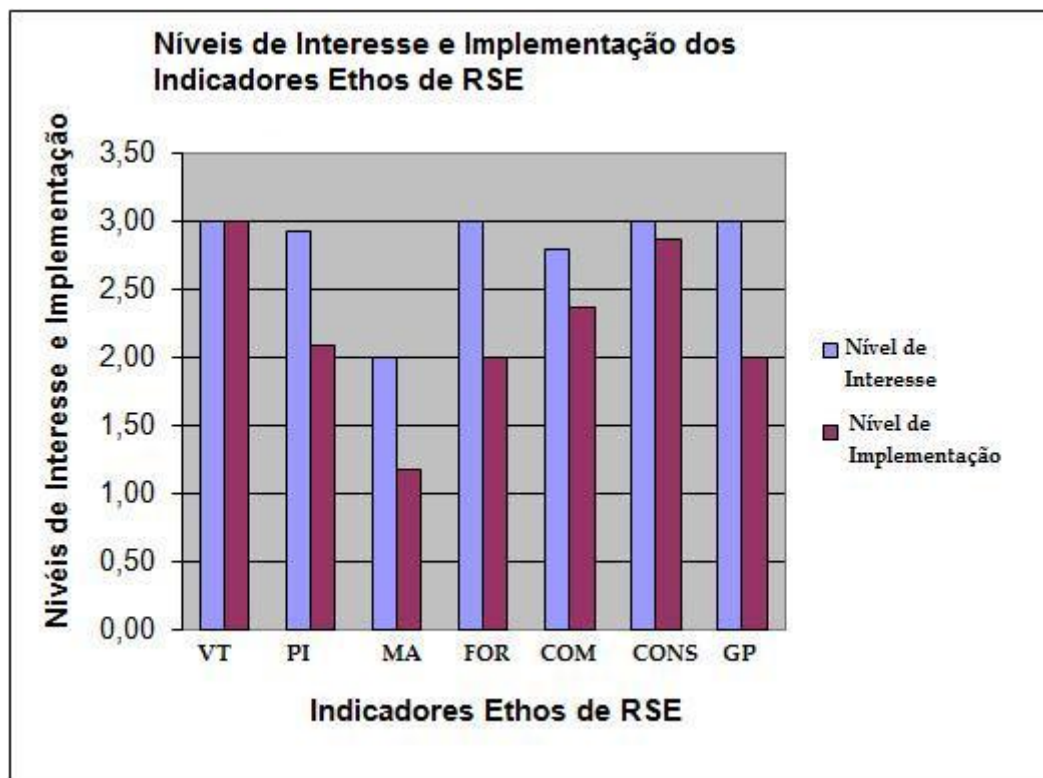


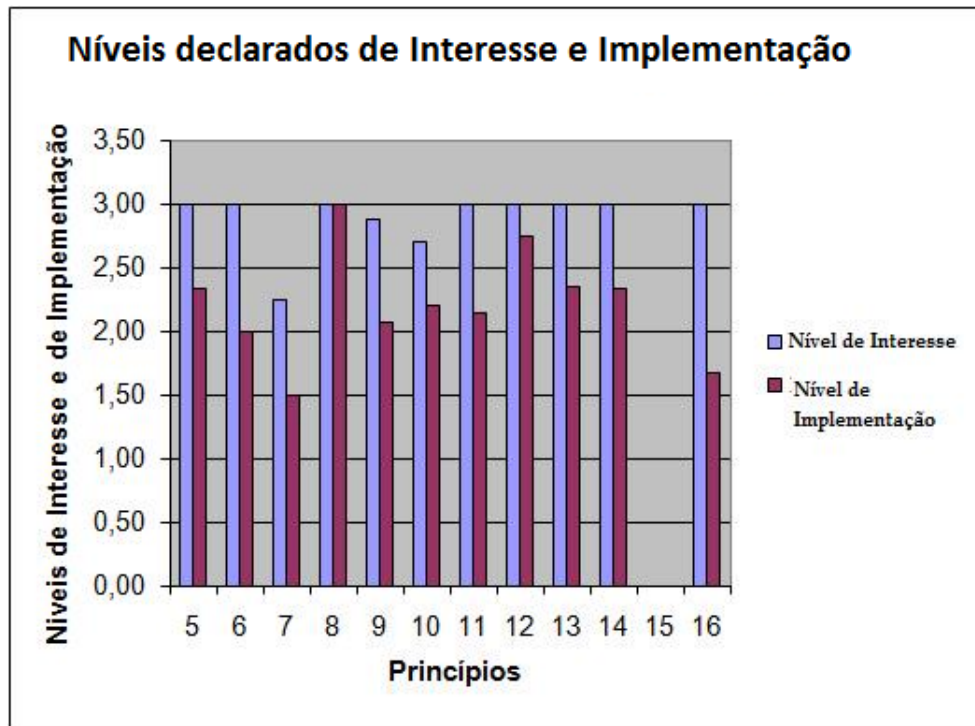
Gráfico 2 - Níveis de Interesse e de Implementação segundo os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social da Unidade Agroindustrial do Grupo 3 Corações (VT – Valores e Transparência; PI – Público Interno; MA – Meio Ambiente; For. – Fornecedores; Com – Comunidade; Cons. – Consumidores; GP – Governo / Política).  
Fonte: Dados da pesquisa.

### 5.1.3 A RSE da Agroindústria 3 Corações, segundos os princípios e pilares da Carta da Terra

Na avaliação das ações socialmente responsáveis, inclusas dentro dos princípios da Carta da Terra, em nível de empresa, uma vez que os princípios são bastante abrangentes e descrevem uma ampla gama de ideais, também se pode perceber como a agroindústria destaca-se em níveis de valorização e implementação de cada princípio da Carta, sendo que estes princípios fazem relação, direta ou indiretamente, às ações. É claro que essa avaliação é bem qualitativa e pode não possuir forte consistência, mas, quando se entende e se direciona a ampla gama de idéias dessa grande declaração ética da Terra para o setor produtivo, percebe-se, então, que essa análise tem validade. Este fato torna-se ainda mais relevante quando, logo de início, percebe-se que a aplicação da EC-Assess, propriamente dita, baseada nos princípios de apoio da Carta, diretamente com as empresas, seria uma avaliação complexa e geraria grandes dificuldades no tocante à abrangência das idéias que o documento reflete.

Mesmo diante desses impasses, optou-se por mostrar os resultados dessa avaliação. Através dela, podem ser percebidas e destacadas as discrepâncias dos princípios, e

quais deles são mais altos ou baixos quanto ao nível de valorização e implementação. O princípio 16 (*Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz*) é o que precisa ser melhor trabalhado pela implementação, desde que possível dentro do setor e do ramo empresarial. O princípio 15 (*Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração*), de início, não encontrou práticas socialmente responsáveis direta ou indiretamente relacionadas.



LEGENDA	
II. Integridade Ecológica	
5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial atenção à diversidade biológica e aos processos naturais que sustentam a vida.	
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.	
7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.	
8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover o intercâmbio aberto e a aplicação ampla do conhecimento adquirido.	
III. Justiça Social e Econômica	
9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.	
10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.	
11. Afirmar a igualdade e a equidade dos sexos como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.	
	12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.
IV. Democracia, Não-Violência e Paz	
	13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e prover transparência e responsabilização no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.
	14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.
	15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.
	16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz.

Gráfico 3 - As ações de RSE de acordo com os princípios da Carta da Terra.  
Fonte: Dados da pesquisa.



O princípio 8 (*Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido*) e 12 (*Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias*) obtiveram desempenho satisfatório tanto quanto à valorização, quanto à implementação.

O Gráfico 4 mostra o total global de valorização e implementação das ações socialmente responsáveis de acordo com os três pilares da Carta da Terra. Desta maneira, não se depara diretamente com a questão do relacionamento entre os princípios e as ações de RSE, visto que eles agora estão alocados por pilares.

Observando o Gráfico 4, parece que a agroindústria está um pouco menos preocupada com a Integridade Ecológica (Pilar II). Indiscutivelmente, o programa de RS da empresa precisa ser aperfeiçoado para aumentar o nível de interesse e de ação nesta área. A maior discrepância foi encontrada no Pilar IV (Democracia, Não Violência e Paz), que apresenta o maior potencial para melhorar e aumentar as ações a serem tomadas.

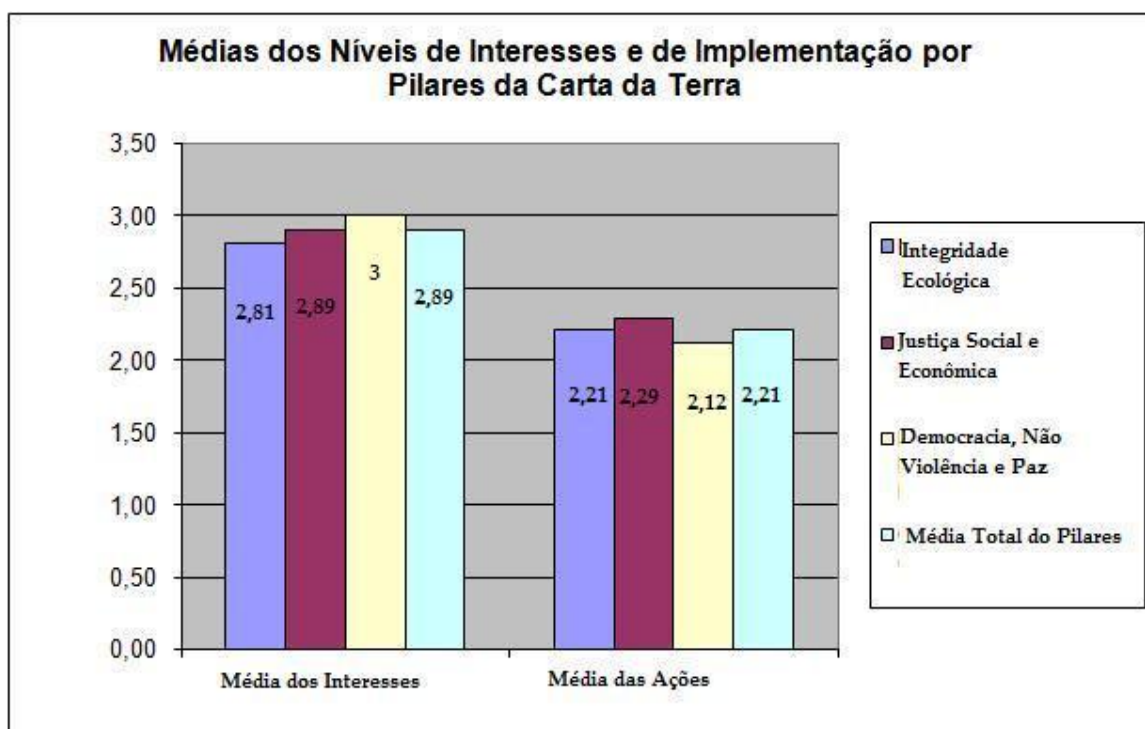


Gráfico 4: As ações de RSE de acordo com os três pilares da Carta da Terra.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa maneira, faz-se necessário trabalhar a RS da agroindústria, focando as práticas e princípios relacionados a essas duas áreas críticas para que, desse modo, consiga-se aumentar o nível de valorização e de implementação para com estes pilares, em especial.

## **5.2 Como a Agroindústria do Grupo 3 Corações pode iniciar uma possível implementação da Carta da Terra e, por meio de sua atuação, divulgá-la enquanto documento e foco de um movimento social**

Este estudo pretende propor ainda a disseminação da Carta da Terra no ramo agroindustrial, iniciando, quem sabe, com o Grupo 3 Coração. Acredita-se que a Carta possa ajudar o trabalho dessa organização na direção de uma gestão socialmente responsável, uma vez que a empresa realmente demonstra práticas e interesses que refletem as atitudes responsáveis. Dessa maneira, há de se gerar ganhos e benefícios que amenizem as carências e a falta de políticas públicas direcionadas a amparar a população do meio rural cearense.

Reconhece-se a importância de incentivar uma forma sistêmica de pensamento entre todas as partes de relacionamento da empresa. Por isso, propõe-se que os interessados, como empresa, desenvolvam capacidades para colaborar e abrir caminho para as lacunas existentes em nossa sociedade e, assim, efetivamente mobilizem, por meio de planos e ações concretas, formas que disseminem e divulguem iniciativas de tamanha importância na transição para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, baseado na ética (Quadro 18). Com isso, reforça-se, cada vez mais, a perspectiva de que a gestão socialmente responsável, baseada em princípios e valores éticos, uma vez incorporada pelas agroindústrias, podem certamente promover ganhos e melhorias a áreas tão carentes e problemáticas como é o caso do meio rural.

<b>PÚBLICO DE RELACIONAMENTO</b>	<b>RECOMENDAÇÕES</b>
<b>Alta Gestão da empresa</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Procurar conhecer a Iniciativa da Carta da Terra</li><li>• Desenvolver um plano de médio a longo prazo para disseminar a sustentabilidade através dos princípios e valores da CT</li></ul> com todos os seus públicos de relacionamento Outra sugestão é tentar trabalhar a Carta da Terra numa possível implementação da Carta de Conduta da organização.

PÚBLICO DE RELACIONAMENTO	RECOMENDAÇÕES
<b>Município inserido</b>	Incentivar o município a conhecer a Iniciativa da Carta da Terra e, a partir daí, estabelecer parcerias para este fim, assim como a PASA, no México, o Cultivando Água Boa, no Brasil.
<b>RH da empresa</b>	<p>Procurar estabelecer uma rede maior de parcerias com as escolas e com os projetos dos quais participa, como a FRF, buscando disseminar a CT nesses locais</p> <p>A metodologia do Cultivando Água Boa é um ótimo exemplo a ser passado para os estudantes e as crianças e jovens atendidas pela Fundação Raimundo Fagner, principal projeto social apoiado pela agroindústria.</p>
<b>Consumidor</b>	Divulgar a Carta da Terra nas embalagens de seus produtos, assim como aconteceu para homenagear a Revolução Farroupilha , o Círio de Nazaré e as festas juninas.

Quadro 18: Recomendações para a agroindústria do Grupo 3 Corações iniciar uma possível implementação e divulgação da Carta da Terra.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os seguintes exemplos de ações recomendadas, além de contribuir na difusão e divulgação da CT, enquanto documento e foco de um movimento social, podem também ajudar reduzir discrepâncias entre os níveis de valorização/interesse e de implementação das ações socialmente responsáveis, dado o possível aprimoramento da conduta socialmente responsável da empresa com seus *stakeholders*. Para isso, deve ser focando, principalmente, as áreas mais críticas identificadas, porém agora considerando também os princípios e os valores da Carta da Terra.

## 6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A Iniciativa da Carta da Terra, apesar de ser um movimento relativamente recente e ainda bastante desconhecido pela sociedade e pelos setores sociais em geral, vem sendo difundida como mais uma iniciativa focada no sentido de movimento social. O setor privado, importante promotor de desenvolvimento, vem surgindo nesse sentido como um elo fundamental na propagação dos princípios e dos valores desta grande declaração e, por meio da SER, pode-se promover ganhos e benefícios para as populações e as regiões mais desfavorecidas. O meio rural, região onde existe uma situação de carência mais acirrada por boa parte da população, necessita que empresas, como as agroindústrias, reforcem seu papel, como promotora de crescimento e de desenvolvimento, e potencializem sua atuação para a melhoria da qualidade de vida dessa população. Por isso Iniciativas, como a Carta da Terra e a SER, merecem destaque nesse sentido.

É possível, através de uma gestão socialmente responsável, inserir a Carta da Terra no meio agroindustrial e gerar ganhos para todos os públicos de relacionamentos. Os exemplos práticos de implementação da Carta da Terra, listados nessa pesquisa, mostraram, com clareza, essa relação e ficam aqui como exemplos práticos a serem seguidos e adaptados.

A agroindústria, analisada sob os Indicadores de Responsabilidade Social e à luz dos princípios e pilares da Carta da Terra, demonstrou uma atuação socialmente responsável quanto à implementação e à valorização, em vários níveis das ações sugeridas. A agroindústria valoriza-se e destaca-se em desempenho no Indicador Valores e Transparência. Os menores níveis de valorização e implementação acontecem com o Indicador Meio Ambiente, e as maiores discrepâncias entre a valorização e a implementação das ações acontecem nos indicadores Fornecedores, Governo/Política e Público Interno.

Quanto aos pilares e aos princípios da Carta da Terra, a agroindústria está um pouco menos preocupada com a Integridade Ecológica (Pilar II). A maior discrepância foi encontrada no Pilar IV (Democracia, Não Violência e Paz), que apresenta o maior potencial para melhorar e aumentar as ações a serem tomadas nessa área.

Este estudo pretendeu, ainda, propor uma possível implementação da Carta da Terra na agroindústria estudada e, por meio da atuação empresarial, divulgá-la enquanto documento e foco de um movimento social.

Fica aqui, então, a atuação da agroindústria como mais um exemplo de atuação socialmente responsável para o ramo agroindustrial, acrescentando ainda a este segmento e ao setor produtivo como um todo, mais uma iniciativa na luta por mudanças, com base na Carta da Terra. Que a Carta sirva ainda para que terceiras empresas entendam que, do ramo ou não, do mesmo porte ou não, podem rever suas condutas, estabelecer compromissos e novas formas de atuações, sempre visando à ética. Que essas empresas somem forças para a geração de uma sociedade sustentável, baseada no respeito pela natureza, aos direitos humanos universais, à justiça econômica e a uma cultura da paz.

Que não seja pelo *marketing social*, nem por uma falsa promoção e que não se exclua o dever do estado, mas, sim, que se busque, realmente, o enraizamento de uma cultura de responsabilidades, agora, não somente social e ambiental, mas universal, aquém e além da atuação empresarial.

Reafirmando o fato da Iniciativa apresentar-se como relativamente nova para a sociedade em geral e ao mundo acadêmico, pretende-se, com esse estudo, também, abrir caminhos e alternativas para que mais estudiosos contribuam com a literatura e a enriqueçam com relatos de casos práticos, opiniões e visões relacionadas às potencialidades de uso da Carta da Terra e à importância de sua implementação como instrumento de melhoria da qualidade de vida da população, inclusive no meio rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, P.M. da C.; COLUSSO A.C. Empresa Rural e o novo Código Civil. **In.: Simpósio de Iniciação Científica dos cursos de ciências contábeis de Santa Maria**, 1., UFSM, realizado em Santa Maria – RS – Brasil, julho de 2005.

AKATU; ETHOS. **Responsabilidade Social Empresarial: um Retrato da Realidade Brasileira**. São Paulo, 2008. Disponível em <[www.akatu.org.br](http://www.akatu.org.br)>. Acesso em: dez. de 2009.

AKATU; ETHOS; IBOPE. **Práticas e perspectivas da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil 2008**. São Paulo: Instituto Ethos, 2008.

BRASIL. ABIA Associação brasileira de Indústrias de Alimento. **Relatório Anual 2009**. Disponível em <[www.abia.org.br](http://www.abia.org.br)>. Acesso em: Jul de 2010.

BRASIL. **ABIC Associação Brasileira das Indústrias de Café**. Disponível em <<http://www.abic.com.br>>. Acesso em: jun 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Educação para cidadania. **Guião de Educação para Sustentabilidade – Carta da Terra**. Brasília: ME, 2006.

**SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste**. Disponível em <[www.sudene.gov.br](http://www.sudene.gov.br)>. Acesso em: mai 2010.

CARTA DA TERRA EM AÇÃO. **A Iniciativa da Carta da Terra – Brasil**. Disponível em <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html>>.

CARTA DA TERRA EM AÇÃO. **Uma Breve História da Iniciativa da Carta da Terra, 2008**. Disponível em <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html>>.

CARTA DA TERRA EM AÇÃO. **Guia para Ação, 2008**. Disponível em <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html>>.

CHOUDHURRY, M. M.; MELO, M. V. D. de. Responsabilidade social e a gestão da qualidade ambiental no mundo dos negócios frutícolas. In: **Frutal 2007**. Fortaleza, 2007.

CIMBALISTA, SILMARA. Responsabilidade Social: um novo papel das empresas. **Análise Conjuntural**, v.23, n.5-6, p.12, maio/jun. 2001.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL Empresa e Responsabilidade Social, 2010, São Paulo: **Instituto ETHOS**, 2010, 29p.

EARTH CHARTER INITIATIVE. **The Earth Charter: Adding Value with Global Values: The Earth Charter's Role and Relationships with GRI and the UN Global Compact.** Suécia: Earth Charter International, 2006.

EARTH CHARTER INITIATIVE. **2000 – 2010 Earth Charter Initiative At a Glance.** San Jose, Costa Rica: Earth Charter International Secretariat, 2010.

EARTH CHARTER INITIATIVE. **Handbook.** San Jose, Costa Rica: Earth Charter International Secretariat, 2010.

EARTH CHARTER INITIATIVE. **EC-Assess: The Earth Charter Ethics-Based Assessment Tool.** San Jose, Costa Rica: Earth Charter International Secretariat, 2008, versão 5.

ETHOS. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007.** São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

ETHOS. **Práticas empresariais de responsabilidade social: relações entre os princípios do Global Compact e os Indicadores Ethos de responsabilidade social /** [Carmem Weingrill, coordenadora]. – São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

FIEC. INDI Instituto de Desenvolvimento industrial do Ceará. **Perfil da Indústria de Transformação Cearense.** Dezembro/2009 - Nova Série - Ano 2 - nº12. Disponível em <<http://www.fiec.org.br>>. Acesso em jan. 2010.

FIEC. **Guia Industrial do Ceará 2009.**

GADOTTI, M. **A Carta da Terra no Brasil – um breve balanço.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. Disponível em <<http://www.cartadaterrabrasil.org>>. Acesso em jan. 2010.

GONÇALVES JUNIOR, O.; FERREIRA, L. da R.; ARAÚJO, P. F. C. de. **Determinantes da balança comercial do Complexo Agroindustrial brasileiro: 1970 – 2003.** Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004.

GRUPO 3 CORAÇÕES. **Companhia.** 2009. Disponível em <<http://www.3coracoes.com.br>>. Acesso em: jun. 2010.

INICIATIVA DA CARTA DA TERRA. **A Carta da Terra, GRI, e do Global Compact: Orientação aos usuários sobre as sinergias na aplicação e comunicação** 2008. Tradução de União Brasileira para a Qualidade (UBQI – RJ). Rio de Janeiro: Projeto Review Público, 2008. Disponível em: <<http://www.ubq-rj.com.br>>. Acesso em: jan. 2010.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pesquisa Ação Social das Empresas 2006.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/asocial/>>. Acesso em: nov. 2009.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**. Comunicado nº 58. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em jul. 2010.

ITACARAMBI, P. A Carta da Terra orientando a gestão da Itaipu Binacional. **Notícias Ethos na CBN**, São Paulo, 24 mai. 2010.

**ITAIPU BINACIONAL**. Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br>>. Acesso em: mai 2010.

ITAIPU BINACIONAL. **Cultivando Água Boa**. Disponível em <<http://www.cultivandoaguaboa.com.br/>>. Acesso em: mai 2010.

**4C ASSOCIATION** for a better coffee world. 2009. Disponível em <<http://www.4c-coffeeassociation.org/en/>>. Acesso em: jun 2010.

LEITE, P.M. ‘Modelo do Ceará’ não distribui renda, diz Bird. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 12 jun. 2001, p. A10.

LIMA, C.M.H. **Interiorização Industrial no Ceará: estudo comparativo da região de Sobral e Cajubar – período de 1985 a 2003**. 2006. 150f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Pós-Graduação em Economia CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MORENO, C. [Entrevista publicada em março de 2010, no site do Portal do Voluntário]. Disponível em <<http://portaldovoluntario.org.br/blogs/57731/posts/7074>>. Acesso em: maio 2010.

MOTOMURA, O. O acionista em último lugar. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL Empresa e Responsabilidade Social, 2010, São Paulo. **Palestra...**São Paulo: Instituto Ethos, 2010. Disponível em: <<http://www.ethos.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010.

NONATO, F. J. A. de P. **Responsabilidade Social Empresarial e a promoção da Qualidade de vida do Trabalhador do campo**. 2007. 83f. Monografia (Agronomia) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PARRÉ, J. L. et al. **Desempenho do setor agroindustrial no Sul do Brasil**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

RIO DE JANEIRO. REVIVERDE - Instituto Ambientalista da Cidade do Rio de Janeiro. **Carta da Terra**. Disponível em <<http://www.reviverde.org.br/CartadaTerra.htm>>. Acesso em: jun 2010.

**THE EARTH CHARTER INITIATIVE**. Valou and Principles for a Sustainable Future. Disponível em <<http://www.earthcharterinaction.org>>. Acesso em: jul 2010.

SANTOS, J.A.N. *et al.* **A agroindústria de alimentos e de frutos e hortaliças no Nordeste e demais áreas de atuação do BNB: desempenho recente e possibilidade de políticas**. Fortaleza: BNB, 2008.



SÃO PAULO. **Grassano & Associados** advocacia empresarial. 2009. Disponível em <<http://www.grassano.com.br>>. Acesso em: jul 2010.

SILVA, R. C. da; VITTI, A. “Responsabilidade social empresarial: Fazer o bem dá frutos”. **Revista Hortifruti Brasil**, Piracicaba-SP, ano 6, n. 55, p. 6-11, mar. 2007.

SOARES, F. de A. *et al.* “Interiorização e Reestruturação da Indústria do Ceará no Final do Século XX”. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, jan-mar. 2007.

SOUSA, A.C.C. **Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável: a incorporação dos conceitos à estratégia empresarial**. 2006. 213f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VILELA, M. [Entrevista feita pelo Instituto Ethos e publicada em agosto de 2009, no site da Organização Não-Governamental Parceiros Voluntários]. Disponível em <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/componentes/parceiros/ParceirosVoluntarios.asp>>. Acesso em: dez. 2009.

VILELA, M. [Entrevista dada ao Planeta Sustentável e publicada em 21 de abril de 2010 no site da organização na internet]. Disponível em <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/mirian-vilela-carta-terra-desenvolvimento-sustentavel-551761.shtml?func=2>>. Acesso em: mai. 2010.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3a ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. cap. 1, p. 19-36.

## **APÊNDICES**

## **Apêndice A – Questionário**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL**

*Este questionário tem o propósito de levantar informações para elaboração da Dissertação “A Carta da Terra no meio rural a partir de ações de Responsabilidade Social das Agroindústrias” que será apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia Rural. Desde já agradeço sua colaboração e asseguro que todas as informações aqui coletadas somente serão utilizadas para fins desta pesquisa.*

**Parte 1 – Introdução ao tema**

**1) A empresa entende o que é Responsabilidade Social Empresarial? Se sim, com suas próprias palavras como a empresa define esse tema?**

1. Não ( )                      2. Sim ( )

---

---

**2) A empresa vê a RSE, principalmente, como um: (Enumerar em ordem decrescente de importância para a empresa as respostas que mais se identificarem)**

1. Desafio
2. Estratégia de Marketing
3. Diferencial de competitividade
4. Uma medida que se faz necessária para a sustentabilidade da sociedade
5. Um modismo
6. Outro. Especifique.

**3) A empresa acha que incorporar a RS na gestão empresarial é realmente importante?**

1. Não ( )                      2. Sim ( )

Por quê?

---

---

**4) A empresa conhece o Instituto Ethos de empresas e responsabilidade social?**

1. Não ( )                      2. Sim ( )

**5) A empresa conhece os princípios e/ou diretrizes da RSE adotadas pelo Instituto Ethos de Empresas?**

1. Não ( )                      2. Sim ( )

Se sim, quais?

---

---

---

**6) A empresa adota ações e práticas socialmente responsáveis?**

1. Não ( )                      2. Sim ( )

**7) Se sim para a pergunta anterior, quais os principais públicos-alvo da RSE da empresa? (Sugestão: enumerar em ordem decrescente de importância)**

1. Público interno
2. Meio ambiente
3. Comunidade
4. Consumidores/clientes
5. Acionistas/ empresários

--	--	--	--	--

**8) A empresa entende a importância do Desenvolvimento Sustentável (DS) nos dias de hoje?**

1. Não ( )                      2. Sim ( )

Se sim, com suas próprias palavras, explique o que seria o DS para a empresa.

---

---

---

**9) A empresa acha que colabora para o desenvolvimento sustentável da sociedade e/ou da comunidade que está inserida?**

1. Não ( )                      2. Sim ( )

Se sim, com poucas palavras, explique de que maneira.

---

---

---

**10) A empresa conhece ou já ouviu falar da Carta da Terra, um documento lançado mundialmente em 2000 e que contém um conjunto de valores e princípios essenciais para construção de uma sociedade justa e sustentável?**

1. Não ( )                      2. Sim ( )

**11) Se sim para a pergunta anterior, qual a visão da empresa sobre esse documento, ou seja, o que a empresa entende por Carta da Terra?**

---

**12) Qual desses valores a empresa escolheria como sendo o valor mais importante para uma gestão empresarial socialmente responsável:**

- 1) Ética ( )
- 2) Transparência ( )
- 3) Honestidade ( )
- 4) Respeito ( )
- 5) Eficácia ( )

**13) Visando um modo de vida sustentável como um critério comum a todos os indivíduos, quais desses princípios a empresa elege como os mais importantes (enumere em ordem decrescente de importância):**

- 1) Respeitar e cuidar da integridade ecológica
- 2) Promover a justiça social e econômica
- 3) Democracia, não-violência e paz

--	--	--	--	--

## Parte 2 – Avaliação CT (Carta da Terra) com relação as ASR (Ações Socialmente Responsáveis)

### LEGENDA

NÍVEL DE INTERESSE PELA AÇÃO	
0	No momento não há interesse pela realização da ação.
1	Há evidências de um mínimo interesse sobre esta ação.
2	Há interesse, porém esta ação ainda não constitui-se interesse principal no momento.
3	Há evidências de um grande interesse por este princípio.

NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO	
0	No momento não há implementação da ação.
1	Há evidências de uma mínima implementação desta ação.
2	Há indícios de um movimento rumo a uma maior aplicação desta ação.
3	Já há uma plena implementação e consolidação desta ação.

### IMPORTANTE

- Para cada ação a empresa responderá tanto no quesito “INTERESSE” pela seguinte prática quanto no quesito “IMPLEMENTAÇÃO” da ação. Para cada quesito desses há uma escala de 0 a 3 que evidenciará um certo nível de RSE que a empresa está inserida;
- No preenchimento das tabelas a seguir pede-se que marque com um “x” nos seguintes níveis de 0 a 3 para cada quesito e no campo “Forma de Implementação” pedimos a empresa para que, quando julgar necessário, nos mostrar um exemplo ou a maneira com que a mesma faz da seguinte ação uma prática viva dentro da sua organização.







Ação		Interesse				Implementação				Forma de Implementação			
presidiários													
Adaptação e inclusão de deficientes físicos no quadro de colaboradores da empresa	PI												
Promoção da diversidade étnica, sexual e religiosa dentro da empresa	PI												
Política formal contra propaganda preconceituosa, sexista ou discriminatória	V/T												
Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida	CT												
Programa de capacitação para os jovens da comunidade	CT												
Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.	CT												
Consideração de critérios de Responsabilidade Social na seleção de fornecedores	For												
Consideração de certificações de qualidade social e ambiental na seleção de fornecedores	For												
Critérios de compra que considerem garantia de origem lícita	For												
Busca de fornecedores junto à comunidade local/do entorno	For												
Estímulo à participação dos funcionários em congressos, seminários e eventos	PI												
Extensão de benefícios às famílias dos funcionários	PI												
Conquista de selos e certificações em áreas sociais	VT												

Ação		Interesse				Implementação				Forma de Implementação
Realização de projetos sociais em sua comunidade	Com									
Financiamento de projetos sociais	Com									
Desenvolvimento de projetos sociais próprios ou apoio aos de terceiros	Com									
Apóia alguma entidade local	Com									
Pagamento justo por matérias-prima produzida pelos moradores da região	Com									
Doação de excedente da produção	Com									
Contribuição para eventos da comunidade	Com									
Patrocínio de atividades esportivas	Com									
Geração de emprego na comunidade	Com									
Presta trabalho voluntário	Com									
Disponibilização de espaços e equipamentos para o desenvolvimento de projetos e atividades da comunidade	Com									
Seguro de vida para funcionários	PI									
Consultório/ ambulatório na empresa	PI									
Uso de equipamentos de segurança (EPIs)	PI									
Programas de prevenção de acidentes	PI									
Transporte de boa qualidade para funcionários	PI									
Participação nos resultados da empresa	PI									

Ação		Interesse				Implementação				Forma de Implementação
Locais apropriados para as refeições	PI									
Formas de lazer	PI									
Cursos de capacitação e treinamento contínuos	PI									
Plano de Saúde para os funcionários e a alguns familiares	PI									
Aperfeiçoamento de embalagens visando o benefício do consumidor e/ou do meio ambiente	Cons									
Aperfeiçoamento de tecnologia visando o benefício do consumidor e/ou do meio ambiente	Cons									
Aperfeiçoamento dos recursos humanos da empresa, além do treinamento funcional	PI									
Participação em projetos sociais governamentais	G/P									

LEGENDA - Indicadores Ethos de RSE: Valores e Transparência (V/P); Consumidores (Cons); Comunidade (Com); Meio Ambiente (MA); Público Interno (PI); Fornecedores (For) e Governo/ Política (GP).

*Princípio IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ*

Ação		Interesse				Implementação				Forma de Implementação
		0	1	2	3	0	1	2	3	
Orientação aos consumidores quanto ao uso correto de seus produtos	Cons									
Facilitação de trocas de produtos com defeitos	Cons									
Garantir fornecimento de notas fiscais mesmo que o consumidor não a solicite	Cons									
Práticas anti-corrupção e propinas nos	Cons									

Ação		Interesse				Implementação				Forma de Implementação			
processos de vendas													
Relacionamento com os clientes no pós-venda	Cons												
Canais de relacionamento com sindicatos de trabalhadores	PI												
Sistema de comunicação com a comunidade para ouvir reclamações e/ou sugestões sobre o impacto da sua atuação	Com												
Práticas anti-corrupção e propinas	G/P												
Medidas que orientam as comunidades do entorno a cuidar dos seu próprio ambiente (CT 13F Com)													
Aplicação de medidas punitivas aos colaboradores e funcionários envolvidos em atos de corrupção	G/P												
Contribuição para eventos que forneçam conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável na comunidade local	CT												
Promoção de atividades culturais, esportivas e de lazer com uso de incentivos fiscais	G/P												
Definição explícita da missão e valores da empresa	V/T												
Mecanismos estruturados para transmitir os valores da empresa a todos os seus públicos	V/T												
Mecanismos estruturados para receber sugestões e reclamações de seus públicos interessados	V/T												
Código de Ética escrito e divulgado	V/T												

LEGENDA - Indicadores Ethos de RSE: Valores e Transparência (V/P); Consumidores (Cons); Comunidade (Com); Meio Ambiente (MA); Público Interno (PI); Fornecedores (For) e Governo/ Política (GP).



**Apêndice B – Modelo de Planilha *EC-Assess* adaptado para Avaliação dos Indicadores  
Ethos de RSE**

	<i>Nível declarado de Interesse</i>	<i>Nível de Implementação</i>	<b>INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL</b>
	<b>0,1,2,3</b>	<b>0,1,2,3</b>	<b>1. Valores e Transparência</b>
1			<b>Política formal contra propaganda preconceituosa, sexista ou discriminatória</b>
2			<b>Conquista de selos e certificações em áreas sociais</b>
3			<b>Definição explícita da missão e valores da empresa</b>
4			<b>Mecanismos estruturados para receber sugestões e reclamações de seus públicos interessados</b>
5			<b>Código de Ética escrito e divulgado</b>
6			<b>Mecanismos estruturados para transmitir os valores da empresa a todos os seus públicos</b>
			<b>&lt; Média do Indicador</b>
	<b>0,1,2,3</b>	<b>0,1,2,3</b>	<b>2. Público Interno</b>
1			<b>Aperfeiçoamento dos recursos humanos da empresa, além do treinamento funcional</b>
2			<b>Canais de relacionamento com sindicatos de trabalhadores</b>
3			<b>Promoção da diversidade étnica, sexual e religiosa dentro da empresa</b>
4			<b>Adaptação e inclusão de deficientes físicos no quadro de colaboradores da empresa</b>
5			<b>Extensão de benefícios às famílias dos funcionários</b>
6			<b>Melhoria das moradias dos funcionários e seus familiares</b>



7			<b>Apoio a funcionários demitidos sem justa causa (recolocação/recapacitação)</b>
8			<b>Estímulo ao trabalho voluntário dos empregados</b>
9			<b>Programas para busca e contratação de ex-presidiários</b>
10			<b>Redução de diferenças salariais entre homens e mulheres</b>
11			<b>Redução de diferenças salariais entre brancos e negros</b>
12			<b>Estímulo à participação dos funcionários em congressos, seminários e eventos</b>
13			<b>Normas anti-assédio sexual</b>
14			<b>Prevenção e tratamento para dependência de drogas e de álcool</b>
15			<b>Erradicação do analfabetismo entre seus empregados</b>
16			<b>Seguro de vida para funcionários</b>
17			<b>Consultório/ ambulatório na empresa</b>
18			<b>Uso de equipamentos de segurança (EPIs)</b>
19			<b>Programas de prevenção de acidentes</b>
20			<b>Transporte de boa qualidade para funcionários</b>
21			<b>Participação nos resultados da empresa</b>
22			<b>Locais apropriados para as refeições</b>

23			Formas de lazer
24			Cursos de capacitação e treinamento contínuos
25			Plano de Saúde para os funcionários e a alguns familiares
			< Média do Indicador
	0,1,2,3	0,1,2,3	3. Meio Ambiente
1			Redução dos danos ao meio ambiente causados por sua atividade
2			Programas de proteção a áreas naturais
3			Coleta seletiva de lixo não-industrial
4			Programas de racionamento de energia
5			Programas de racionamento de água
6			Respeito as leis do IBAMA
7			Reciclagem de lixo
8			Controle do uso de produtos químicos
9			Uso de recursos energéticos renováveis, como a energia solar, eólica.
10			Uso de combustíveis renováveis
11			Programa de reutilização de resíduos.

12			Participa ou apóia projetos de educação ambiental
13			Atividade de educação ambiental para público externo e interno.
14			Atividades culturais visando a preservação ambiental
			< Média do Indicador
	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	4. Fornecedores
1	3	1	Combate à utilização de trabalho infantil por fornecedores
2	3	2	Consideração de critérios de Responsabilidade Social na seleção de fornecedores
3	3	2	Consideração de certificações de qualidade social e ambiental na seleção de fornecedores
4	3	3	Crítérios de compra que considerem garantia de origem lícita
5			Busca de fornecedores junto à comunidade local/do entorno
	3	2	< Média do Indicador
	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	5. Comunidade
1			Realização de projetos sociais na comunidade
2			Financiamento de projetos sociais
3			Desenvolvimento de projetos sociais próprios ou apoio aos de terceiros
4			Promoção dos Direitos Humanos

5			Sistema de comunicação com a comunidade para ouvir reclamações e/ou sugestões sobre o impacto da sua atuação
6			Apóia alguma entidade local
7			Doação de excedente da produção
8			Contribuição para eventos da comunidade
9			Patrocínio de atividades esportivas
10			Geração de emprego na comunidade
11			Presta trabalho voluntário
12			Disponibilização de espaços e equipamentos para o desenvolvimento de projetos e atividades da comunidade
13			Medidas que orientam as comunidades do entorno a cuidar dos seu próprio ambiente
14			Medidas de capacitação para os jovens da comunidade
			< Média do Indicador
	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	6. Consumidores
1			Garantir fornecimento de notas fiscais mesmo que o consumidor não a solicite
2			Relacionamento com os clientes no pós-venda
3			Orientação aos consumidores quanto ao uso correto de seus produtos
4			Facilitação de trocas de produtos com defeitos

5			Aperfeiçoamento de embalagens visando o benefício do consumidor e/ou do meio ambiente
6			Aperfeiçoamento de tecnologia visando o benefício do consumidor e/ou do meio ambiente
7			Práticas anti-corrupção e propinas nos processos de vendas
			<Média do Indicador
	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	7. Governo/Política
1			Práticas anti-corrupção e propinas
2			Participação em projetos sociais governamentais
3			Promoção de atividades culturais, esportivas e de lazer com uso de incentivos fiscais
4			Aplicação de medidas punitivas aos colaboradores e funcionários envolvidos em atos de corrupção
			<Média dos princípios



**Apêndice C – *EC-Assess* baseada nas ações socialmente responsáveis das empresas**

	<i>Nível declarado de Interesse</i>	<i>Nível de Implementação</i>	<b>Princípios centrais e de apoio da Carta da Terra 5 - 16</b>	
	<b>Pilar II Integridade Ecológica</b>			
<b>Sim ou Não</b>	<b>0,1,2,3</b>	<b>0,1,2,3</b>	<b>5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial atenção à diversidade biológica e aos processos naturais que sustentam a vida.</b>	
<b>Sim</b>	-	-	<b>a. Adotar, em todos os níveis, planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável que façam com que a conservação e a reabilitação ambiental sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.</b>	
<b>1</b>			<b>Consideração de certificações de qualidade social e ambiental na seleção de fornecedores</b>	<b>Indicador Ethos 3 do Princípio For</b>
<b>2</b>			<b>Consideração de critérios de Responsabilidade Social na seleção de fornecedores</b>	<b>Indicador Ethos 2 do Princípio For</b>
<b>3</b>			<b>Respeito a Leis do IBAMA</b>	<b>Indicador 6 do Princípio MA</b> (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
<b>4</b>			<b>Conquista de selos e certificações em áreas sociais e ambientais</b>	<b>Indicador Ethos 5 do Princípio VT</b>
<b>Sim</b>	-	-	<b>b. Estabelecer e proteger reservas naturais e da biosfera viáveis, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.</b>	
<b>5</b>			<b>Programa de proteção a áreas naturais</b>	<b>Indicador Ethos 2 do Princípio MA</b>
<b>Não</b>	-	-	<b>c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçados.</b>	
<b>Não</b>	-	-	<b>d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas e ao meio ambiente e impedir a introdução</b>	



			desses organismos prejudiciais.	
Sim	-	-	e. Administrar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de forma que não excedam às taxas de regeneração e que protejam a saúde dos ecossistemas humano.	
6			<b>Programa para racionamento de água na empresa</b>	<b>Indicador Ethos 5 do Princípio MA</b>
Não	-	-	f. Administrar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis de forma que minimizem o esgotamento e não causem dano ambiental.	
			< Média para este princípio	
	0,1,2,3	0,1,2,3	6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.	
Sim	-	-	a. Agir para evitar a possibilidade de danos ambientais sérios ou irreversíveis, mesmo quando o conhecimento científico for incompleto ou não-conclusivo.	
7			<b>Participa ou apóia projetos de educação ambiental.</b>	<b>Indicador 12 do Princípio MA</b> (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
8			<b>Atividade de educação ambiental para público externo e interno.</b>	<b>Indicador 13 do Princípio MA</b> (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
9			<b>Redução dos danos ao meio ambiente causados por sua atividade</b>	<b>Indicador 1 do Princípio MA</b> (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
Não	-	-	b. Impor o ônus da prova naqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que as partes interessadas sejam responsabilizadas pelo dano ambiental.	
Não	-	-	c. Assegurar que as tomadas de decisão considerem as conseqüências cumulativas,	

			a longo prazo, indiretas, de longo alcance e globais das atividades humanas.	
Não	-	-	d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.	
10			Coleta seletiva de lixo não-industrial	Indicador Ethos 3 do Princípio MA
11			Controle do uso de produtos químicos	Indicador 8 do Princípio MA (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
Não	-	-	e. Evitar atividades militares que causem dano ao meio ambiente.	
			< Média para este princípio	
	0,1,2,3	0,1,2,3	7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.	
Sim	-	-	a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.	
12			Programa de reutilização de resíduos.	Indicador 11 do Princípio MA (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
13			Reciclagem de lixo	Indicador 7 do Princípio MA (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
Sim	-	-	b. Atuar com moderação e eficiência no uso de energia e contar cada vez mais com fontes energéticas renováveis, como a energia solar e do vento.	
14			Uso de recursos energéticos renováveis, como a energia solar, eólica.	Indicador 9 do Princípio MA (Princípio Incluso do

				Artigo de Silva & Vitti)
15			Uso de combustíveis renováveis	<b>Indicador 10 do Princípio MA</b> (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
16			Programa para racionamento de energia na empresa	<b>Indicador Ethos 4 do Princípio MA</b>
Sim	-	-	<b>c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais seguras.</b>	
17			Aperfeiçoamento de tecnologia visando o benefício do consumidor e/ou do meio ambiente	<b>Indicador Ethos 9 do Princípio Cons</b>
18			Aperfeiçoamento de embalagens visando o benefício do consumidor e/ou do meio ambiente	<b>Indicador Ethos 8 do Princípio Cons</b>
Não	-	-	<b>d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam às mais altas normas sociais e ambientais.</b>	
Sim	-	-	<b>e. Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.</b>	
19			Consultório/ ambulatório na empresa	<b>Indicador do Princípio PI</b> (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
Não	-	-	<b>f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito.</b>	
			< Média para este princípio	
	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	<b>8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover o intercâmbio aberto e aplicação ampla do conhecimento adquirido.</b>	
Não	-	-	<b>a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.</b>	

Sim	-	-	<b>b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuem para a proteção ambiental e o bem-estar humano.</b>	
20			Atividades culturais visando a preservação ambiental	Indicador 14 do Princípio MA (princípio incluso inspirado na Carta da Terra)
Sim	-	-	<b>c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.</b>	
21			Relacionamento com os clientes no pós-venda	Indicador Ethos 2 do Princípio Cons
22			Orientação aos consumidores quanto ao uso correto de seus produtos	Indicador Ethos 4 do Princípio Cons
			< Média para este princípio	

	<b>Pilar III Justiça Social e Econômica</b>			
	<b>0, 1, 2, 3</b>	<b>0, 1, 2, 3</b>	<b>9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental</b>	
Sim	-	-	<b>a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, alocando os recursos nacionais e internacionais demandados.</b>	
23			Melhoria das moradias dos empregados e seus familiares	Indicador do Princípio PI (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
24			Locais apropriados para as refeições de seus empregados	Indicador do Princípio PI (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
Sim	-	-	<b>b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma condição de vida sustentável e proporcionar seguro social e segurança coletiva aos que não são capazes de se manter por conta própria.</b>	

25			Erradicação do analfabetismo entre seus empregados da empresa	Indicador Ethos 15 do Princípio PI
26			Geração de emprego na comunidade	Indicador 10 do Princípio Com (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
27			Desenvolvimento de projetos sociais próprios ou apoio aos de terceiros.	Indicador Ethos 3 do Princípio Com
28			Realização de projetos sociais em sua comunidade	Indicador Ethos 1 do Princípio Com
29			Transporte de boa qualidade para funcionários	Indicador do Princípio PI (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
30			Formas de lazer para seus empregados	Indicador do Princípio PI (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
31			Plano de Saúde para os funcionários e a alguns familiares	Indicador do Princípio PI (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
Sim	-	-	<b>c. Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem e habilitá-los a desenvolverem suas capacidades e alcançarem suas aspirações.</b>	
32			Programas para busca e contratação de ex-presidiários	Indicador Ethos 15 do Princípio PI
33			Presta trabalho voluntário	Indicador 11 do Princípio Com (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
34			Estímulo ao trabalho voluntário dos empregados	Indicador Ethos 7 do Princípio PI
35			Adaptação e inclusão de deficientes físicos no quadro de colaboradores da empresa	Indicador Ethos 4 do Princípio PI
36			Apoio a funcionários demitidos sem justa causa (recolocação/recapacitação)	Indicador Ethos 6 do Princípio PI
37			Uso de equipamentos de segurança (EPIs)	Indicador do Princípio PI (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
38			Prevenção e tratamento para dependência de drogas e de álcool	Indicador Ethos 13 do Princípio PI

			< Média para este princípio	
	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	<b>10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.</b>	
<b>Sim</b>	-	-	<b>a. Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações.</b>	
<b>39</b>			Participação dos empregados nos resultados da empresa	<b>Indicador do Princípio PI</b> (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
<b>40</b>			Doação de excedente da produção	<b>Indicador 7 do Princípio Com</b> (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
<b>Sim</b>	-	-	<b>b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e liberá-las de dívidas internacionais onerosas.</b>	
<b>41</b>			Aperfeiçoamento dos recursos humanos da empresa, além do treinamento funcional	<b>Indicador Ethos 1 do Princípio PI</b>
<b>42</b>			Cursos de capacitação e treinamento contínuos aos empregados	<b>Indicador do Princípio PI</b> (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
<b>43</b>			Estímulo à participação dos funcionários em congressos, seminários e eventos	<b>Indicador Ethos 11 do Princípio PI</b>
<b>Sim</b>	-	-	<b>c. Assegurar que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.</b>	
<b>44</b>			Critérios de compra que considerem garantia de origem lícita	<b>Indicador Ethos 4 do Princípio For</b>
<b>45</b>			Consideração de critérios de Responsabilidade Social na seleção de fornecedores	<b>Indicador Ethos 2 do Princípio For</b>
<b>46</b>			Consideração de certificações de qualidade social e ambiental na seleção de fornecedores	<b>Indicador Ethos 3 do Princípio For</b>
<b>47</b>			Conquista de selos e certificações em áreas sociais e ambientais	<b>Indicador 5 do Princípio VT</b>
<b>48</b>			Garantir fornecimento de notas fiscais mesmo que o consumidor não a solicite	<b>Indicador Ethos 1 do Princípio Cons</b>
<b>Não</b>	-	-	<b>d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e</b>	

			responsabilizá-las pelas consequências de suas atividades. consequências de suas atividades.	
			< Média para este princípio	
	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	11. Afirmar a igualdade e a equidade dos gêneros como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.	
Sim	-	-	a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.	
49			Normas anti-assédio sexual	Indicador Ethos 12 do Princípio PI
Sim	-	-	b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.	
50			Redução de diferenças salariais entre homens e mulheres	Indicador Ethos 9 do Princípio PI
Sim	-	-	c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e o carinho de todos os membros da família.	
51			Melhoria das moradias dos empregados e seus familiares	Indicador do Princípio PI (Princípio Includo do Artigo de Silva & Vitti)
52			Seguro de vida para funcionários	Indicador do Princípio PI (Princípio Includo do Artigo de Silva & Vitti)
53			Programas de prevenção de acidentes	Indicador do Princípio PI (Princípio Includo do Artigo de Silva & Vitti)
54			Plano de Saúde para os funcionários e a alguns familiares	Indicador do Princípio PI (Princípio Includo do Artigo de Silva & Vitti)
55			Extensão dos benefícios dos empregados às famílias dos funcionários	Indicador do Princípio PI (Princípio Includo do Artigo de Silva & Vitti)
			< Média para este princípio	

	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	<b>12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.</b>	
<b>Sim</b>	-	-	<b>a. Eliminar a discriminação em todas as suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.</b>	
<b>56</b>			Promover os direitos humanos.	<b>Indicador Ethos 4 do Princípio Com</b>
<b>57</b>			Promoção da diversidade étnica, sexual e religiosa dentro da empresa	<b>Indicador Ethos 3 do Princípio PI</b>
<b>58</b>			Política formal contra propaganda preconceituosa, sexista ou discriminatória	<b>Indicador Ethos 6 do Princípio VT</b>
<b>59</b>			Redução de diferenças salariais entre brancos e negros	<b>Indicador Ethos 10 do Princípio PI</b>
<b>Não</b>	-	-	<b>b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas com condições de vida sustentáveis.</b>	
<b>Sim</b>	-	-	<b>c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.</b>	
<b>60</b>			Combate à utilização de trabalho infantil por fornecedores	<b>Indicador Ethos 1 do Princípio For</b>
<b>61</b>			Medidas de capacitação para os jovens da comunidade.	<b>Indicador 13 do Princípio Com (Princípio Incluso do Artigo de Silva &amp; Vitti)</b>
<b>62</b>			Patrocínio de atividades esportivas	<b>Indicador 9 do Princípio Com (Princípio Incluso do Artigo de Silva &amp; Vitti)</b>
<b>63</b>			Promoção de atividades culturais, esportivas e de lazer com uso de incentivos fiscais	<b>Indicador Ethos 5 do princípio G/P</b>
<b>Não</b>	-	-	<b>d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.</b>	
			<b>&lt; Média para este princípio</b>	



<b>Pilar IV Democracia, Não Violência e Paz</b>				
	<b>0, 1, 2, 3</b>	<b>0, 1, 2, 3</b>	<b>13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e prover transparência e responsabilização no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.</b>	
<b>Sim</b>	-	-	<b>a. Defender o direito de todas as pessoas receberem informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que possam afetá-las ou nos quais tenham interesse.</b>	
<b>64</b>			<b>Código de Ética escrito e divulgado</b>	<b>Indicador Ethos 4 do Princípio VT</b>
<b>65</b>			<b>Relacionamento com os clientes no pós-venda</b>	<b>Indicador Ethos 2 do Princípio Cons</b>
<b>66</b>			<b>Mecanismos estruturados para transmitir os valores da empresa a todos os seus públicos</b>	<b>Indicador Ethos 2 do Princípio VT</b>
<b>67</b>			<b>Definição explícita da missão e valores da empresa</b>	<b>Indicador Ethos 1 do Princípio VT</b>
<b>68</b>			<b>Orientação aos consumidores quanto ao uso correto de seus produtos</b>	<b>Indicador Ethos 4 do Princípio Cons</b>
<b>Sim</b>	-	-	<b>b. Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações interessados na tomada de decisões.</b>	
<b>69</b>			<b>Apóia alguma entidade local</b>	<b>Indicador 6 do Princípio Com (Princípio Incluso do Artigo de Silva &amp; Vitti)</b>
<b>70</b>			<b>Financiamento de projetos sociais</b>	<b>Indicador Ethos 2 do Princípio Com</b>
<b>71</b>			<b>Desenvolvimento de projetos sociais próprios ou apoio aos de terceiros</b>	<b>Indicador Ethos 3 do Princípio Com</b>
<b>2</b>			<b>Participação em projetos sociais governamentais</b>	<b>Indicador Ethos 5 do princípio G/P</b>
<b>73</b>			<b>Sistema de comunicação com a comunidade para ouvir reclamações e/ou sugestões sobre o impacto da sua atuação</b>	<b>Indicador Ethos 5 do Princípio Com</b>

74			Mecanismos estruturados para receber sugestões e reclamações de seus públicos interessados	Indicador Ethos 36 do Princípio VT
Sim	-	-	c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de reunião pacífica, de associação e de oposição.	
75			Canais de relacionamento com sindicatos de trabalhadores	Indicador Ethos 2 do Princípio PI
Não	-	-	d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos judiciais administrativos e independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.	
Sim	-	-	e. liminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.	
76			Práticas anti-corrupção e propinas	Indicador Ethos 1 do princípio G/P
77			Aplicação de medidas punitivas aos colaboradores e funcionários envolvidos em atos de corrupção	Indicador Ethos 6 do princípio G/P
78			Práticas anti-corrupção e propinas nos processos de vendas	Indicador Ethos 10 do Princípio Cons
Sim	-	-	f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.	
79			Medidas que orientam as comunidades do entorno a cuidar dos seu próprio ambiente	Indicador do princípio Com baseado na Carta da Terra
80			Presta trabalho voluntário	Indicador 11 do Princípio Com (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
81			Contribuição para eventos da comunidade	Indicador 8 do Princípio Com (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
82			Realização de projetos sociais em sua comunidade	Indicador Ethos 1 do princípio Com
83			Disponibilização de espaços e equipamentos para o desenvolvimento de projetos e atividades da comunidade	Indicador 12 do Princípio Com (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
			< Média para este princípio	

	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	14. integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.	
Sim	-	-	a. Prover a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.	
84			Promoção de atividades culturais, esportivas e de lazer com uso de incentivos fiscais	Indicador Ethos 5 do princípio G/P
85			Participa ou apóia projetos de educação ambiental.	Indicador do Princípio MA (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
86			Atividade de educação ambiental para público externo e interno.	Indicador do Princípio MA (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
Não	-	-	b. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para sustentabilidade.	
Não	-	-	c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no aumento da conscientização sobre os desafios ecológicos e sociais.	
Não	-	-	d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma condição de vida sustentável.	
			< Média para este princípio	
	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.	
Não	-	-	a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimento.	
Não	-	-	b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.	
Não	-	-	c. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.	
			< Média para este princípio	
	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz.	
Sim	-	-	a. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.	

87			Sistema de comunicação com a comunidade para ouvir reclamações e/ou sugestões sobre o impacto da sua atuação.	Indicador Ethos 5 do princípio Com
88			Presta trabalho voluntário	Indicador 11 do Princípio Com (Princípio Incluso do Artigo de Silva & Vitti)
89			Estímulo ao trabalho voluntário dos empregados	Indicador Ethos 7 do Princípio PI
90			Promover os direitos humanos	Indicador Ethos 4 do princípio Com
Sim	-	-	b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para administrar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.	
91			Canais de relacionamento com sindicatos de trabalhadores	Indicador Ethos 2 do Princípio PI
92			Facilitação de trocas de produtos com defeitos	Indicador Ethos 6 do Princípio Cons
Não	-	-	c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até o nível de uma postura defensiva não-provocativa e converter os recursos militares para propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.	
Não	-	-	d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.	
Não	-	-	e. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico ajude a proteção ambiental e a paz.	
Não	-	-	f. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.	
			< Média para este princípio	



## **ANEXOS**

## **Anexo A – Carta da Terra**

## **PREÂMBULO**

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

### **Terra, Nosso Lar**

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

### **A Situação Global**

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

### **Desafios Para o Futuro**

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano.

Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções incluídas.

### **Responsabilidade Universal**

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo



tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

## **PRINCÍPIOS**

### ***I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA***

#### ***1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.***

- a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.*
- b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.*

#### ***2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.***

- a. Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.*
- b. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.*

#### ***3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.***

- a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.*
- b. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.*

#### ***4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.***

- a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.*
- b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apóiem, em longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.*

*Para poder cumprir estes quatro amplos compromissos, é necessário:*

## **II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA**

### **5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.**

- a. Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.*
- b. Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.*
- c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçadas.*
- d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.*
- e. Manejar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de forma que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.*
- f. Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.*

### **6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.**

- a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.*
- b. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.*
- c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas conseqüências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.*
- d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.*
- e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.*

### **7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.**

- a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.*
- b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.*
- c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis.*
- d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.*

- e. *Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.*
- f. *Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito.*

**8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.**

- a. *Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada a sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.*
- b. *Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.*
- c. *Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.*

### **III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA**

**9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.**

- a. *Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não-contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.*
- b. *Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.*
- c. *Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.*

**10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.**

- a. *Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações.*
- b. *Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.*
- c. *Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.*
- d. *Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas conseqüências de suas atividades.*

**11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.**

- a. *Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.*
- b. *Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.*
- c. *Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.*

**12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.**

- a. Eliminar a discriminação em todas as formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.
- b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.
- c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.
- d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

#### **IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ**

**13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.**

- a. Defender o direito de todas as pessoas no sentido de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.
- b. Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.
- c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembléia pacífica, de associação e de oposição.
- d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.
- e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.
- f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

**14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.**

- a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.
- b. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para sustentabilidade.
- c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.
- d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

**15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.**

- a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.

*b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.*

*c. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.*

**16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.**

*a. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.*

*b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.*

*c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.*

*d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.*

*e. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.*

*f. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.*

## **O CAMINHO ADIANTE**

Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

**Anexo B – Planilha *EC-Assess* (*Avaliação CT*)**

## EC-Assess (Avaliação - CT)

Planilha a ser utilizada em conjunto com instruções passo a passo da Publicação Avaliação Carta da Terra (CT).

Seguida por resultados numéricos calculados automaticamente e gráfico de barras nas próximas folhas.

Relevância do princípio	Nível declarado de interesse	Nível de Implementação	Princípios 5-16 da Carta da Terra (com os princípios de apoio)
<b>PILAR II DA CARTA DA TERRA. Integridade ecológica</b>			
Sim ou Não	0,1,2,3	0,1,2,3	<b>5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.</b>
			a. Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.
			b. Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.
			c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçadas
			d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causam dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.
			e. Manejar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de forma que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.
			f. Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.
	NA	NA	< Média destes princípios
Sim ou Não	0,1,2,3	0,1,2,3	<b>6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.</b>
			a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.
			b. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.
			c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas consequências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.
			d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.
			e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.
	NA	NA	< Média destes princípios
Sim ou Não	0,1,2,3	0,1,2,3	<b>7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.</b>
			a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.

			b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.
			c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis.
			d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.
			e. Garantir o acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.
			f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e a subsistência material num mundo finito.
	NA	NA	< Averages for This Principle
<b>Sim ou Não</b>	<b>0, 1, 2, 3</b>	<b>0, 1, 2, 3</b>	<b>8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.</b>
			a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada a sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.
			b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.
			c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.
	NA	NA	< Média destes princípios
<b>PILAR III DA CARTA DA TERRA. Justiça Social e Económica</b>			
<b>Sim ou não</b>	<b>0, 1, 2, 3</b>	<b>0, 1, 2, 3</b>	<b>9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.</b>
			a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não-contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.
			b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.
			c. Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.
	NA	NA	< Média destes princípios



Sim ou não	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	<b>10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.</b>
			a. Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações nacionais e internacionais requeridas.
			b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.
			c. Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.
			d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas consequências de suas atividades.
	NA	NA	< Média destes princípios
Sim ou não	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	<b>11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.</b>
			a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.
			b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.
			c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.
	NA	NA	< Média destes princípios
Sim ou não	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	<b>12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos</b>
			a. Eliminar a discriminação em todas suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.
			b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.
			c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.
			d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.
	NA	NA	< Média destes princípios

PILAR IV DA CARTA DA TERRA. Democracia, Não-violência e Paz			
Sim ou não	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.
			a. Defender o direito de todas as pessoas no sentido de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.
			b. Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.
			c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembleia pacífica, de associação e de oposição.
			d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.
			e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.
			f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.
	NA	NA	< Média destes princípios
Sim ou não	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.
			a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.
			b. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para sustentabilidade.
			c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.
			d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.
	NA	NA	< Média destes princípios
Sim ou não	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.
			a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.
			b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.

			c. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.
	NA	NA	< Média destes princípios
Sim ou não	0, 1, 2, 3	0, 1, 2, 3	16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz.
			a. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.
			b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.
			c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.
			d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.
			e. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.
			f. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.
	NA	NA	< Média destes princípios

## EC – Assess (Avaliação CT)

### Resultados numéricos

CT Pilar	CT Princípio	Média do Nível de interesse declarado	Média do Nível de Ação	Discrepancia entre Interesse e Ação
Integridade Ecológica	5			
	6			
	7			
	8			
Justiça Social e Económica	9			
	10			
	11			
	12			
Democracia, Não-Violência e Paz	13			
	14			
	15			
	16			

Médias de Interesse      Médias de Ação

Integridade Ecológica	
Justiça Social e Económica	
Democracia, Não-Violência e Paz	
Média Geral	

# EC-Assess (Avaliação CT)

Gráfico de Barras

